

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

**Sentidos do partidarismo: uma análise sobre os sentimentos
dos cidadãos brasileiros em relação aos partidos políticos**

Renan da Silva Rodrigues Almeida

Brasília

2020

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

**Sentidos do partidarismo: uma análise sobre os sentimentos
dos cidadãos brasileiros em relação aos partidos políticos**

Renan da Silva Rodrigues Almeida

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Augusto Mello Machado

Brasília

2020

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

**Sentidos do partidarismo: uma análise sobre os sentimentos
dos cidadãos brasileiros em relação aos partidos políticos**

Renan da Silva Rodrigues Almeida

Banca examinadora

Professor Doutor Carlos Machado
(Universidade de Brasília)

Professora Doutora Danusa Marques
(Universidade de Brasília)

Professora Doutora Silvana Krause
(Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Aprovado em 14 de fevereiro de 2020

Brasília

2020

AGRADECIMENTOS

A realização de uma dissertação de mestrado – ou de qualquer trabalho acadêmico – não é um feito individual. Pelo contrário, só é possível mediante o apoio de inúmeras pessoas e instituições. É por isso, afinal, que existem as seções de agradecimento. Antes de tudo, preciso agradecer aos trabalhadores da Universidade de Brasília, especialmente os do Instituto de Ciência Política, por permitirem, por meio de seu trabalho diário, o desenvolvimento e continuidade das atividades acadêmicas, contribuindo para construir e manter uma universidade pública, gratuita e de qualidade. Professores, servidores, trabalhadores terceirizados, todos eles merecem um espaço nesta seção. Aproveito para agradecer à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, a CAPES, pela bolsa de estudos a mim concedida, que permitiu minha dedicação exclusiva ao mestrado. Agradeço também ao Centro de Estudos de Opinião Pública, o CESOP, da Universidade Estadual de Campinas, pela disponibilização da base de dados utilizada nesta pesquisa.

Como não poderia deixar de ser, sou grato ao meu orientador, o professor Carlos Machado, pela paciência que teve ao me orientar, pelos ensinamentos a mim transmitidos e pela enorme ajuda que forneceu no tratamento dos dados aqui utilizados. Também devo agradecimentos aos professores Yan Carreirão e André Borges pelos comentários extremamente pertinentes feitos durante a banca de qualificação, bem como às professoras Danusa Marques e Silvana Krause, por aceitarem participar do exame da dissertação em sua forma final, fornecendo críticas e observações valiosas.

Não posso deixar de agradecer, é claro, à minha família: aos meus pais, Marcos Benício Rodrigues Almeida e Franci Costa da Silva Almeida, e ao meu irmão, Ramon, por todo o apoio que me deram durante a realização do mestrado. À minha companheira, Nathália Marques, sou grato não apenas por todo o amor e dedicação a mim dispensados, mas também por sua disposição em sempre me ajudar.

Por fim, agradeço aos amigos e colegas conquistados ao longo de vários anos, em diferentes momentos e situações, nem todos os quais menciono pelo nome, mas todos importantes à sua maneira. Nominalmente, cito Anderson Luiz Dias, Karina Lisboa, Maíres Barbosa, Matheus Assis, Tayla Post, Gabriel Felipe, Pedro Marco, Rômulo Costa, Victor Hugo Mota e Yhann Daniel. A eles, agradeço por sua amizade, pelas conversas agradáveis e pelos momentos felizes e tristes compartilhados.

RESUMO

Este trabalho busca fornecer elementos para a compreensão da estrutura do partidarismo no Brasil, investigando os componentes socioeconômicos, atitudinais, ideológicos e comportamentais dos diferentes tipos de eleitores no país. A partir de uma abordagem exploratória, buscou-se contribuir para os estudos das relações entre cidadãos e partidos políticos por meio da ênfase em um tópico ainda amplamente ignorado: o do partidarismo negativo. Utilizando o método *Grade of Membership*, construiu-se uma tipologia multidimensional de eleitores em que foram delineados três perfis extremos: o dos “Radicais cétricos politicamente sofisticados”, o dos “Apáticos socialmente desfavorecidos” e o dos “Moderados politicamente engajados”. A análise mostrou indícios de que uma parte relevante dos eleitores brasileiros mostra alguma disposição a se engajar na política e se identificar com partidos, enquanto há uma massa de cidadãos que tende à apatia e à demissão voluntária da política. A insatisfação política também é um fenômeno visível, que se manifesta em extrema desconfiança em relação às instituições e aos principais atores do jogo político. Ao que parece, tanto a manutenção de atitudes positivas quanto a de atitudes negativas em relação aos partidos estão associadas a maiores níveis de sofisticação cognitiva.

Palavras-chave: Partidos políticos, Identificação Partidária, Crise dos Partidos, Antipartidarismo.

ABSTRACT

This research aims to provide elements for understanding the structure of partisanship in Brazil, investigating the socioeconomic, attitudinal, ideological and behavioral components of the different types of voters in the country. From an exploratory approach, this work intends to contribute to the studies of relations between citizens and political parties by focusing on a topic still largely ignored: the negative partisanship. Using the Grade of Membership method, a multidimensional typology of voters was created, in which three extreme profiles were outlined: the politically sophisticated skeptical radicals, the socially disadvantaged apathetic, and the politically engaged moderates. The analysis showed evidence that a meaningful part of Brazilian voters show some willingness to get involved in politics and identify with a party, while there is a mass of citizens who tend to be apathetic and voluntarily dismiss themselves from politics. Political dissatisfaction is also a visible phenomenon, which manifests itself in extreme mistrust towards the democratic institutions and the main actors in the political game. It seems that both maintaining a positive attitude towards parties and a negative one are associated with higher levels of cognitive sophistication.

Keywords: Political parties, Party identification, Crisis of party, Antipartisanship.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADROS

Quadro 1. Dimensões do sentimento antipartidário.	45
Quadro 2. Quatro tipos possíveis de eleitores.	52
Quadro 3. Tipos de eleitores partidários.....	53

TABELAS

Tabela 1. Valores AIC para modelos GoM com K perfis	79
Tabela 2. Distribuição absoluta e relativa dos perfis extremos e tipos mistos gerados..	99
Tabela 3. Distribuição dos eleitores brasileiros segundo tipologia de Samuels e Zucco (2018).....	106
Tabela 4. Probabilidades estimadas e Razões E/O – Variáveis demográficas	125
Tabela 5. Probabilidades estimadas e Razões E/O – Variáveis de sofisticação política	127
Tabela 6. Probabilidades estimadas e Razões E/O – Atitudes em relação às eleições.	128
Tabela 7. Probabilidades estimadas e Razões E/O – Atitudes em relação à democracia	129
Tabela 8. Probabilidades estimadas e Razões E/O – Partidarismo.....	130
Tabela 9. Probabilidades estimadas e Razões E/O – Engajamento político.....	131
Tabela 10. Probabilidades estimadas e Razões E/O – Ideologia.....	132
Tabela 11. Probabilidades estimadas e Razões E/O – Atitudes em relação a políticos/elite política	134
Tabela 12. Probabilidades estimadas e Razões E/O – Voto/Comparecimento eleitoral	135

GRÁFICOS

Gráfico 1. Diferenças de pertencimento entre perfis de eleitores relativamente a aspectos demográficos e de sofisticação política.	82
Gráfico 2. Diferenças de pertencimento entre perfis de eleitores relativamente a questões sobre partidarismo e engajamento político	88
Gráfico 3. Composição dos perfis puros e mistos segundo sexo.....	100
Gráfico 4. Distribuição das faixas de renda nos perfis puros e mistos gerados	101
Gráfico 5. Interesse por política manifestado pelos perfis puros e mistos gerados.....	102

FIGURAS

Figura 1. Mapa de análise das correspondências múltiplas – Perfis dos eleitores e Tipologia de Samuels e Zuco (2018).....	108
---	-----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AI-2	Ato Institucional Nº 2
AIC	Critério de Informação de Akaike (Akaike Information Criterion)
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CESOP	Centro de Estudos de Opinião Pública
CSES	Comparative Study of Electoral Systems Project
DEM	Democratas
ESEB	Estudo Eleitoral Brasileiro
GoM	Grade of Membership
LAPOP	Latin American Public Opinion Project
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
NOVO	Partido Novo
ONGs	Organizações Não Governamentais
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores

PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PV	Partido Verde
REDE	Rede Sustentabilidade
STF	Supremo Tribunal Federal
UDN	União Democrática Nacional

SUMÁRIO

Introdução.....	12
Capítulo 1 – O conceito de identificação partidária e sua evolução.....	17
1.1. As origens da identificação partidária.....	17
1.2. Repercussão do conceito: críticas, reconsiderações e modelos alternativos....	22
Capítulo 2 – A controvérsia sobre a “crise dos partidos”	27
2.1. Crise como desvio da norma.....	27
2.2. As evidências do declínio e seus problemas teóricos e metodológicos	30
2.2.1. A queda na filiação partidária	31
2.2.2. O aumento da volatilidade eleitoral e da participação não institucionalizada	33
2.2.3. A redução da identificação partidária e da confiança popular nos partidos..	37
2.3. As causas e consequências do desalinhamento.....	40
Capítulo 3 – As várias formas de partidarismo	44
3.1. Do desalinhamento ao antipartidarismo?.....	44
3.2. O lado esquecido do partidarismo e as tipologias de eleitores	49
Capítulo 4 – O debate sobre partidarismo no Brasil.....	55
4.1. O período pré-1964 e a ditadura militar.....	55
4.2. A redemocratização	59
4.2.1. A estabilidade das identificações partidárias	63
4.2.2. A controvérsia em torno do lulismo e as mudanças na imagem do PT	65
4.2.3. O partidarismo negativo no Brasil: a importância do antipetismo.....	69
Capítulo 5 – Sentidos do partidarismo: uma tipologia multidimensional dos eleitores brasileiros.....	73
5.1. Aspectos metodológicos	73
5.1.1. A lógica dos conjuntos difusos.....	75
5.1.2. O método <i>Grade of Membership</i>	76
5.1.3. Procedimentos para a computação do modelo e critérios para caracterização dos perfis	78
5.2. Resultados	79
5.2.1. Descrição dos perfis extremos.....	79
5.2.2. Denominação dos perfis de referência e sua distribuição na população	96
5.2.3. Caracterização dos perfis mistos	100

5.2.4. Os perfis multidimensionais de eleitores e seus análogos nas tipologias tradicionais	105
Considerações finais	111
Referências bibliográficas	114
APÊNDICE – Tabelas para caracterização dos perfis extremos	125
ANEXO – Questões do ESEB 2018 utilizadas na estimação do modelo.....	137

Introdução

Os partidos políticos são extremamente importantes para o funcionamento das democracias contemporâneas. Não se deve esquecer que estas são, antes de tudo, democracias partidárias. É desnecessário repetir a máxima de Eric Schattschneider, citada à exaustão por estudiosos da área, mas é justamente este fato que torna o partidarismo, isto é, a conexão entre os cidadãos e os partidos políticos, algo importante a ser estudado. Entre outras coisas, os partidos são responsáveis por articular e agregar interesses na sociedade, informar os cidadãos, promover o recrutamento e o treinamento de elites políticas, contribuir para a criação de maiorias no governo e para organizar a dissidência e a oposição (Dalton e Wattenberg, 2000, p. 8-9). Por isso mesmo, mudanças nas organizações partidárias e nas suas relações com os cidadãos podem trazer consequências importantes para o funcionamento da democracia.

Nas últimas décadas, o debate tem girado basicamente em torno do suposto distanciamento crescente entre eleitores e partidos, detectado em diversos países, por meio de diferentes indicadores. Afirma-se que os cidadãos têm abandonado as organizações partidárias, bem como têm sido cada vez menos leais a elas, deixando de levá-las em consideração em sua decisão de voto, o que levou alguns autores a falarem em uma “crise dos partidos”. As implicações disso seriam as mais variadas possíveis, mas majoritariamente negativas. De fato, como os cidadãos se sentem em relação aos partidos é algo que importa, mas a produção teórica e empírica nesse sentido tem se restringido a apenas uma das formas possíveis de relacionamento. O partidarismo não se limita apenas às vinculações positivas dos cidadãos com os partidos, e a literatura mais recente tem se preocupado, cada vez mais, em abordar essa questão de maneira mais complexa. Em outras palavras, há diferentes formas e níveis de partidarismo, de como as pessoas podem se relacionar afetivamente com as organizações partidárias. O que, na prática, significa que sentimentos de hostilidade ou rejeição em relação a partidos também podem ser relevantes do ponto de vista da análise do comportamento político.

A maior parte do conhecimento produzido sobre partidarismo é proveniente dos contextos estadunidense e europeu. Por esse motivo, ainda sabemos pouco sobre a estruturação das relações entre partidos e eleitores nas democracias mais recentes, como é o caso da grande maioria dos países na América Latina. Claro que parte desse déficit se deve ao fato de que essas novas democracias começaram (ou voltaram) a realizar eleições limpas e competitivas apenas entre os anos de 1980 e 1990. Sem mencionar o

fato de que dados confiáveis de *surveys*, ferramentas essenciais para a aferição das inclinações partidárias dos cidadãos, raramente estavam disponíveis, já que em muitos casos sua realização só se iniciou após a democratização ou redemocratização dos sistemas políticos (Norris, 1999, p. 15). Para além desse fato, os estudiosos da política na América Latina ignoraram em grande medida o partidarismo de massa ou porque eles o consideraram irrelevante para a política da região ou porque não esperavam que os latino-americanos formassem vínculos fortes com seus partidos (Lupu, 2015, p. 234).

No Brasil, historicamente os partidos são considerados como irrelevantes para a maioria dos brasileiros. Aqui, prevaleceriam os estímulos clientelistas, individualistas e personalistas, no lugar de estímulos ideológicos e partidários, na decisão do voto. Afirmações desse tipo seriam ancoradas na observação dos níveis gerais de partidarismo, comumente considerados baixos pela literatura, bem como nos níveis de conhecimento do eleitorado sobre as principais legendas nacionais, igualmente apontados como baixos ou insatisfatórios. Mesmo entre os eleitores partidários, os vínculos seriam frágeis e nada significariam além de uma identificação vaga e difusa. A explicação para esse fenômeno residiria em aspectos institucionais do sistema partidário brasileiro. Como apontam Samuels e Zucco (2018, p. 8), as teorias existentes previam que fatores sociológicos e institucionais deveriam impedir o surgimento de partidarismo de massa no país, por se tratar de um sistema partidário fracamente institucionalizado e altamente fragmentado. Isso se deveria ao fato de que seria mais difícil para os eleitores acompanharem a trajetória e o desempenho dos diferentes partidos e eventualmente estabelecerem algum tipo de vínculo ou identificação com algum deles. Além disso, sistemas com elevada fragmentação partidária obrigariam a formação de coalizões governamentais mais amplas, o que dificultaria a tarefa de associar o desempenho de governos a determinados partidos (Lupu, 2015). As regras eleitorais vigentes, especialmente o sistema de voto em listas abertas, também impactariam negativamente as taxas de partidarismo, uma vez que favoreceriam o voto pessoal no candidato e não no partido.

Alguns estudos, entretanto, defendem que o Brasil apresenta níveis ponderáveis de partidarismo. Segundo Braga e Pimentel Jr. (2011), quando colocados em perspectiva comparada, esses níveis não são tão baixos como comumente se afirma. Desde a redemocratização do país, as taxas agregadas de identificação partidária vêm oscilando em torno de 40 a 50%, e embora não sejam particularmente altas, também não são particularmente baixas. Ou seja, em alguns momentos, quase a metade de todos os

eleitores brasileiros foram partidários positivos ou negativos (Samuels e Zucco, 2018, p. 5, Borges e Vidigal, 2018). Na verdade, para um sistema partidário que possui as características que o sistema brasileiro possui, os níveis de partidarismo podem até ser considerados significativos. Conforme indicam Speck, Braga e Costa (2015, p. 144) em seu estudo exploratório sobre filiação e identificação partidária no país, os resultados encontrados divergem do diagnóstico de que esta seria inexistente ou teria um alcance limitado. Assim, pelo fato de que não era esperado que se observasse partidarismo de massa por aqui, o Brasil poderia ser caracterizado como um caso crucial do tipo “menos provável” (*least likely case*) (Samuels e Zucco, 2014, p. 213), isto é, um caso em que, em todas as dimensões exceto naquela de interesse teórico, está previsto que determinado resultado não será alcançado, mas ainda assim o é (Gerring e Seawright, 2007, p. 115). Em suma, a situação é um pouco mais complexa do que sugerem os argumentos mais pessimistas. Para o bem ou para o mal, uma parcela razoável dos eleitores leva os partidos em consideração no momento de decidir seu voto. A simpatia ou a antipatia a partidos possui sim efeitos importantes na política nacional, e as pesquisas que se dedicaram a investigar o caso brasileiro depararam-se com achados realmente relevantes.

Tendo isso em mente, este trabalho se propõe a compreender a estrutura do partidarismo no Brasil. Em outros termos, o intuito é investigar quais são os componentes socioeconômicos, atitudinais, ideológicos e comportamentais dos diferentes tipos de eleitores no país. A literatura já demonstrou que tanto sentimentos positivos quanto negativos são capazes de influir no comportamento político dos eleitores, mas pouco foi dito sobre como esses sentimentos se relacionam na parcela da população que os carrega. Ao chamar atenção simplesmente aos níveis agregados de identificação partidária, considerados insatisfatórios ou inadequados, pouca atenção foi conferida ao significado não só do partidarismo, mas também do suposto não partidarismo manifestado pela maior parte do eleitorado. Como é notável, trata-se de um problema de pesquisa com um forte componente descritivo e exploratório, que, não obstante, é ainda necessário, levando em consideração a escassez de uma discussão que considere a multidimensionalidade e a complexidade do conceito de partidarismo conforme abordado pela literatura mais recente. Uma abordagem de caráter mais compreensivo pode também contribuir para a formulação de hipóteses que podem ser testadas em estudos futuros.

A pesquisa aqui apresentada visa contribuir nessa direção, trazendo a aplicação de um método ainda pouco utilizado na Ciência Política. Este método é o *Grade of Membership* (GoM), que possibilita delinear perfis multidimensionais com base em dados complexos, permitindo a identificação de grupos e a descrição das diferenças entre eles (Guedes et al, 2016). Baseado na lógica dos conjuntos difusos (*fuzzy sets*), o GoM permite a classificação dos indivíduos por meio de escores de “graus” de proximidade ou de pertencimento a cada perfil gerado, ou seja, os indivíduos podem pertencer parcialmente a múltiplos conjuntos. Este método é capaz de lidar com uma quantidade elevada de variáveis e é apropriado para bases de dados com pequeno número de observações. Além disso, o padrão de agrupamento dos indivíduos não é definido *a priori*, mas sim por meio de processos iterativos entre as variáveis, isto é, emerge a partir da convergência dos dados, cabendo ao pesquisador interpretar seu significado posteriormente. Uma das vantagens do GoM consiste no fato de que ele incorpora a complexidade dos dados como pressuposto, o que se mostra bastante apropriado para o estudo do objeto em questão. A ferramenta, então, possibilitará a comparação da tipologia criada às tipologias tradicionais presentes na literatura.

Nesse sentido, para a estimação dos parâmetros do modelo foram utilizados os dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) realizado em 2018. O ESEB é um *survey* pós-eleitoral, de abrangência nacional, realizado desde 2002 pelo Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP) da Universidade Estadual de Campinas, vinculado ao *Comparative Study of Electoral Systems Project* (CSES), coordenado pela Universidade de Michigan, que conta com uma variedade de perguntas sobre valores e atitudes políticas, apresentando questões que permitem aferir não somente a simpatia em relação a determinados partidos, mas também a antipatia para com algum deles. A preferência por esse *survey* em relação a outros se deu em razão da abrangência de suas questões sobre partidarismo. Além das perguntas em que o entrevistado espontaneamente indica algum partido que gosta ou desgosta, ele também fornece aos entrevistados a oportunidade de avaliar cada legenda em uma escala afetiva que varia de 0 a 10, uma espécie de “termômetro partidário”. Questões desse tipo são particularmente relevantes, pois, como afirmam Braga e Pimentel Jr. (2011, p. 280), o fato de os eleitores não conseguirem expressar de forma espontânea os partidos que gostam (ou desgostam) não implica a inexistência de simpatia (ou antipatia) por algum deles.

Assim sendo, além desta introdução e das considerações finais, esta dissertação está dividida em cinco capítulos. No Capítulo 1, é abordada a origem do conceito de

identificação partidária, sua importância e seus desdobramentos, bem como as disputas teóricas que o permeiam, principalmente com os autores vinculados à abordagem da escolha racional. O Capítulo 2 traz uma discussão a respeito da controvérsia em torno da “crise dos partidos”, problematizando os indicadores geralmente utilizados na produção de tais diagnósticos e abordando as consequências para a democracia que deles seriam derivadas. No Capítulo 3, o antipartidarismo e os problemas teórico-metodológicos envolvidos em seu estudo são abordados, bem como a importância de se levar em conta a multidimensionalidade do partidarismo. As tipologias de eleitores, baseadas em seus níveis de partidarismo ou envolvimento com a política partidária, também são discutidas neste capítulo. No Capítulo 4, elabora-se um panorama geral sobre o debate a respeito do partidarismo no Brasil, partindo do regime pluralista da Quarta República (1945-1964), passando pela Ditadura Militar (1964-1988) e, por fim, chegando à Nova República (a partir de 1988), com uma ênfase maior neste último período e em seus desdobramentos mais recentes, buscando destacar a contribuição da literatura brasileira – ou da literatura em geral que tomou o sistema partidário brasileiro como caso para investigação empírica – para o debate internacional. Finalmente, no Capítulo 5, o método GoM é explicado em maiores detalhes, os procedimentos metodológicos são discutidos e os resultados da pesquisa são apresentados e analisados.

Capítulo 1 – O conceito de identificação partidária e sua evolução

1.1. As origens da identificação partidária

Desde sempre, a investigação sobre os motivos que levam as pessoas a agirem de determinada maneira estimula os estudiosos da política. Busca-se compreender, por exemplo, por que os indivíduos se engajam em motins ou movimentos de protesto, por que se filiam a partidos políticos, ou mesmo por que governantes decidem adotar esta ou aquela política pública. Como é possível constatar, o estudo sobre o comportamento político abrange diferentes áreas da Ciência Política, envolvendo variados aspectos e espaços da atuação humana. Contudo, é talvez no campo dos estudos eleitorais que a pesquisa comportamental tem sido mais fecunda nas últimas décadas. Uma parte considerável da análise sobre comportamento político diz respeito ao comportamento eleitoral de indivíduos e coletividades. Explicar as razões pelas quais pessoas e grupos votam do jeito que votam, optando por determinados partidos e candidatos em detrimento de outros, tornou-se um imperativo para diferentes pesquisadores ao longo do século passado e se mantém como uma preocupação importante para muitos deles nos dias atuais. Não se pretende neste capítulo revisar toda essa abundante literatura, mas sim fornecer o contexto acadêmico que permitiu o surgimento do conceito de identificação partidária, bem como traçar brevemente o caminho que levou a sua consolidação, mesmo em meio a críticas.

A pesquisa sobre comportamento eleitoral possui contribuições de diferentes disciplinas, principalmente da sociologia, da psicologia e da economia. Nesse sentido, abordar os desdobramentos do conceito de identificação partidária necessariamente requer discutir algumas dessas contribuições. Conforme indicado por Castro (1994, p. 31-32), um dos achados mais relevantes das abordagens sociológicas consistiu na ideia de que as preferências políticas dos indivíduos podiam ser explicadas pelo ambiente socioeconômico e cultural no qual eles viviam. Segundo essa perspectiva, grupos sociais diversos teriam interesses diferentes e se representariam por partidos distintos. Assim, a identificação do eleitor com um grupo exerceria sobre ele uma influência forte o suficiente para determinar sua escolha partidária. Uma obra que segue por essa linha analítica é o clássico *The People's Choice*, de Paul Lazarsfeld, Bernard Berelson e Hazel Gaudet (1968 [1944]), que se tornou um marco não apenas nos estudos sobre eleições, mas também nas pesquisas sobre comunicação política. Utilizando uma

metodologia então inovadora, que consistia em entrevistas-painel, ou seja, em inquéritos consecutivos com os mesmos indivíduos em diferentes momentos de suas vidas, os autores acompanharam a campanha presidencial de 1940 ao longo de vários meses no condado de Erie, em Ohio. Sua principal descoberta foi a de que era possível prever, com um grau razoável de precisão, como os cidadãos votariam ao final da campanha eleitoral apenas conhecendo previamente algumas de suas características pessoais, como seu status socioeconômico, sua religião e seu local de residência. As características sociais dos indivíduos, então, explicariam suas preferências políticas.

Dessa forma, constatou-se que as pessoas mais ricas, os protestantes e os moradores do meio rural tendiam a votar mais no Partido Republicano, enquanto que as pessoas mais pobres, os católicos e os moradores das áreas urbanas tendiam a apoiar mais o Partido Democrata (Lazarsfeld, Berelson e Gaudet, 1968 [1944], p. 21-25). De acordo com Lazarsfeld e seus colegas, o papel da campanha política não era o de formar novas opiniões, mas sim permitir a emergência de opiniões antigas, ativando predisposições latentes (*ibid.*, cap. VIII). Por isso, votar seria “essencialmente uma experiência de grupo”, pois as pessoas de um mesmo meio social seriam propensas a votar nos mesmos candidatos. Em outras palavras, os grupos sociais incutiriam em seus membros individuais a ideologia política aceita no grupo, e mesmo em casos de inconsistências em relação a essa ideologia predominante, haveria uma tendência em direção à consistência no curso da campanha. As pessoas, portanto, votariam “não apenas *com* seu grupo social, mas também *para* ele” (*ibid.*, p. 137, 148, grifos dos autores).

Os achados de *The People's Choice* foram reforçados em estudos posteriores, como o de Belknap e Campbell (1951). Estes autores mostraram, ainda, que a preferência por um ou outro partido estava associada a diferentes atitudes em relação a assuntos de política externa. O influente *The American Voter*, de Angus Campbell, Philip Converse, Warren Miller e Donald Stokes, lançado mais de quinze anos depois de *The People's Choice*, além de se apoiar em suas conclusões, inseriu de maneira mais aprofundada a importância dos estudos da psicologia, compondo aquilo que veio a ser tratado como corrente psicossociológica do comportamento eleitoral. Fortemente baseada nas atitudes dos cidadãos, percebidas como mais próximas do comportamento, essa abordagem leva em conta influências interpessoais, percepções e motivações individuais na análise da participação eleitoral (Castro, 1994, p. 33). Na verdade, o trabalho seminal de Lazarsfeld e seus colegas já havia antecipado a importância dos

aspectos psicológicos. Na tentativa de explicar por que os indivíduos interessados na campanha eleitoral davam maior atenção aos materiais de um partido do que aos do outro, eles afirmaram:

[H]á também um efeito causado pelas predisposições psicológicas ainda inconscientes do próprio eleitor. Das suas muitas experiências passadas compartilhadas com outros nos seus grupos econômico, religioso e comunitário, ele tem disposição para reparar mais em algumas coisas do que em outras (Lazarsfeld, Berelson e Gaudet, 1968 [1944], p. 81, tradução própria).

Para além da confirmação dos padrões de alinhamento eleitoral da população dos Estados Unidos, os autores de *The American Voter* também chamaram atenção ao elevado grau de estabilidade de suas preferências partidárias. Segundo eles, poucos fatores teriam maior importância para as eleições nacionais daquele país que as lealdades duradouras de inúmeros americanos a um dos dois partidos principais, funcionando tais lealdades como um elemento significativo para a manutenção da estabilidade do próprio sistema partidário. Não obstante, o senso de vinculação a um partido não necessariamente refletiria uma associação ou filiação formal, ou mesmo uma conexão ativa, do indivíduo com um aparato partidário. Essa vinculação também não denotaria um simples registro de votação. Ela consistiria, com efeito, em uma identificação psicológica, capaz de persistir mesmo na ausência de um registro consistente de apoio partidário, o que significa que mesmo partidários fortes poderiam pensar e agir em contradição a sua fidelidade partidária em determinados momentos (Campbell et al, 1967 [1960], p. 67-68).

O que o livro de Campbell e seus associados fez foi resgatar a relação entre atitudes e fidelidades partidárias investigada em diferentes estudos ao longo da década de 1950, mas, dessa vez, encarando a fidelidade partidária como a identificação psicológica mencionada acima e propondo uma forma de mensurá-la empiricamente de maneira mais precisa e mais consistente com essas premissas teóricas. Como os quatro autores eram pesquisadores da Universidade de Michigan, eles ficaram conhecidos como expoentes do que veio a ser chamado de “Escola de Michigan”. De acordo com a abordagem por eles avançada, a identificação do eleitor com um partido possui um impacto no comportamento (materializado no voto) por meio de sua influência sobre as atitudes. O ato de votar, desse modo, é concebido como o resultado de forças atitudinais, que, por sua vez, são influenciadas pela fidelidade partidária do eleitor. No

entanto, embora a identificação partidária tenha um efeito nas forças controlando o comportamento, ela não é o único determinante das atitudes que o sustentam (*ibid.*, p. 32, 74-75, 79-80). Além disso, não são em todos os tópicos políticos que diferenças atitudinais podem ser encontradas entre os identificados com partidos. Antes de tudo, é necessário que as agremiações de fato sustentem posições distintas em relação a um mesmo tema de interesse público e que tais posições sejam percebidas pelos eleitores. Como pontuam Belknap e Campbell (1951, p. 619-621), os identificados são propensos a seguir o partido que gostam quando veem uma “linha partidária” clara. Quando esta linha não é clara, as pessoas que se identificam com um ou outro partido não podem ser distinguidas em termos de suas atitudes e opiniões. Essa foi, inclusive, a explicação mobilizada pelos autores para justificar o fato de as diferenças atitudinais entre pessoas com diferentes fidelidades partidárias serem mais pronunciadas entre aqueles indivíduos com maior nível informacional: por estarem mais informados sobre os debates políticos e as posições dos líderes partidários, eles seriam mais capazes de enxergar com maior clareza a tal “linha partidária”. Em uma citação amplamente referenciada, Campbell et al (1967 [1960], p. 76) afirmam:

A identificação com um partido gera uma tela perceptiva [*perceptual screen*] por meio da qual o indivíduo tende a ver o que é favorável a sua orientação partidária. Quanto mais forte o vínculo partidário, mais exagerado o processo de seleção e distorção perceptiva será (tradução própria).

De fato, a Escola da Michigan mostrou que as identificações partidárias existiam, eram relativamente estáveis e influenciavam as atitudes, além de explicar como se dava essa influência, mas pouco foi dito sobre como elas surgiam. Os autores mencionam a importância de experiências passadas na criação de uma imagem dos partidos na mente dos eleitores, mas o foco maior recai sobre como as identificações partidárias são reproduzidas e reforçadas. Aí entraria a relevância da socialização durante a infância e adolescência, períodos nos quais a influência exercida pela visão política dos pais se faria sentir com maior força. Segundo Campbell e seus colegas (*ibid.*, p. 86), uma orientação em relação a assuntos políticos geralmente se inicia antes de o indivíduo atingir a idade de votar, refletindo fortemente seu meio social imediato, em particular, sua família. Isso seria verificado pelo elevado nível de correspondência

entre a preferência partidária dos eleitores e aquela que eles reportam ser a de seus pais, sugerindo que o partidarismo é transmitido de uma geração para a outra¹.

Ademais, haveria um efeito de reforço da identificação partidária a cada eleição, o que explicaria a maior propensão dos eleitores mais velhos a apresentar vínculos partidários mais fortes, isto é, a intensidade da identificação partidária estaria diretamente relacionada à extensão no tempo do sentimento de possuir algum nível de vínculo com um partido (*ibid.*, p. 93-94). Cabe pontuar que a identificação com um partido pode se apresentar em diferentes níveis de força, variando de uma simples preferência superficial a uma forte sensação de pertencimento, que pode ou não vir acompanhado de um elevado envolvimento com as atividades partidárias (Belknap e Campbell, 1951, p. 622).

Em resumo, o conceito de identificação partidária diz respeito à ideia de que os seres humanos tendem a se identificar afetivamente com coletividades e de que elementos sociais e psicológicos interagem na formação de suas preferências políticas. A identificação com um partido seria bastante estável, resistindo até mesmo a eventuais mudanças políticas e econômicas². Justamente por conta dessa estabilidade, ela seria um forte prenunciador do comportamento político dos indivíduos que a carregassem. Parte expressiva da votação de um partido poderia ser explicada pela identificação de uma parcela do eleitorado com ele. Uma relação positiva também seria esperada entre identificação partidária e filiação a partido: por mais que o sentimento de vínculo prescindia de uma associação formal à organização partidária, sua existência poderia favorecê-la (cf. Speck, Braga e Costa, 2015). Teria sido descoberto, por conseguinte, o “motor imóvel” da política, a peça que move as outras sem ser movida, uma vez que, em sua formulação original, a identificação partidária fora concebida como uma variável não política e pouco influenciada por fenômenos políticos no curto-prazo. Esse conceito – apesar de ter sido alvo de duras críticas nos anos subsequentes – ressoou fortemente nos estudos sobre comportamento eleitoral, sendo utilizado em diversas pesquisas pelo mundo até hoje. É exatamente em direção a sua repercussão que nos

¹ Novamente, os autores de *The People's Choice* (1968 [1944], p. 142) também já haviam estabelecido o impacto da tradição familiar nos primeiros votos dos eleitores mais jovens.

² De acordo com Campbell et al (1967 [1960], p. 89-93), apenas em crises nacionais é que as lealdades políticas predominantes poderiam ser abaladas ao ponto de reverter o equilíbrio da força partidária. Segundo eles, houve duas ocasiões em que isso aconteceu nos Estados Unidos: a Guerra Civil e a Grande Depressão. Este último evento teria sido essencial na conversão da população negra ao Partido Democrata, por conta do forte elemento de igualitarismo social presente na filosofia do governo Roosevelt, que teria tido um apelo especial para minorias raciais e religiosas.

voltamos agora, abordando as críticas, as reconsiderações e reformulações oriundas de outras perspectivas e autores.

1.2. Repercussão do conceito: críticas, reconsiderações e modelos alternativos

Uma das principais controvérsias que envolveram o conceito de identificação partidária se referiu à possibilidade de sua utilização para além do contexto a partir do qual ele havia sido originalmente elaborado. De forma concisa, pode-se dizer que sua aplicação em conjunturas diversas daquela de sua gênese não foi livre de problemas. Diferentes pesquisadores notaram que outros sistemas partidários não possuíam algumas das características centrais que haviam dado ao conceito o poder de análise que ele possuía nos Estados Unidos (Dalton, 2000, p. 20). A ideia do eleitor “independente”, por exemplo, embora possuísse um sentido bastante direto para os norte-americanos, acostumados à dinâmica bipartidária, poderia significar algo diferente em outras realidades nacionais, especialmente naquelas com regimes multipartidários (Dalton e Weldon, 2007, p. 181; Clarke e Stewart, 1998, p. 361). As diferenças políticas transnacionais, então, trariam consigo implicações distintas para as categorias analíticas contidas no modelo teórico original, o que poderia limitar sua capacidade explicativa.

Além disso, problemas de interpretação dessas categorias poderiam emergir mesmo no âmbito da política estadunidense, como resultado da maneira como havia sido proposta a operacionalização empírica da identificação partidária pelos seus criadores. Seria esse o caso precisamente da categoria do eleitor independente³. Conforme argumentou Weisberg (1980, p. 36), algumas pessoas poderiam ser independentes por gostarem dos dois partidos de modo igual, por desgostarem de ambos ou por avaliarem como positiva uma postura independente. Por esse motivo, de acordo com o autor, a independência política precisava ser concebida como algo mais complexo do que a simples ausência de identificação partidária, deveria ser entendida como um objeto político separado com o qual as pessoas pudessem se identificar, medida em uma dimensão própria, no lugar de ser simplesmente um ponto médio neutro

³ A pergunta padrão para a detecção da identificação partidária, presente no livro de Campbell e seus colegas (1967 [1960], p. 68) e utilizada quase sem modificações pelo *American National Election Studies* (ANES) até hoje, indaga: “Falando de forma geral, você se considera Republicano, Democrata, Independente ou o quê?”. Para os que se classificam como partidários, uma nova pergunta é feita para medir a intensidade de sua identificação. Aqueles que se classificam como independentes são instados a expressar se possuem ao menos uma inclinação a um dos dois partidos. Com base nesses questionamentos, os eleitores podem ser classificados em Republicanos Fortes, Republicanos Fracos, Independentes Republicanos, Independentes, Independentes Democratas, Democratas Fracos e Democratas Fortes.

em uma escala unidimensional⁴. Essa visão foi apoiada pela constatação de que muitos dos eleitores que se classificavam como “independentes inclinados” (*leaning independents*), ou seja, independentes com inclinação a algum dos partidos, na verdade apresentavam comportamentos tão ou mais partidários do que aqueles que admitiam um vínculo fraco com um partido (Franklin e Jackson, 1983, p. 962)⁵. A medida tradicional de partidarismo, portanto, falharia em não apresentar monotonicidade.

Outro ponto importante na crítica à identificação partidária concerniu à discussão acerca de sua estabilidade ao longo do tempo. Pesquisas posteriores mostraram que as lealdades a partidos não eram tão duradouras e constantes como havia sido suposto pelos autores da Escola de Michigan. Constatações desse tipo fizeram com que modelos enfatizando considerações “econômicas” por trás das decisões de apoio partidário ganhassem destaque. Esses modelos, erigidos sobre o marco teórico da abordagem da escolha racional, tiveram seu ponto de partida em *Uma Teoria Econômica da Democracia*, de Anthony Downs (1999 [1957]), publicado apenas alguns anos antes da primeira edição de *The American Voter*. O foco agora recaía sobre a ação concreta do indivíduo, enxergada como expressão racional de suas preferências, pouco importando o processo de formação destas. O livro de Downs pode ser entendido como uma tentativa de construção de um modelo com coerência interna, derivado da concepção elitista de democracia de Joseph Schumpeter, mas empregando premissas da teoria econômica no exame do comportamento político. Dessa maneira, assim como os atores do mercado, os agentes políticos seriam racionais e autointeressados, buscando sempre maximizar sua utilidade. Na perspectiva downsiana, a preferência por partidos era uma preferência por propostas e questões (*issues*), não importando quem as estivesse apresentando. Os indivíduos, então, escolheriam aqueles partidos e candidatos que defendessem propostas próximas às suas próprias posições, não estando presente a noção de lealdade partidária *per se* (Franklin e Jackson, 1983, p. 958).

⁴ A questão da multidimensionalidade do partidarismo é abordada no capítulo 3.

⁵ Para Baker e Rennó (2019), as manifestações de não partidarismo por parte de alguns entrevistados podem ser casos de falsos negativos, causados pela maneira como foram elaboradas as questões sobre identificação partidária. Analisando *surveys* de quatro países (Brasil, Rússia México e Estados Unidos), eles argumentam que, ao utilizar questões desencorajadoras de partidarismo, os estudiosos estão superestimando os níveis agregados de não partidarismo e falhando em captar as inclinações partidárias de uma parte considerável dos respondentes. Como já apontado por estudos anteriores (p. ex. Abramowitz e Webster, 2016, ou mesmo Campbell et al, 1967 [1960]), a não indicação de partidarismo pode refletir um viés de “desejabilidade” social (*social desirability*): o rótulo de “independente” pode ser atrativo para muitos eleitores por conta da conotação negativa que a admissão de preferência por um partido pode ter.

No entanto, o caráter racional das ações dos cidadãos forneceria um incentivo para que eles não votassem, pois, em seu cálculo utilitário, os custos de fazê-lo excederiam os benefícios. Além de um voto individual raramente fazer diferença no resultado final das eleições, o ato de ir às urnas envolveria ter o trabalho de se informar sobre as posições dos candidatos, compará-las e enfim deslocar-se até o local de votação. Apesar disso, é um dado da realidade que uma quantidade considerável de pessoas segue votando. Como afirmou Castro (1994, p. 36), a escolha racional é útil para explicar a baixa participação eleitoral, mas não a alta. Um ponto importante na abordagem de Downs é que existem fatores capazes de abaixar os custos envolvidos no processo eleitoral, o que explicaria as taxas de participação relativamente altas. A ideologia seria um dos facilitadores do processo de tomada de decisão, pois funcionaria como um atalho cognitivo para reduzir os custos informacionais. Adicionalmente, as eleições, especialmente nos Estados Unidos, possuiriam um traço plebiscitário: a partir do conhecimento imediato da própria vida (se melhorou ou piorou), os eleitores votariam com o sentido de manter ou substituir um governo, uma simplificação que exigiria pouco cognitivamente.

A perspectiva da escolha racional fornecia um modelo atraente e coeso, mas muitas vezes discrepante da realidade. Assim, ele acabou sendo incrementado de diferentes formas. V. O. Key, por exemplo, defendeu que o eleitor era de fato racional, mas sua racionalidade era limitada pelo contexto em que ele se encontrava (Castro, 1944, p. 39). A identificação partidária foi entendida como produto da avaliação que os indivíduos faziam do desempenho dos partidos e, em função disso, era um ingrediente extremamente maleável e *endógeno* do comportamento eleitoral. Com a exceção de expressar seus argumentos em termos mais abstratos, a maioria das versões posteriores do modelo econômico ou racional não se afastou muito de Downs e Key (Clarke e Stewart, 1998, p. 360). De uma forma ou de outra, as críticas feitas pelos autores da escolha racional tiveram o efeito de esvaziar o conceito de seu conteúdo originário, que de uma variável não política, *exógena* e influenciada principalmente pela socialização durante a infância e adolescência, converteu-se numa variável política influenciada no curto e no longo-prazo por fatores políticos, flutuações econômicas e avaliações de desempenho de governos e candidatos (Holmberg, 2008, p. 562-3).

Desde então, o debate entre essas duas tradições tem fomentado uma diversidade de pesquisas. Além de textos que buscaram realizar ajustes no modelo original, mantendo sua essência, alguns trabalhos se empenharam em transcender a dicotomia

entre os dois corpos teóricos, com alguns inclusive tentando conciliá-los, embora muitas vezes esses esforços conferissem peso desigual às duas abordagens, sempre tendendo em direção a uma delas mais do que à outra. É o caso do artigo de Franklin e Jackson (1983), o qual parte da seguinte noção:

Se realmente é o caso de que o partidarismo não é precisamente descrito por nenhum desses modelos dominantes, devemos construir um modelo revisado de partidarismo que explique simultaneamente sua capacidade de resposta e sua estabilidade (Franklin e Jackson, 1983, p. 958, tradução própria).

Os resultados do estudo reafirmaram a posição da teoria da escolha racional de que a identificação partidária não era uma força fixa e exógena que organizava outros comportamentos políticos. Pelo contrário, as identificações estariam sujeitas a mudanças conforme fossem alteradas as preferências individuais, funcionando como avaliações acumuladas de eleições anteriores e sendo dependentes de eventos e ações de líderes políticos durante essas eleições. Contudo, os autores também observaram que a idade aumentava seus efeitos estabilizantes. Por isso, as avaliações possuíam um efeito relativamente maior nas identificações partidárias dos eleitores mais jovens que nas dos mais velhos (Franklin e Jackson, 1983, p. 965-969). Esse mesmo padrão já havia sido identificado por Converse (1969), segundo o qual os novos eleitores tendiam a ser mais flexíveis ou instáveis, respondendo mais a novos eventos do que cidadãos situados nas coortes eleitorais mais velhas. Para Converse, o que os pais transmitiriam a seus filhos seria algo de sua própria experiência de votação partidária acumulada.

Nesse sentido, Kroh e Selb (2009) defendem que a volatilidade e até mesmo certa dimensão de responsividade a forças políticas de curto-prazo não são totalmente incompatíveis com a concepção tradicional de identificação partidária, assim como as ideias de transmissão intergeracional e persistência ao longo do tempo não são inteiramente incompatíveis com a visão revisionista e racionalista. Isso seria possível porque, para alguns indivíduos, o partidarismo de fato seria uma orientação simbólica, com um forte componente afetivo e maior resistência a mudança, enquanto para outros, ele seria uma atitude não simbólica, contendo um forte componente cognitivo e sendo mais sensível a novas informações⁶. Com base nessa distinção, os autores verificaram que as pessoas que adquiriram suas identificações partidárias por meio da socialização antes da vida adulta eram mais propensas a exibir um nível elevado de estabilidade,

⁶ Olhando para o caso brasileiro, Baker et al (2016) constataram a existência desses dois tipos de partidários numa mesma eleição. Esse ponto é discutido com maiores detalhes no capítulo 4.

enquanto que aquelas que não haviam herdado as visões políticas de seus pais possuíam uma tendência de serem mais responsivas a experiências políticas posteriores, constantemente atualizando seu partidarismo (Kroh e Selb, 2009, p. 562-563, 570).

Fiorina (1977), por sua vez, afirmou que o eleitor real estaria em algum lugar entre os respondentes socializados do *Homo Sociologicus* e as calculadoras-robôs do *Homo Economicus*. Apesar de hesitar em chamar seu modelo de escolha racional, ele concebe a identificação partidária como uma função de preocupações com questões anteriores. Levando em conta o desempenho passado dos partidos, o cidadão manteria um balanço patrimonial (*balance sheet*) contínuo sobre eles. *Ceteris paribus*, tendo o eleitor prosperado sob o governo atual, ele entraria na cabine de votação predisposto em direção ao partido situacionista. Tendo ele sofrido, o partido opositor poderia capturar seu voto mesmo com uma plataforma de campanha inferior (Fiorina, 1977, p. 604-618). No fim das contas, o modelo do autor funcionaria de forma muito semelhante àquele proposto por Downs, em que a fortuna de um governante seria em grande medida determinada pela avaliação do eleitor sobre a melhoria ou piora de sua própria vida. O autor também mostrou que, embora o voto econômico retrospectivo possua algum efeito nas eleições presidenciais, pouca evidência foi encontrada para as eleições legislativas, especialmente as de meio de mandato (*midterms*) (Fiorina, 1978, p. 438).

A identificação partidária é talvez um dos conceitos mais bem sucedidos no campo de estudos sobre comportamento político e também um dos medidores de partidarismo mais influentes já criados. Neste capítulo, buscamos apresentar suas origens e os principais debates em torno de seu significado, utilidade e substância. Desde sua criação, esse conceito tem sido fundamental para a realização de diagnósticos diversos a respeito da situação dos partidos políticos e dos sistemas democráticos. E é sobre esse tema que o próximo capítulo irá se debruçar.

Capítulo 2 – A controvérsia sobre a “crise dos partidos”

2.1. Crise como desvio da norma

A ideia de crise está muito presente na teoria política contemporânea. Identifica-se crise no desempenho de diferentes atores e no funcionamento de diferentes sistemas e instituições. No início do século, Peter Mair (2003, p. 277) sustentou que a compreensão de que os partidos estavam em crise e na iminência de um grave declínio era relativamente aceita entre os estudiosos das democracias estabelecidas. Numa linha semelhante, Dalton e Wattenberg (2000, p. 16) afirmaram que havia se tornado recorrente na pesquisa de Ciência Política proclamar que os partidos estavam em declínio, assim como era comum uma reação argumentando que afirmações desse tipo eram exageradas. Além de uma “crise dos partidos”, há muito se fala em “crise da representação política” ou mesmo em “crise da democracia”. Esses três diagnósticos, aliás, são de longe os mais frequentes nas análises da disciplina, encontrando-se constantemente interconectados, em grande medida por conta da similaridade (ou mesmo correspondência) dos sintomas que permitiriam realizá-los⁷. Normalmente, a derivação de uma crise dos partidos para uma crise da representação ou da democracia passa pelo reconhecimento de que, pelo menos desde o final do século XIX, os partidos tornaram-se os principais instrumentos da representação política, e de que os atuais regimes democráticos são “democracias representativas” ou “partidárias”. Por isso, muitas vezes a noção de crise dos partidos é vista como parte de um mal-estar mais amplo que aponta em direção a uma crise da representação ou da democracia⁸.

De todo modo, é importante indagar o que significa dizer que algo está em crise. De acordo com Roitman (2016, p. 27-28), evocar crise implica referenciar uma norma, pois a afirmação requer um estado comparativo para julgamento. Afinal, trata-se de crise comparada a que? Diagnósticos de crise, portanto, envolvem questionar-se sobre o

⁷ Não deixa de ser curioso notar a persistência da utilização de vocábulos próprios do mundo médico para designar fenômenos políticos. Expressões como “mal-estar democrático” ou “saúde do sistema representativo” são comuns na teoria política, junto de termos como “sintoma” e “diagnóstico”, presentes aqui. Isso não acontece por acaso. Conforme assinalado por Koselleck (1988), a própria palavra “crise” tem sua origem justamente na medicina, remetendo a um momento crítico e decisivo de uma doença.

⁸ Miguel (2003), por exemplo, afirma que a crise dos partidos constitui um dos três conjuntos de evidências que indicam a existência de uma crise da representação nas democracias concorrenciais contemporâneas, junto do declínio do comparecimento eleitoral e do aumento da desconfiança dos cidadãos em relação às instituições.

que não está funcionando conforme se espera, a partir de uma perspectiva normativa específica.

Nesse sentido, é particularmente útil a discussão feita por Bernard Manin (1995) sobre as mutações que se verificaram no seio do governo representativo. Segundo ele, quando a ampliação do sufrágio na Europa permitiu a emergência e posterior consolidação dos partidos socialistas e socialdemocratas, o vínculo pessoal entre representantes e eleitores, que era característico do modelo parlamentarista de até então, foi dissolvido. Os partidos e seus programas políticos passaram a ter maior centralidade na disputa eleitoral, e o voto passou a ser expressão de uma identidade de classe, não sendo mais a manifestação de confiança em um indivíduo notável de uma comunidade local. Vários analistas interpretaram essas modificações como sinal de uma crise da representação. Contudo, o que ocorreu, para Manin, foi simplesmente o surgimento de um novo modelo representativo, que ele chamou de “democracia de partidos”. Esse modelo (tratado como um tipo ideal weberiano) apresentava características distintas do modelo parlamentarista anterior, mas com ele compartilhava o mesmo conjunto de princípios, apenas com consequências e implicações diferentes. De maneira semelhante, a crise da representação atual é atribuída ao desaparecimento ou enfraquecimento de características próprias da “democracia de partidos”. O autor, então, enxerga as mudanças que atualmente atingem a representação como fruto da emergência de uma terceira forma de governo representativo, compreendida no termo “democracia do público” (Manin, 1995, p. 6-33). Assim sendo, pode-se afirmar que é justamente por terem como referência normativa modelos específicos de representação que os estudiosos costumam perceber alterações em seu interior, em diferentes momentos, como indícios de crise.

Algo parecido se dá com o debate sobre crise dos partidos. Conforme afirma Ignazi (1996, p. 550), a ideia de crise ou declínio partidário está fortemente relacionada com o declínio de um tipo específico de partido: o partido de massas. A detecção, por Otto Kirchheimer, do partido *catch-all* nos anos 1960, um tipo partidário altamente diferente daqueles concebidos por Maurice Duverger na década de 1950, contribuiu para dar início ao debate sobre a crise dos partidos (Peres e Machado, 2017, p. 131). A emergência desse tipo partidário foi acompanhada de considerável pessimismo por parte de muitos estudiosos quanto ao futuro da democracia e das instituições representativas. Décadas depois, o mesmo tipo de pessimismo se fez presente quando, nos anos 1990, Katz e Mair (1995) apontaram para a existência de um novo modelo de partido que

havia emergido nas democracias ocidentais, modelo este que, novamente, distanciava-se sobremaneira daquele do partido de massas de Duverger⁹. Esse tipo de reação se explica pela tendência, muito presente na literatura sobre partidos políticos, de considerar os partidos de massa como o ponto final no processo evolutivo das organizações partidárias. Tal era, na verdade, a expectativa que o próprio Duverger nutria. Para ele, o sucesso dos partidos de massa faria com que os antigos partidos de quadros copiassem elementos de sua estrutura organizativa caso quisessem garantir a própria sobrevivência. Ele nomeou esse processo de “contágio pela esquerda” (Duverger, 1980 [1951]).

Em outras palavras, muitos autores compartilhavam o pressuposto de Duverger de que o partido de massas representava o modelo que mais se adequava às condições impostas pela democracia moderna (Amaral, 2013, p. 15). Com efeito, esse tipo partidário foi visto, por considerável período de tempo, como o horizonte normativo de muitos dos estudiosos da área, em alguns casos sendo até utilizado como um indicador para a medição da qualidade democrática de diferentes sistemas políticos. Esse viés foi chamado por Daalder (1992, p. 273) de “rejeição seletiva”, isto é, a ideia implícita em algumas análises de que alguns partidos são bons e outros ruins. Assim, desvios do modelo normativo só poderiam ser vistos como formas de degeneração ou sintomas de uma crise. Quando, porém, se concebe os partidos como estruturas em movimento e que sofrem evoluções (Panbianco, 2005 [1982]), reagindo a constantes mudanças ambientais, é possível compreender essas transformações sem recorrer à noção de crise.

Dessa forma, busca-se neste capítulo justamente mergulhar na controvérsia teórica sobre a crise dos partidos, abordando lateralmente a questão da crise de representação. O debate em torno da crise da democracia não será desenvolvido aqui, em razão de ser demasiadamente amplo e complexo, englobando inclusive reflexões de natureza mais sistêmica sobre as tensões decorrentes da acomodação de regimes democráticos à economia capitalista (cf. Fraser, 2015; Streeck, 2012). Tratar desse tema em toda a sua complexidade fugiria excessivamente do escopo deste trabalho, que conta com um recorte mais específico, relacionado à atuação dos partidos políticos. Isso não significa, contudo, que as diversas implicações das transformações partidárias para os governos democráticos contemporâneos ou mesmo os problemas das abordagens teóricas na reflexão sobre a democracia serão ignoradas. Muito pelo contrário.

⁹ Refiro-me aqui, evidentemente, ao partido de tipo cartel, embora os próprios autores afirmem que o termo “cartel” é mais apropriado para descrever sistemas partidários no lugar de partidos individuais, sendo mais adequado falar em “partidos cartel”, no plural (Katz e Mair, 1995, p. 17-22).

2.2. As evidências do declínio e seus problemas teóricos e metodológicos

O debate sobre crise dos partidos políticos tem sido fundamentalmente a discussão sobre a distância entre estes e os cidadãos comuns. Nesse contexto, a alegação de que há uma crise está relacionada a uma percepção sobre o aumento dessa distância em diversas democracias nas últimas décadas, especialmente naquelas do mundo desenvolvido e industrializado, para as quais um maior volume de dados está disponível. A crise, portanto, estaria ancorada num fenômeno verificável de “desalinhamento partidário”. Dentre as várias evidências para apoiar essa visão, cita-se com frequência a redução da filiação e da identificação partidária, o aumento da participação política não institucionalizada e da volatilidade eleitoral e a queda dos níveis de confiança popular nos partidos (Dalton, 2000; Mair, 2003; Ignazi, 1996; Baquero e Linhares, 2011). Índícios menos diretos incluiriam a ascensão de novos partidos em contraposição aos tradicionais, o aumento na quantidade de eleitores decidindo o voto de última hora e também a diminuição da participação eleitoral (Dalton, McAllister e Wattenberg, 2003). A intensidade relativa de cada um desses desenvolvimentos encontraria variação de país para país, mas, por estarem presentes simultaneamente num grupo amplo de nações, eles seriam indicativos de um mesmo processo de enfraquecimento dos laços entre partidos e sociedade. Assim, o que antes era visto como reflexo de crises políticas específicas – como aquelas decorrentes do conflito em torno dos direitos civis e da Guerra do Vietnã, nos Estados Unidos, ou aquela derivada da resposta ineficaz dos partidos britânicos frente aos desafios econômicos enfrentados nos anos 1970, na Inglaterra –, passou a ser identificado como parte de uma tendência generalizada, comum a diversas democracias (Dalton, 2000, p. 22; Dalton, McAllister e Wattenberg, 2003, p. 297).

Antes de tudo, faz-se necessário assinalar que a literatura a esse respeito é imensamente vasta e diversificada. Por esse motivo, no lugar de dialogar com autores específicos, o foco aqui recai sobre as dimensões que a literatura tem considerado para tratar da ideia de crise dos partidos. O argumento principal a ser desenvolvido é o de que as evidências tomadas por diferentes autores para a realização de diagnósticos de crise precisam, pelo menos em alguns aspectos, ser relativizadas. Com isso, será possível discutir como, ao se valer de determinados indicadores e leituras a respeito de seu significado, concepções normativas específicas (sobre o funcionamento da democracia, a natureza da representação ou o papel dos partidos) são evocadas.

2.2.1. A queda na filiação partidária

A redução das taxas de filiação partidária é o primeiro componente desse debate que merece exame cuidadoso. Por meio da utilização de *surveys* longitudinais e transnacionais, bem como de registros públicos, aponta-se para uma tendência de declínio no número de filiados a partidos políticos em diversos países. Para Pharr, Putnam e Dalton (2000, p. 15), por exemplo, o colapso do engajamento civil nos partidos após os anos 1970 está perto de poder ser considerado uma das poucas generalizações universais da Ciência Política. No entanto, a estimação do número de membros encontra algumas complicações consideráveis. Uma delas corresponde ao fato de que o levantamento dessa informação por meio de pesquisas de opinião não capta necessariamente uma amostra do grupo de cidadãos oficialmente filiados a partidos políticos, uma vez que o entrevistado pode não lembrar ou não saber que é filiado, ou ainda pode se sentir desconfortável com a revelação de sua filiação. Por isso, é comum (como acontece no Brasil) encontrar uma discrepância significativa entre os dados oficiais e as taxas de filiação identificadas nas entrevistas pelos pesquisadores (Speck, Braga e Costa, 2015, p. 130; Scarrow e Gezgor, 2010). Muitas vezes, a inexistência de regras específicas sobre a filiação de uma mesma pessoa a mais de um partido ou sobre a remoção de membros mortos ou inativos prejudica a confiabilidade das informações contidas em registros públicos. Um segundo obstáculo se refere ao fato de que o conceito de membro pode significar diferentes coisas dependendo do partido e do sistema partidário (Heidar, 2006; Whiteley, 2010; Duverger, 1980; Lipow e Seyd, 1996), o que dificulta a comparação dos dados entre diferentes países. A forma como o pesquisador e o respondente entendem o conceito de membro, por sua vez, influencia na própria mensuração do fenômeno.

As complicações supracitadas são muitas vezes reconhecidas pelos próprios autores que falam em declínio ou crise dos partidos. De todo modo, por mais imperfeitos que sejam, são esses os dados disponíveis. E, de fato, eles documentam uma tendência de queda no número de membros de partidos em várias democracias no mundo. Assim, com certa cautela, é possível aceitar a afirmação de uma tendência mais ou menos generalizada de “esvaziamento” dos partidos políticos, ao menos nas sociedades industriais avançadas. Mair (2003, p. 279-280), por exemplo, menciona dados de diferentes países da Europa Ocidental que apontam nessa direção, sustentando, ainda, que a redução no ativismo partidário acontece mesmo entre os membros que

permanecem filiados. Whiteley (2010, p. 25), por outro lado, chama atenção também ao número de ex-membros de partidos, que em muitos países supera o de membros correntes, sugerindo que a adesão em geral está em declínio nesses casos.

Entretanto, apesar de ser relativamente clara uma tendência de declínio na filiação e participação partidária nos países da Europa Ocidental (ainda que existam exceções e variações significativas de país para país) e, em certa medida, nos Estados Unidos e no Canadá, não se pode extrapolar essas conclusões para as nações de democratização recente, como é o caso do Brasil e de vários países na América Latina. Para afirmar que há na região a mesma tendência de declínio na quantidade de membros partidários observada nas democracias consolidadas são necessários dados de séries históricas mais longas, os quais simplesmente inexistem em muitos casos. No Brasil, geralmente se verifica que as taxas de filiação partidária são baixas em relação ao eleitorado total, assim como acontece alhures. Porém, como afirmam Speck, Braga e Costa (2015), quando se compara com os padrões mundiais, a filiação a partidos no Brasil apresenta-se como uma das mais elevadas, o que, para alguns autores, constitui-se como um dos maiores enigmas do sistema partidário brasileiro. Contrariando expectativas, Heidar (2006, p. 303) registrou que muitas novas democracias experimentaram um crescimento na associação partidária. Além disso, a emergência de novas tecnologias de informação e comunicação pode ter permitido o surgimento de múltiplas modalidades de militância e de adesão, alterando ou complementando as formas tradicionais de participação partidária. Infelizmente, ainda há uma escassez significativa de estudos sobre esse tema.

Ainda que se aceitasse a afirmação de uma tendência inexorável de redução na quantidade de indivíduos que são membros de partidos, seria inadequado enxergar esse fenômeno como sintoma de crise ou declínio partidário. Dizer que os partidos estão em crise porque seu número de membros reduziu é ter como referência o modelo de partido de massas de Duverger, cuja habilidade para atrair membros era um importante identificador de seu sucesso organizativo. Nos modelos de partido *catch-all* e cartel, as organizações não são mais dependentes dos membros para sua sobrevivência como eram os partidos de massas. Nos sistemas partidários cartelizados, por conta da orientação dos partidos para o Estado, os filiados deixam de ter relevância, e as linhas que separam os membros, de um lado, dos simples apoiadores e simpatizantes, de outro,

tornam-se mais nebulosas (Peres e Machado, 2017, p. 132-133)¹⁰. Em suma, os partidos não estão ameaçados de morte por conta desse desenvolvimento. O que não significa, porém, que está tudo bem no que se refere às possíveis consequências para a representação política.

Como argumentam Scarrow e Gezgor (2010, p. 827), os membros podem prover legitimidade aos partidos, demonstrando que estes não são organizações da e para a elite. Além disso, um contraste crescente entre membros de partidos e os demais cidadãos, segundo os autores, pode afetar negativamente a dinâmica da representação¹¹. Uma vez que os partidos são a principal forma de acesso à representação política formal, esse desenvolvimento pode impactar as condições de acesso de determinados grupos às posições de poder, aumentando a desigualdade política existente. Sob outra perspectiva, Panebianco (2005, p. 523, 532) já dizia que, por não serem organizadores de identidades coletivas estáveis, os partidos profissionais-eleitorais (sua reformulação do partido *catch-all* de Kirchheimer) poderiam ocasionar um agravamento da crise de legitimidade dos sistemas políticos. Dessa forma, apesar de a redução da quantidade de membros não ameaçar a existência dos partidos em si, ela poderia trazer problemas significativos para a representação política no que se refere às suas funções de legitimação do sistema.

2.2.2. O aumento da volatilidade eleitoral e da participação não institucionalizada

Enquanto a quantidade de membros de partidos e o nível de participação partidária estariam decaindo, a volatilidade eleitoral e a participação política não institucionalizada estariam em contínua escalada ascendente. Ambos os movimentos seriam verificáveis em vários países em décadas recentes, não sendo, portanto, um fenômeno isolado. Com relação à primeira tendência, argumenta-se que os eleitores

¹⁰ É importante chamar atenção ao fato de que os modelos e tipologias tradicionais presentes na literatura sobre partidos políticos são bastante enviesados em sua gênese, já que foram desenvolvidos nos contextos europeu e norte-americano, além serem um tanto unidimensionais, focando muito ou somente nos aspectos organizativos dos partidos (Krouwel, 2006, p. 249). Peres e Machado (2017, p. 135) afirmam, ainda, que tais tipologias não satisfazem os critérios de exaustividade e exclusividade, fazendo com que todos os partidos existentes reúnam combinações de características de diferentes modelos. É precisamente o que reconhecem Katz e Mair (1995, p. 19) em seu influente artigo. Para os autores, nenhum partido é completamente do tipo cartel, ou mesmo completamente de elite, de massas ou *catch-all*. Eles insistem que, na verdade, todos esses modelos são tipos polares, aos quais partidos individuais podem se aproximar mais ou menos em qualquer época determinada. Não há, portanto, simetria ou linearidade nas transformações das organizações partidárias.

¹¹ Sem embargo, eles verificam que tal contraste não está aumentando. Pelo contrário, a demografia dos membros de partidos (ao menos nos países pesquisados) crescentemente se assemelha à composição da população em geral (Scarrow e Gezgor, 2010, p. 834).

continuamente mudam seu voto entre os diferentes partidos a cada eleição. Nos sistemas eleitorais nos quais os cidadãos possuem mais de um voto, aponta-se que esses votos estão, cada vez mais, sendo distribuídos para diferentes partidos, isto é, seria observado um aumento na cisão do voto. Em resumo, os padrões de estabilidade eleitoral não estariam mais presentes nas democracias contemporâneas, e os eleitores de cada partido estariam crescentemente mais indiferenciados entre si.

Quanto a isso, não se deve descartar a hipótese, levantada por Manin (2013, p. 117), de que grande parte da alternância de voto ocorre entre partidos que não são muito distanciados em suas posições. O autor ainda afirma que estudos recentes têm mostrado uma reação dos partidos ao ambiente volátil gerado pela erosão das fidelidades partidárias, tornando-se mais proativos, ágeis e rápidos do que eram antes, o que afasta a caracterização de declínio. É possível questionar-se, também, por qual motivo um aumento na volatilidade eleitoral é necessariamente algo negativo. Afinal, qual o nível mínimo de volatilidade considerado adequado ou aceitável? Não é possível dar uma resposta objetiva a essa questão. Ao se assumir que o nível de volatilidade eleitoral adequado é aquele que se aproxima de zero, ou seja, aquele que tende a ser indicativo de um sistema estável, o que se assume é que é positiva a ausência de mudanças significativas na configuração da representação política e que, igualmente, é positivo que os grupos majoritários permaneçam majoritários. Não é preciso ir longe para perceber que isso vai de encontro com o requisito democrático da competição política e da alternância no poder (Peres, 2013). Apontar alta volatilidade eleitoral como um problema é entender que o melhor para a democracia é a estabilidade, o que parece replicar os pressupostos de teóricos da transição e consolidação democrática, os quais, como afirma Vitullo (2001, p. 56-58), ao aderirem a concepções minimalistas ou elitistas de democracia, conferiam exagerada ênfase nas ideias de ordem e estabilidade.

Adicionalmente, o aumento da participação política não institucionalizada, registrado em diferentes democracias do mundo, também tem sido apontado como evidência da crise dos partidos. Com “participação política não institucionalizada” os autores geralmente referem-se a diferentes formas de ação coletiva, tais como manifestações, petições, boicotes, greves não oficiais, ocupações de prédios e a participação em movimentos sociais e outras organizações da sociedade civil. Pelo menos com relação aos protestos políticos, as evidências confirmam um aumento extraordinário em muitos países a partir da década de 70 do século XX (Norris, Walgrave e Aelst, 2005, p. 198). A partir da observação desse fenômeno, apostas têm

sido feitas no sentido de que outras organizações substituiriam os partidos em muitas de suas funções. É o que presumiu Mair (2003, p. 283), afirmando que a função clássica dos partidos de articulação e agregação de interesses sociais e políticos já seria atualmente compartilhada com outras associações e organismos não partidários, como os meios de comunicação de massa. Em algumas arenas, portanto, os partidos teriam se tornado obsoletos, enquanto em outras, apenas redundantes (Daalder, 1992).

Sem dúvidas, diferentes organizações não partidárias podem desempenhar funções identificadas como próprias dos partidos – e frequentemente o fazem. Nessa perspectiva, cabe indagar se os cidadãos trocaram formas mais antigas de representação, como partidos políticos e sindicatos, por “novos” modelos, como movimentos sociais, grupos informais de cidadãos e Organizações Não Governamentais (ONGs). É o que fazem Hochstetler e Friedman (2008), que buscam verificar se a representação por organizações da sociedade civil é complementar ou concorrente à dos partidos. Investigando os casos do Brasil e da Argentina, as autoras chegam à conclusão de que não houve substituição de partidos por organizações da sociedade civil como mecanismos de representação dos valores e interesses dos cidadãos, sendo mais plausível a hipótese da complementaridade. Isto é, os cidadãos utilizam ambos os mecanismos para influenciar os resultados políticos. Ainda é importante enfatizar que as organizações da sociedade civil brasileiras sequer tiveram a intenção de substituir instituições democráticas representativas como os partidos políticos e o poder legislativo, algo que ocorreu, em maior ou menor medida, na Argentina, e, mesmo assim, sem grande sucesso (Hochstetler e Friedman, 2008, p. 48, 63)¹².

Diante disso, é possível (e necessário) contestar a contraposição tão rígida que se costuma fazer entre formas tradicionais e não convencionais/não institucionalizadas de participação. Deve-se ter em conta que os atores políticos podem fazer uso – e frequentemente fazem – tanto das primeiras quanto das segundas, de maneira combinada. A participação em movimentos sociais e/ou em manifestações de rua, por exemplo, não anula e nem impede a participação em partidos. Estes, inclusive, podem incentivar e mobilizar protestos, fornecendo recursos materiais ou simbólicos aos manifestantes. Exemplos claros disso podem ser encontrados na história política recente

¹² É necessário pontuar que as autoras tratam da ideia de crise partidária como algo episódico, chegando mesmo a tratá-la no plural em alguns momentos, como ao falar das “recentes crises partidárias” que se verificaram nos países pesquisados. Nesse tipo de abordagem, que se contrapõe a análises que focam em tendências mais generalizadas, a crise partidária aparece como resultado de acontecimentos específicos, relacionados ao desempenho dos partidos em relação a determinadas situações (como escândalos de corrupção, governos mal sucedidos, etc.).

do Brasil. Nas mobilizações pelas “Diretas Já” e pelo impeachment de Fernando Collor foi fundamental o trabalho de articulação das lideranças partidárias de oposição (Tatagiba, 2014). Protestos, além de se constituírem como uma forma efetiva de pressão e reivindicação de determinadas questões, também servem para a construção de identidades coletivas. Como mostram Norris, Walgrave e Aelst (2005, p. 203) em seu estudo sobre o perfil dos manifestantes na Bélgica, as demonstrações tornaram-se uma parte comum da política belga, e os indivíduos que nelas se engajam não rejeitam as formas convencionais de participação.

Ademais, vincular o aumento da participação não institucionalizada à noção de crise acaba ecoando os argumentos do conhecido relatório de Crozier, Huntington e Watanuki (1975) à Comissão Trilateral¹³. No texto, os autores afirmavam que o aumento da democratização nas sociedades industrializadas estava ameaçando a estabilidade da economia e trazendo consigo uma crise de governabilidade. De acordo com essa visão, a multiplicação das demandas populares, fruto desse processo, era responsável pela geração de uma sobrecarga no governo, que contava com cada vez menos recursos materiais e autoridade política disponíveis para atendê-las. Vale lembrar que o sentido de crise que marcou a análise desses autores refletiu tanto as perturbações econômicas da época quanto o surto de ativismo político radical dos anos 1960 e 1970 (Pharr, Putnam e Dalton, 2000). Sendo assim, o maior ponto de controvérsia dessa abordagem reside no fato de sua interpretação indicar como problema um suposto “excesso de democracia”, algo que precisaria ser remediado com um refreamento da democratização¹⁴. Dito de outra maneira, para a manutenção da estabilidade econômica e institucional, seria desejável que as pressões populares sobre o governo se mantivessem em um patamar baixo. O elogio da apatia também esteve presente em outro texto considerado clássico da Ciência Política, o livro de Gabriel Almond e Sidney Verba (1963). Conforme indicado por Miguel (2005, p. 30), os autores de *The*

¹³ A Comissão Trilateral é um fórum de discussão sobre questões políticas e econômicas da elite intelectual dos Estados Unidos, da Europa Ocidental e do Japão, fundado em 1973. O relatório produzido por Michel Crozier, Samuel Huntington e Joji Watanuki a essa comissão foi publicado em forma de livro no ano de 1975.

¹⁴ Com demarcada impaciência, Crozier, Huntington e Watanuki (1975) afirmaram que a democratização estava desafiando a autoridade não somente no governo, mas também em sindicatos, empresas, escolas, universidades e outras organizações coletivas. Num tom visivelmente alarmista, eles denunciavam que o “espírito da democracia”, igualitário, individualista, populista e inconformado com as distinções de classe e hierarquia, acabaria por minar todas as formas de associação e enfraquecer os laços sociais que uniam a família, o mercado e a comunidade (Crozier, Huntintgton e Watanuki, 1975, p. 162).

Civic Culture “postulavam que a ‘cultura política’ ideal seria aquela em que os cidadãos combinassem um elevado sentimento de sua eficácia política com raríssimas tentativas de fazê-la valer”. Isto é, as pessoas deveriam se sentir capazes de influenciar os rumos da política, mas, na maior parte do tempo, não fazê-lo efetivamente. Como muitos dos estudos recentes são diretamente influenciados por essas duas abordagens (em que cultura política e estabilidade institucional estão relacionadas), é comum que apresentem não apenas dados similares, como também a mesma leitura deles (Miguel, 2005, p. 32).

Pode-se argumentar, ainda, que a emergência de novos partidos em resposta a movimentos de protesto pode ser vista como um indicativo de que o partido político em si não é uma estratégia obsoleta para a articulação de interesses¹⁵. A ideia de ter partidos não está em declínio, embora possa haver insatisfação com os partidos estabelecidos ou com o sistema político (Selle e Svåsand, 1991, p. 470). Como lembra Ignazi (1996, p. 555), o surto de ativismo político radical nos países industrializados nos anos 1960 e 1970 e o surgimento de partidos verdes e da esquerda libertária foram eventos que estiveram estreitamente relacionados.

2.2.3. A redução da identificação partidária e da confiança popular nos partidos

Além dos indicadores discutidos anteriormente, evidências da crise seriam encontradas na redução dos níveis de identificação partidária e na diminuição da confiança popular nos partidos. De acordo com Clarke e Stewart (1998), dos anos 1950 até meados da década de 1990, o nível agregado de identificação partidária sofreu uma nítida queda em países como Estados Unidos, Canadá e Reino Unido. Esses casos, segundo os autores, não seriam atípicos, uma vez que análises similares documentariam a mesma dinâmica em uma ampla variedade de democracias estabelecidas. Nessa linha, Pharr, Putnam e Dalton (2000, p. 16) apontaram que a identificação dos cidadãos com os partidos havia caído em quase todas as democracias industriais avançadas. O fenômeno, contudo, não se limitaria a esses contextos, como afirmam Braga e Pimentel Jr. (2011, p. 272), podendo ser observado também em democracias recentes. No Brasil, por exemplo, a tendência seria verificada tanto na comparação dos níveis atuais com aqueles encontrados na virada do século (Paiva e Tarouco, 2011; Ribeiro, Carreirão e

¹⁵ O Podemos, na Espanha, é talvez um dos exemplos mais recentes de partidos criados em resposta à indignação popular manifestada por protestos de rua.

Borba, 2016) quanto em relação aos padrões existentes na experiência democrática da Quarta República (entre 1945 e 1964), quando quase 65% dos eleitores chegaram a manifestar identificação com algum partido (Braga e Pimentel Jr., 2011).

Este indicador é, seguramente, o mais frequente nas análises sobre desalinhamento partidário (por ser entendido como o mais confiável). E talvez seja também o mais eloquente, mas, como no caso da filiação, há problemas de ordem metodológica que não podem ser menosprezados. Um ponto importante a se considerar é que os principais *surveys* utilizados pelos pesquisadores para a realização de inferências sofreram mudanças ao longo do tempo em suas questões a respeito da identificação partidária. Há também variação de enunciado entre diferentes casos nacionais. Isso acaba prejudicando as comparações. Como dados de séries temporais são escassos ou mesmo inexistentes para muitos países, “generalizações globais em relação à dinâmica do partidarismo carecem de uma fundação empírica firme” (Clarke e Stewart, 1998, p. 363).

Mesmo relevando essas considerações, ainda é possível argumentar que o declínio da identificação partidária pode significar apenas que os eleitores estão menos apegados a um partido específico e mais independentes de laços emocionais ou afetivos na avaliação dos atores em disputa (Ignazi, 1996, p. 550). O que acontece, de acordo com Manin (2013, p. 116, 122), é que os partidos não mais atraem as fidelidades duradouras dos eleitores no mesmo grau que atraíam no passado, durante a chamada “democracia de partidos”, quando estes funcionavam como organizações de integração de massa. Bartels (2000, p. 38-39), por sua vez, afirmou que a erosão das lealdades partidárias se deu, sobretudo, entre os cidadãos que não costumavam comparecer às urnas. Segundo o autor, nos anos 1990, a distribuição de vínculos partidários entre aqueles que realmente votavam não havia sido muito diferente daquela encontrada na década de 1950.

Além disso, a afirmação de que havia uma tendência inequívoca de redução nos níveis de identificação partidária também chegou a ser questionada. Conforme apontou Holmberg (2009, p. 364), a identificação com os partidos havia crescido levemente nas eleições de três países europeus e nos Estados Unidos, e alguns estudos haviam mostrado que as pessoas percebiam mais as diferenças entre democratas e republicanos do que no passado. Em alguns países de democratização recente, constatou-se mesmo um aumento nos níveis de partidarismo. Como afirmaram Carreras, Morgenstern e Su (2013), a visão de um desalinhamento partidário onipresente é bastante errônea e

simplista para tratar do caso da América Latina, pois em alguns países sequer havia alinhamento prévio. Assim, em adição a casos de desalinhamento, complementam os autores, a região contaria com cenários de alinhamento contínuo, realinhamento após reestruturação dos sistemas de partidos, alinhamento parcial ou mesmo a continuação de sistemas sem qualquer tipo de alinhamento partidário.

Quanto à confiança popular, não é mais novidade que os partidos políticos estão longe de contarem com algum nível de credibilidade perante o eleitorado. Séries temporais documentam uma tendência decrescente muito clara a esse respeito: uma quantidade cada vez menor de cidadãos expressa confiança nos partidos, o que parece ter se tornado uma característica geral da opinião pública nas democracias contemporâneas (Dalton e Weldon, 2005). O Brasil parece não ser exceção disso. Como indicam Baquero e Linhares (2011, 90), os partidos são as instituições com os níveis mais baixos de confiança entre os cidadãos.

Apesar de o retrato do aumento do ceticismo em relação aos partidos políticos em várias democracias parecer plausível, a apropriação desse dado para falar em crise dos partidos é problemática. Antes de qualquer coisa, ele fornece informação sobre propriedades dos eleitores, isto é, sobre suas percepções subjetivas, pouco dizendo sobre os partidos em si. Tal dado pode até ser útil para verificar a existência de um ambiente fecundo para o crescimento de sentimentos antipartidários na população, mas, como evidência de crise dos partidos, redundando num raciocínio tautológico. Em última instância, implica dizer que os partidos estão em crise porque as pessoas acreditam que eles estejam em crise, sendo esta explicada pela própria falta de confiança das pessoas nos partidos.

Por fim, vale pontuar que o declínio dos níveis de confiança popular não se restringe aos partidos, apesar de eles serem os alvos principais da descrença dos cidadãos. Na realidade, o mesmo padrão pode ser verificado em relação às instituições da democracia liberal como um todo, um padrão que se repete de maneira consistente em diversos lugares do mundo (Klingemann, 1999; Foa e Mounk, 2017). Curiosamente, é justamente a instituição menos partidária, o poder judiciário, a que tende a conservar os maiores índices de confiança do público (Pharr, Putnam e Dalton, 2000, p. 17).

2.3. As causas e consequências do desalinhamento

Apesar das críticas, é possível dizer que, de forma geral, a tese do desalinhamento partidário acabou prosperando. Dificilmente alguém argumentaria contra a afirmação de que os partidos estão mais distantes dos cidadãos atualmente. Como afirmam Borba et al (2018, p. 108), “há pouca divergência quanto ao diagnóstico do desalinhamento, mas o mesmo não pode ser dito em relação às suas consequências para a democracia”. Entretanto, se, por um lado, é possível falar em desalinhamento partidário como um fenômeno presente em diversas democracias pelo mundo, por outro, é questionável tomá-lo como sinalizador de uma crise dos partidos. Como discutido anteriormente, fazer isso implica evocar uma série de pressupostos normativos sobre como estes deveriam funcionar. Quando, por exemplo, se sustenta que as agremiações partidárias estão em crise por crescentemente estarem sendo abandonadas por seus membros, está implícita a ideia de que elas *dependem* desse elemento para sobreviver, o que não é o caso – ou, melhor dizendo, não é sempre o caso. O mesmo se dá com relação aos outros aspectos desse debate. Embora, sob vários pontos de vista, seja desejável que os indivíduos se associem a partidos, estes podem existir sem que a ausência de filiados (bem como de confiança popular ou de eleitores identificados) seja uma ameaça a sua continuidade. É pouco provável, aliás, que os partidos venham a desaparecer num futuro próximo, mesmo diante de todos os problemas apontados pela literatura. Isso porque eles são “objetos multifacetados”, isto é, fazem muitas coisas e atuam em várias arenas, e uma menor capacidade em uma delas não significa necessariamente declínio em todas as outras (Manin, 2013, p. 116). Há mais de um nível de análise a ser considerado.

Seguindo nessa direção, Dalton e Wattenberg (2000, p. 5, 8-9) indicam, a partir da mobilização da abordagem de V. O. Key, algumas funções dos partidos em três dimensões: partidos no eleitorado, partidos como organizações políticas e partidos no governo. Entre outras coisas, eles articulam e agregam interesses, informam os cidadãos, promovem o recrutamento e treinamento de elites políticas, contribuem para criar maiorias no governo e são importantes para organizar a dissidência e a oposição. Em alguns desses aspectos, como no provimento de informação política aos eleitores (papel atualmente exercido em grande parte pelos meios de comunicação de massa) ou a agregação de interesses (dividido com outras associações e organizações não partidárias), os partidos perderam o monopólio que possuíam anteriormente. Em outros

casos, como no da formação de maiorias no interior do parlamento e no do recrutamento de quadros políticos, os partidos tiveram sua importância aumentada. Conforme há muito já observado pela literatura (cf. Limongi e Figueiredo, 1995), eles são cruciais no funcionamento interno dos parlamentos, onde se comportam como unidades altamente coesas. A democracia sem partidos pode até ser impensável, como a clássica e fartamente citada afirmativa de Schattschneider indica, mas “as grandes legislaturas modernas sem partidos são quase inconcebíveis” (Dalton e Wattenberg, 2000, p. 9). O debate sobre o desalinhamento partidário refere-se à primeira dessas dimensões, a dos partidos no eleitorado. Pode-se afirmar, portanto, que enquanto permanecem fortes organizacionalmente e no governo, os partidos têm falhado em suas funções representativas.

Dentre as possíveis causas do desalinhamento, uma das hipóteses disponíveis é a da despolitização, segundo a qual os indivíduos estariam mais absorvidos em seus projetos privados e individualistas e, por isso, se sentiriam menos inclinados a participar da política partidária. Teria havido, então, uma queda da demanda por participação política no geral. No entanto, o fato de o declínio observado na participação partidária nas últimas décadas ter coincidido com o aumento de formas “não convencionais” de participação política e engajamento acaba depondo contra essa hipótese (Invernizzi-Accetti e Wolkenstein, 2017, p. 99-100). Uma segunda abordagem investe na compreensão de que o desalinhamento partidário é causado pela combinação entre fatores individuais e sistêmicos, relacionados a transformações sociais e econômicas próprias às sociedades industriais avançadas. Essa explicação atribui importância à modernização política e social, responsável por trazer um processo que se traduziria em maior demanda por autonomia individual e autoexpressão, reflexo de uma maior autossuficiência das pessoas na política. Desse modo, os crescentes níveis educacionais e o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa estariam tornando as pessoas cada vez mais capazes de lidar com a complexidade da política por conta própria, o que resultaria na diminuição da necessidade funcional de partidarismo entre os cidadãos (Dalton, 2000; Invernizzi-Accetti e Wolkenstein, 2017).

Essa última perspectiva traz uma visão mais positiva (ou menos negativa) do processo de erosão dos laços partidários e dos próprios indivíduos que não os carregam. A literatura inicial sobre partidarismo tendia a apresentar um olhar mais depreciativo em relação aos não-partidários, pois eles geralmente demonstravam menores níveis de

sofisticação política, isto é, eram menos informados e menos interessados em política¹⁶. No período mais recente, porém, muitos eleitores politicamente sofisticados abandonaram seus vínculos partidários, num processo que foi chamado de “mobilização cognitiva”. Os eleitores cognitivamente mobilizados, então, seriam mais independentes dos partidos e agiriam de modo racional, estando propensos de modo similar a votar nas diversas legendas, conforme seu interesse, algo que Borba et al (2018, p. 110) chamaram de “indiferenciação política”. Por conseguinte, o desalinhamento partidário visto sob essa ótica não traria consequências tão nocivas aos regimes democráticos contemporâneos. A desconfiança dos eleitores em relação aos partidos e às outras instituições da democracia representativa se deveria ao fato de eles estarem simultaneamente mais instruídos e mais informados. Isso explicaria aquilo que Dahl (2000) chamou de “paradoxo democrático”: a existência, em muitos países, de cidadãos com baixa confiança nas instituições, mas, ao mesmo tempo, elevado apego a valores e princípios democráticos. Antes de tudo, esse processo sinalizaria a emergência de “cidadãos críticos” (Norris, 1999) ou “democratas insatisfeitos” (Klingemann, 1999). No lugar de representar um risco à persistência da democracia, eles poderiam, pelo contrário, contribuir para seu aperfeiçoamento.

Contudo, é necessário que se investigue com maior profundidade o que as pessoas realmente querem dizer quando afirmam apoiar a democracia (Dahl, 2000, p. 36-37). Não se deve descartar a ocorrência, ao menos em parte, do viés de “desejabilidade” social (*social desirability bias*). Como reconhece Norris (1999, p. 2), a adesão a princípios democráticos pode ser puramente simbólica, como apoio abstrato aos princípios de liberdade e igualdade, entendidos genericamente. Ademais, essas análises foram elaboradas tendo como parâmetro as sociedades industriais avançadas, podendo não explicar satisfatoriamente os padrões encontrados nos países de economia emergente em que uma tendência similar de desalinhamento partidário pode ser identificada. Ao investigar o partidarismo no contexto latino-americano, Lupu (2015, p. 237) constatou que os cidadãos que prestavam mais atenção à mídia eram na verdade mais propensos a se identificar com um partido, contrariando a expectativa de que os meios de comunicação de massa deveriam corroer ou obstruir os laços partidários.

¹⁶ De acordo com Campbell et al (1967 [1960], p. 83), o eleitor independente estava longe de corresponder ao ideal de cidadão atento e preocupado com o curso do governo, que pesa as alternativas e julga sem a influência de preconceito partidário. Segundo os autores, aqueles que se classificavam como independentes tendiam a ser menos envolvidos em política, a possuir menor conhecimento das questões, menor interesse na campanha e menor preocupação com os resultados eleitorais.

Em alternativa à hipótese da mobilização cognitiva, há também uma visão mais pessimista acerca do fenómeno do desalinhamento, que vê nele não a ascensão de indivíduos “indiferentes”, que percebem pouca ou nenhuma distinção entre os partidos sem desprezar a arena eleitoral, mas a de sujeitos “alienados”, que percebem todas as alternativas partidárias como distantes e, como resultado, tendem a se afastar da arena política, desprezando os partidos ou o sistema como um todo (Borba et al, 2018, p. 110). A emergência de *outsiders* e de lideranças populistas autoritárias, bem como a eclosão de partidos extremistas e antissistema são comumente vistas como consequências possíveis desse desenvolvimento.

Seja como for, o fato é que o partidarismo desempenhou importantes funções na estruturação de atitudes políticas, na condução de preferências eleitorais e na mobilização de cidadãos para participação no processo político (Dalton, 2000, p. 36). Trata-se de uma heurística que ajuda os indivíduos a organizar as complexidades da política, integrar informações em um sistema de crenças e avaliar fenómenos políticos (Dalton e Weldon, 2007, p. 180). Dessa maneira, a erosão do partidarismo nas democracias contemporâneas (não só nas dos países ricos e industrializados) pode ter implicações que vão muito além da natureza das eleições.

Capítulo 3 – As várias formas de partidarismo

3.1. Do desalinhamento ao antipartidarismo?

Em décadas recentes, surgiu no âmbito dos estudos eleitorais um conjunto de trabalhos preocupado em investigar a hostilidade dos cidadãos em relação aos partidos políticos. Para além da simples realização de diagnósticos de desalinhamento partidário, esses trabalhos estavam preocupados em tratar do crescimento da *aversão popular aos partidos*, isto é, daquilo que é comumente chamado de “antipartidarismo”. No entanto, mesmo após tantos anos, o tema permanece pouco estudado, contando com uma bibliografia bastante reduzida. Em texto introdutório a um volume especial que editaram da *European Journal of Political Research*, Poguntke e Scarrow (1996, p. 257-258) argumentaram que a relativa escassez de pesquisas sistemáticas focadas nas origens e consequências da política antipartidária (*politics of anti-party*) talvez se devesse ao viés pró-partido que costuma marcar os estudiosos das democracias eleitorais contemporâneas. Buscando preencher essa lacuna, os autores pontuam que, antes de tudo, o sentimento antipartidário pode ser examinado tanto no nível das elites quanto no das massas. A abundância de pesquisas de opinião pública, porém, faz com que a maior parte dos estudos tenha como foco justamente o segundo nível de análise.

Uma das principais marcas dessa literatura é a sua enorme confusão conceitual. Em artigo publicado na mesma edição do periódico citado, Poguntke (1996) adverte que o tópico do antipartidarismo é cercado de “armadilhas metodológicas e ciladas teóricas”. Segundo ele, é necessário ter em mente que o antipartidarismo pode se manifestar de duas formas: como uma atitude contra os partidos existentes ou como uma orientação contra partidos *per se*. Enquanto, no primeiro caso, há uma aspiração em substituir os partidos vigentes por outros novos, no segundo, vislumbra-se uma superação do próprio modelo de representação baseado em partidos (Poguntke, 1996, p. 319-324) (ver *Quadro 1*). Durante os anos 1990, foi comum a afirmação, muitas vezes sem evidências empíricas robustas para sustentá-la, de que os sentimentos negativos em relação aos partidos políticos haviam se generalizado na política de toda a Europa Ocidental (Torcal, Gunther e Monteiro, 2002, p. 259). O sucesso eleitoral de partidos com discurso antipartidário na Itália, por exemplo, foi interpretado por muitos analistas

como um indício do triunfo do antipartidarismo no nível das massas¹⁷, conforme apontou Bardi (1996, p. 346). Contudo, embora as atitudes antipartidárias tenham desempenhado um papel relevante no realinhamento que emergiu das eleições italianas de 1994, a reestruturação quase completa do sistema partidário (resultado de escândalos políticos e reformas institucionais) foi fundamental nesse processo, pois apagou competidores tradicionais e facilitou o nascimento de novos desafiantes (Bardi, 1996, p. 352-358). Além disso, em sua análise sobre doze países europeus e os Estados Unidos, Poguntke (1996, p. 338) concluiu que os dados não permitiam sustentar generalizações sobre a ascensão do sentimento antipartidário nas democracias ocidentais.

Quadro 1. Dimensões do sentimento antipartidário.

Objeto		
Ator	<i>Contra partidos existentes</i>	<i>Contra partidos per se</i>
Elites	Rejeição instrumental de partidos	Rejeição generalizada de partidos
Massas	Rejeição específica de partidos	Rejeição generalizada de partidos

Fonte: Poguntke (1996)

O fato é que é muito difícil extrair qualquer conclusão a respeito da extensão dos sentimentos antipartidários na sociedade, uma vez que os indicadores utilizados em tais aferições são bastante problemáticos. Além da identificação e da filiação partidária, utiliza-se o comparecimento eleitoral, o voto em partidos com discurso antissistema e a indecisão do eleitor como medidas aproximadas da presença do sentimento antipartidário na população. A expectativa é a de que, quando tal sentimento estiver presente, os níveis de abstenção eleitoral serão elevados, o voto de protesto será mais recorrente e as taxas de filiação e identificação partidária permanecerão baixas. O principal problema dessa abordagem, conforme apontaram Dalton e Weldon (2005), e como Poguntke e Scarrow (1996) já haviam reconhecido, é que ela se baseia em indicadores indiretos, que podem ser entendidos mais como possíveis consequências comportamentais de uma atitude antipartidos do que como uma medida dessa atitude

¹⁷ Algumas interpretações chegaram a ver na ascensão do *Forza Itália*, partido liderado pelo empresário Silvio Berlusconi e grande vencedor das eleições de 1994, a emergência de um novo modelo partidário: o “partido-empresa-de-negócios” (*business-firm party*) (Hopkin e Paolucci, 1999; Krouwel, 2006).

propriamente dita. O ideal seria medi-la diretamente, por meio de questões específicas em *surveys*, o que nem sempre é possível. Sem uma mensuração direta, como afirma Poguntke (1996, p. 326-337), o abandono dos vínculos partidários, a emergência de novos partidos ou mesmo o decréscimo da filiação partidária podem ter diferentes causas e não necessariamente serem expressão de um aumento da rejeição a partidos¹⁸.

Sem dúvida alguma, uma perspectiva central para essa discussão é a de Torcal, Gunther e Monteiro (2002). No intuito de conferir maior precisão conceitual e complexidade teórica ao tópico do antipartidarismo, os autores dividem as atitudes antipartidárias em dois tipos distintos, com diferentes origens e consequências comportamentais. A primeira delas é o “antipartidarismo reativo”, que se refere a uma postura crítica adotada pelos cidadãos em resposta a sua insatisfação com o desempenho de elites partidárias e instituições. Tal postura está ligada a uma dimensão mais circunstancial e, por isso, espera-se que sua intensidade e extensão variem de acordo com a conjuntura política, econômica e social. O segundo tipo de atitude antipartidária é o “antipartidarismo cultural”, que é influenciado por experiências com regimes ditatoriais, turbulências e descontinuidades políticas, ajudando a criar uma cultura política avessa a partidos. Esse tipo de antipartidarismo, por sua vez, tende a ser independente de mudanças de curto-prazo nas condições políticas nacionais (Torcal, Gunther e Monteiro, 2002, p. 260-261). Como é possível notar, essa distinção é semelhante àquela apresentada por Poguntke (1996), que diferencia uma atitude contra os partidos existentes de uma postura contra partidos *per se*. A primeira seria motivada por uma insatisfação ocasional com os principais partidos da disputa eleitoral e por isso seria análoga ao antipartidarismo reativo, enquanto a segunda refletiria uma oposição à democracia baseada em partidos e por isso seria comparável ao antipartidarismo cultural¹⁹.

Partindo dessas categorias, os autores examinam as orientações afetivas dos cidadãos em relação aos partidos em quatro países do Sul da Europa, uma região marcada por interrupções nos regimes democráticos em diferentes momentos de sua

¹⁸ Também é importante pontuar, como reconhece o autor, que é muito difícil (ou mesmo impossível) operacionalizar empiricamente a distinção entre sentimentos antipartidários específicos (contra os partidos existentes) e generalizados (contra partidos *per se*) (Poguntke, 1996, p. 324).

¹⁹ Da mesma maneira que a distinção teórica de Torcal, Gunther e Monteiro (2002) lembra a de Poguntke (1996), ela também compartilha com esta a dificuldade de operacionalização empírica. Para viabilizá-la em sua pesquisa, os autores recorrem a questões de *surveys* que medem o nível de concordância dos respondentes com diferentes afirmações, como: “os partidos criticam uns aos outros, mas são todos iguais”; “partidos políticos apenas dividem as pessoas”; “sem partidos, não pode haver democracia”; “partidos são inúteis”; entre outras.

história. Além de constatarem que as atitudes dos eleitores para com os partidos são altamente ambivalentes, eles encontraram uma associação entre a manifestação de antipartidarismo cultural e baixos níveis de interesse ou consciência política, não estando essa relação presente entre aqueles eleitores que apresentaram antipartidarismo reativo. Outro achado importante foi o de que as diferenças no nível de interesse político entre respondentes favoráveis e contrários a partidos eram bastante extremas. Mais uma vez, a pesquisa concluiu que não é possível defender a existência de uma tendência geral em direção a maiores níveis de sentimentos antipartidários nos países investigados (Torcal, Gunther e Monteiro, 2002, p. 264-287).

Outra contribuição relevante para o debate é dada por Dias (2018), que busca contornar o problema da mensuração indireta do antipartidarismo recorrendo a uma pergunta específica contida no *Latin American Public Opinion Project (LAPOP)*²⁰. Examinando o conjunto das vinte democracias latino-americanas, a autora encontrou que os cidadãos mais jovens estão mais associados ao fenômeno do antipartidarismo do que as pessoas mais velhas. Verificou, ainda, que a percepção de corrupção aumentava as chances de alguém ser antipartidário, embora os efeitos não fossem significativamente elevados. Ecoando achados anteriores, o artigo constatou que os cidadãos que mais manifestavam atitudes antipartidárias tendiam a ser aqueles que possuíam menores níveis de interesse por política. Por fim, a autora também mostrou que um maior grau de fragmentação partidária das unidades nacionais favorecia o surgimento de sentimentos negativos em relação às agremiações (Dias, 2018, p. 44-46). Embora não tenha identificado o padrão de evolução dos sentimentos antipartidários dos eleitores latino-americanos (por não ter esse como um de seus objetivos e utilizar uma base de dados com um intervalo temporal relativamente curto), o estudo ainda assim lançou alguma luz sobre o fenômeno, revelando fatores individuais e institucionais que favorecem sua manifestação.

Como já observado por alguns autores, é recorrente associar os sentimentos partidários negativos a baixos níveis de apoio à democracia e ao comportamento antissistema. Isso acontece porque não é comum diferenciar desafeições pelos partidos como um todo de antipatias direcionadas a uma ou outra legenda. As duas posturas, embora expressem orientações distintas, costumam ser reunidas de maneira

²⁰ Além da questão sobre simpatia partidária, Dias (2018) utilizou uma pergunta sobre se a democracia poderia existir sem partidos políticos para criar um índice a partir do qual pôde classificar cada entrevistado em “simpático aos partidos”, “não-partidário” ou “antipartidário”.

indiferenciada no conceito de “antipartidarismo”. Essa prática contribui para aumentar a confusão teórica já existente e dificultar a interpretação de resultados empíricos, razão pela qual propomos na seção seguinte tratar as duas atitudes sob rótulos diferentes. No caso das antipatias direcionadas, a rejeição não implica uma postura de contrariedade à ideia de partidos em si, podendo apenas representar uma oposição ideológica, uma frustração de promessas eleitorais ou mesmo a preferência por um partido rival. E mesmo quando os cidadãos expressam repulsa por todos os principais partidos eleitoralmente relevantes, esse sentimento pode ou não representar uma negação do modelo de representação baseado em partidos, como sugerem as abordagens de Poguntke (1996) e Torcal, Gunther e Monteiro (2002). Em outras palavras, o tema da rejeição partidária não precisa ser tratado como sinônimo de atitudes antissistema ou autoritárias, como muito se tem feito. O trabalho seminal de Campbell et al (1967 [1960]) já assumia a possibilidade de falar em identificações negativas com partidos. Segundo eles:

[...] o partido político serve como o grupo em relação ao qual o indivíduo pode desenvolver uma identificação, *positiva ou negativa*, de algum grau de intensidade (Campbell et al, 1967 [1960], p. 68 tradução própria, grifos meus).

[...] os sentimentos *positivos e negativos* que milhões de indivíduos têm em relação aos partidos são resultado de orientações de caráter difuso e generalizado que têm um significado psicológico comum, embora possa haver uma grande variação na maneira como o partido é percebido (*ibid.*, p. 72, tradução própria, grifos meus).

Isso significa que o apego ou apreço a um partido é apenas uma forma possível de partidarismo, afinal, os cidadãos podem se relacionar com determinadas legendas de forma negativa e, teoricamente, essa relação pode gerar consequências importantes. No entanto, como muito se tem apontado, apesar de a formulação original do conceito de identificação partidária permitir que se fale em identificação negativa, a pesquisa na área levou em conta quase que exclusivamente a vinculação positiva dos eleitores com os partidos (Medeiros e Noël, 2014; McGregor, Caruana e Stephenson, 2015; Samuels e Zucco, 2018). E é em direção a esse lado negligenciado do partidarismo que nos

voltaremos agora, buscando compreender suas peculiaridades e sua importância para o estudo do comportamento político.

3.2. O lado esquecido do partidarismo e as tipologias de eleitores

Diferentes motivos podem explicar porque a literatura em geral ignorou o tópico da rejeição ou antipatia partidária. Um deles tem a ver com a forma tradicional de mensuração do partidarismo nas pesquisas de opinião. O item comumente utilizado para esse propósito mede apenas as disposições partidárias positivas dos cidadãos. A pergunta indaga se o eleitor se considera apoiador de algum dos partidos e, em caso afirmativo, solicita que ele indique a intensidade desse apoio. Questões sobre sentimentos negativos – como aquelas que sondam em quais partidos os entrevistados jamais votariam, as que medem sua concordância com afirmações sobre o papel dos partidos políticos na democracia ou aquelas que os estimulam a avaliar as principais agremiações existentes em uma escala afetiva (os famosos “termômetros partidários”) – raramente são empregadas²¹. Como mencionado no capítulo 1, essa forma de operacionalização, nos Estados Unidos, leva a uma concepção da identificação partidária em uma escala unidimensional que varia entre Republicanos fortes, em um extremo, e Democratas fortes, no outro, com os não-partidários (ou independentes) num ponto médio entre os dois²². Embora pesquisas realizadas em diferentes países utilizem questões com enunciados diferentes, muitas delas são apenas variações daquela original, falhando igualmente em perceber identidades negativas. Ademais, a possibilidade de existência de identificações com mais de um partido, apesar de consistente com a formulação dos autores da Escola de Michigan, dificilmente é considerada.

De acordo com Garry (2007, p. 348-349), a possibilidade de captar identidades múltiplas é especialmente relevante em sistemas multipartidários, uma vez que, nesses contextos, é bem provável que existam partidos que não são muito diferentes entre si e que possam atrair as simpatias dos eleitores de maneira simultânea²³. Já a noção de partidarismo negativo deve ser útil em sociedades marcadas por profundas divisões sociais (principalmente étnicas, raciais ou religiosas), uma vez que é plausível que os

²¹ Por mais problemáticas que essas questões possam ser, cada uma à sua maneira, elas ainda assim são ferramentas úteis (e normalmente as mais utilizadas) para a detecção de sentimentos partidários negativos.

²² Como também discutido no capítulo 1, a classificação dos independentes dessa maneira já foi criticada.

²³ Um operário em um país marcado por clivagens de classe, por exemplo, pode estar disposto a apoiar mais de um partido com viés trabalhista.

cidadãos de um lado da “divisa” sejam hostis a partidos localizados no outro lado²⁴. A noção de antipatia partidária também é particularmente útil em nações que estiveram ou estão submetidas a regimes de partido único ou dominante durante muito tempo (Rose e Mishler, 1998). Afinal, em casos assim, há uma única organização a se culpar por perturbações e adversidades atuais e/ou passadas.

A negligência para com o partidarismo negativo também pode ser explicada pelo foco excessivo conferido nas análises aos sistemas bipartidários ou com características bipartidárias. Como apontam McGregor, Caruana e Stephenson (2015), a lógica da rejeição no bipartidarismo é mais simples e relativamente automática, já que há apenas duas opções disponíveis aos eleitores, que representam oposições “naturais” uma à outra²⁵. Em sistemas multipartidários, porém, essa dinâmica é muito mais complexa. Ao investigarem sistemas com mais de dois partidos eleitoralmente relevantes, os autores constataram que a estrutura da competição partidária é uma das principais motivações para o partidarismo negativo, isto é, os principais alvos de rejeição são justamente os partidos mais competitivos.

Da mesma maneira que as disposições partidárias positivas dos cidadãos podem impactar o seu comportamento, os sentimentos de aversão a determinados partidos também podem. Teoricamente, rejeitar um partido específico deve não só diminuir as chances de voto nele, mas também desestimular filiações e quem sabe até incentivar o engajamento em partidos rivais. Com efeito, Medeiros e Noël (2014, p. 1036), ao testarem o impacto do partidarismo negativo sobre a decisão de voto, constataram que, apesar de mais modestos em comparação à identificação partidária positiva, os efeitos da rejeição eram consideráveis demais para serem negligenciados. Examinando o caso canadense, Caruana, McGregor e Stephenson (2014, p. 782-783) constataram que a identificação negativa não só afetava a escolha de voto, mas também a decisão de ir ou não votar, além de possuir um impacto positivo sobre atividades participativas não partidárias, como assinar petições e aderir ao ativismo *online*. Para o contexto estadunidense, Abramowitz e Webster (2016, p. 17) verificaram que, quanto mais os eleitores desgostavam de um partido, mais tendiam a ser leais aos candidatos do partido adversário. Trata-se, então, de um determinante relevante do comportamento político que tem sido ignorado pela literatura nos últimos quase sessenta anos.

²⁴ Segundo o autor, a Irlanda do Norte é um caso clássico de sociedade fortemente dividida em termos religiosos. Por esse motivo, foi o país escolhido por ele para testar suas novas propostas de mensuração da identificação partidária.

²⁵ Observação similar foi feita por Abramowitz e Webster (2016, p. 15).

Nesse sentido, é importante compreender suas principais propriedades e sua substância. De acordo com os pesquisadores canadenses anteriormente mencionados, manter um partidarismo negativo em relação a um partido é uma repulsa afetiva, que é mais estável do que uma antipatia eventual e mais forte que uma simples opinião passageira (Caruana, McGregor e Stephenson, 2014, p. 772). Um dos aspectos que têm sido bastante enfatizados no que diz respeito ao partidarismo negativo é que ele não deve ser encarado como um simples espelho do positivo, seu equivalente oposto. Um não pressupõe automática e necessariamente o outro, embora, em muitos casos, eles possam existir conjuntamente e estar correlacionados. De todo modo, os indivíduos podem nutrir sentimentos negativos em relação a determinados partidos sem, no entanto, se vincularem positivamente a quaisquer outros (e vice-versa). O partidarismo negativo pode inclusive possuir determinantes independentes daqueles que causam o positivo.

Por mais diversas que sejam as abordagens a respeito deste tema, os autores parecem convergir quanto à ideia de o partidarismo ser um conceito multidimensional. Há diferentes formas e níveis de partidarismo. Considerando, então, a multidimensionalidade do conceito, diferentes tipologias já foram criadas para classificar os eleitores de acordo com suas atitudes partidárias. Ribeiro, Carreirão e Borba (2016, p. 608) elencam algumas dessas tipologias: Almond e Verba, por exemplo, classificando os eleitores de acordo com seu envolvimento cognitivo e emocional com os partidos e com o processo político eleitoral, falaram em “partidários abertos”, “partidários apáticos”, “partidários intensos” e “partidários paroquiais”; Klingemann e Wattenberg, avaliando simpatias e antipatias pelos partidos, falaram em “eleitores antagonistas”, para se referir àqueles que gostavam de um partido e ativamente rejeitavam o da oposição, em “eleitores equilibrados”, para designar aqueles capazes de identificar qualidades e defeitos nos maiores partidos do sistema, e em “apáticos”, para reunir o grupo dos indiferentes, que não manifestavam quaisquer tipos de sentimentos partidários. Rose e Mishler (1998, p. 223-224), por sua vez, apresentam quatro tipos de partidarismo: o “partidarismo negativo”, em que o eleitor apresenta apenas uma orientação partidária negativa, indicando o partido que rejeita e/ou no qual jamais votaria; o “partidarismo fechado”, em que o eleitor manifesta simultaneamente uma identificação partidária positiva e outra negativa; o “partidarismo apático”, que se refere a um eleitor sem sentimentos partidários positivos ou negativos; e, por último, o

“partidarismo aberto”, que caracteriza um eleitor com uma visão positiva de partido político, mas que não manifesta sentimentos negativos com relação a nenhum outro.

Como se pode ver, as tipologias apresentam algumas semelhanças, e alguns dos tipos carregam até o mesmo nome, como no caso do “partidário aberto”, de Almond e Verba e Rose e Mishler. A classificação mais recente de Samuels e Zucco (2018), a propósito, é bastante consistente com a destes últimos. Eles classificam os eleitores levando em conta a existência ou não de sentimentos positivos em relação a algum partido (identificação com o “*in-group*”) e a existência ou não de sentimentos partidários negativos (antipatia pelo “*out-group*”). Dessa maneira, os eleitores são divididos em “partidários extremos” (*hard-core partisans*, que corresponderiam aos partidários fechados citados anteriormente), “partidários positivos” (que corresponderiam aos partidários abertos de Rose e Mishler), “não partidários ou independentes” (que seriam algo como os apáticos no modelo anterior) e os “partidários negativos ou antipartidários” (que corresponderiam aos mesmos partidários negativos do modelo anterior). O *Quadro 2* abaixo traz uma esquematização dos quatro tipos de eleitores de acordo com essa perspectiva.

Quadro 2. Quatro tipos possíveis de eleitores.

		Forte identificação com o "in-group"	
		<i>Sim</i>	<i>Não</i>
Forte antipatia pelo "out-group"	<i>Sim</i>	Partidários extremos	Partidários negativos*
	<i>Não</i>	Partidários positivos	Não-partidários

*Também chamados pelos autores de “antipartidários puros”

Fonte: Samuels e Zucco (2018).

A importância das tipologias de eleitores se deve ao fato de elas representarem esforços conscientes de catalogação da distribuição possível de atitudes partidárias, por meio de critérios e dimensões específicas. De certo modo, a tipologia de Samuels e Zucco (2018) pode ser considerada um empreendimento bem sucedido nesse sentido. Contudo, ela falha em diferenciar hostilidades aos partidos como um todo de antipatias direcionadas. Ambas as posturas são concebidas dentro da categoria dos “antipartidários puros” (ou partidários negativos). Propomos, então, discernir as duas atitudes, para dar

maior robustez teórica e empírica ao conceito de antipartidarismo. Da forma como entendemos, os eleitores antipartidários são um subtipo dentro da categoria mais ampla dos “partidários negativos”, distinguindo-se daqueles que chamamos de “antipatizantes” (ver *Quadro 3*). Tal distinção não é por acaso, ela reflete os achados de Paiva, Krause e Lameirão (2016), que serão discutidos no próximo capítulo. Resumidamente, as autoras constataram que uma parcela dos “antipetistas” (eleitores que nutriam sentimento negativo em relação ao Partido dos Trabalhadores) era, na verdade, antipartidária (nutria sentimento negativo por todos os partidos, indistintamente) e que havia uma diferença no perfil desses dois tipos de eleitores. Faz sentido, portanto, diferenciar aqueles que rejeitam partidos específicos dos que rejeitam todos os partidos, indistintamente.

Quadro 3. Tipos de eleitores partidários

Partidários extremos, intensos ou fechados	Partidários positivos ou abertos	Apartidários/Não-partidários, independentes ou apáticos	Partidários negativos
Possuem sentimentos positivos em relação a algum(ns) partido(s) e negativos em relação a outro(s)	Possuem apenas sentimentos positivos em relação a algum(ns) partido(s)	Não possuem sentimentos positivos e nem negativos em relação a nenhum partido	<p>- Antipatizantes: possuem apenas sentimentos negativos em relação a algum(ns) partido(s) (rejeitam partidos específicos)</p> <p>- Antipartidários: possuem sentimentos negativos em relação a todos os partidos (rejeitam todos os partidos)</p>

A produção teórica e empírica sobre os sentimentos de rejeição e hostilidade partidária são um “trabalho em progresso”, como se diria nos países de língua inglesa. A consideração recente desses sentimentos chegou para mudar o panorama dos estudos sobre partidarismo, embora sua conceituação já estivesse presente desde o início na

formulação do conceito de identificação partidária. Assim, torna-se pertinente a continuidade da investigação sobre esse fenômeno com maior profundidade, de forma com que possa ser compreendido mais claramente. Acima de tudo, é necessária uma abordagem empírica que esteja preocupada com a precisão conceitual.

Capítulo 4 – O debate sobre partidarismo no Brasil

4.1. O período pré-1964 e a ditadura militar

É bastante recorrente a observação, por parte de estudiosos da política nacional, de que os partidos não importam para a maioria dos brasileiros, de que eles são pouco enraizados junto ao eleitorado e não são considerados no momento de decisão do voto. A explicação para a ausência de partidarismo no Brasil costuma ser simples: por se tratar de um sistema partidário fracamente institucionalizado e altamente fragmentado, seria mais difícil para os eleitores acompanharem a trajetória e o desempenho dos diferentes partidos e eventualmente estabelecerem algum tipo de vínculo ou identificação com algum deles. Ademais, as regras eleitorais vigentes (especialmente o sistema de voto em listas abertas) também impactariam negativamente as afiliações partidárias, uma vez que favoreceriam o voto pessoal no candidato e não no partido, fazendo prevalecerem, portanto, estímulos personalistas e motivações clientelísticas na opção por um ou outro candidato.

Neste capítulo, buscamos traçar um panorama geral sobre o debate a respeito do partidarismo no Brasil, começando pela Quarta República, período compreendido entre os anos de 1945 a 1964, passando pela Ditadura Militar, de 1964 até por volta de 1985, e, por fim, chegando à redemocratização, a partir de 1985. Apesar de abordarmos os períodos anteriores à Nova República, nossa ênfase maior recai sobre esta, discutindo desde os seus aspectos iniciais até seus desdobramentos mais recentes no que se refere às identidades partidárias dos eleitores. Com essa revisão, intencionamos destacar a contribuição da literatura nacional – e da literatura em geral que tomou o sistema partidário brasileiro como caso para análise – para o debate internacional sobre os vínculos dos eleitores com os partidos políticos.

Contrariando as expectativas e a caracterização exposta na abertura deste capítulo, Lavareda (1989) mostrou que o período anterior a 1964 contou com um sistema partidário bem enraizado na sociedade, com 64% do eleitorado manifestando vínculos de adesão psicológica a partidos em pelo menos oito capitais brasileiras, um percentual que se equiparava aos índices encontrados em democracias consolidadas à época. De acordo com o autor, a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Social Democrático (PSD) dividiam as preferências das classes média e alta, enquanto os mais pobres preferiam majoritariamente o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). A

distribuição dessas preferências, porém, não era geograficamente homogênea. Os menores valores agregados eram encontrados nas capitais do Nordeste e em São Paulo, muito por conta da menor presença do PTB nessas localidades. Mesmo assim, este partido reunia os maiores níveis de identificação nos grandes centros urbanos e, ao lado da UDN, constituía uma das duas maiores forças partidárias do período (Lavareda, 1989, p. 351-353).

No entanto, Pereira (2014, p. 221) chamou atenção a alguns problemas relacionados à estimação das taxas de identificação partidária no contexto da Quarta República. Segundo ele, essas manifestações de vinculação aos partidos pareciam acompanhar a presença de figuras políticas fortes. A preferência pelo PTB, por exemplo, estaria associada à figura de Getúlio Vargas, enquanto a afinidade pela UDN estaria ligada à liderança de Carlos Lacerda. Uma observação importante, ainda, diz respeito ao fato de que os analfabetos não participavam do pleito, sendo este um segmento da população que tende a apresentar as menores taxas de adesão aos partidos. Além dessas considerações, os índices de identificação também poderiam ser superestimados pela inclusão apenas das capitais dos estados nas pesquisas. Para Lavareda (1989, p. 353), contudo, o sistema anterior a 1964 talvez tenha sido a última chance de consolidação de um quadro partidário cognoscível na sociedade brasileira.

Quanto aos padrões verificados durante a ditadura militar, chegou-se a observar taxas ainda maiores de identificação partidária, com patamares agregados que chegavam perto de 70% dos eleitores. Esse percentual se refere ao período no qual vigorou o bipartidarismo imposto pelo regime autoritário, que teve início com o Ato Institucional Nº 2 (AI-2), em 1965, e se encerrou em 1979, com o retorno do pluripartidarismo por meio da Lei nº 6.767. Durante essa fase, somando-se eleitores identificados e inclinados, cerca de 80% do eleitorado declarou alguma preferência entre os dois partidos (Lamounier, 1978). Novamente, pareceu estabelecer-se a existência de dois blocos distintos em torno dos quais as camadas mais e menos privilegiadas da sociedade se reuniam. Pelo menos nas capitais maiores, os eleitorados do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), os dois partidos permitidos na ditadura, se distinguiam em relação a sua composição socioeconômica. Os adeptos do MDB eram geralmente os setores menos instruídos, os assalariados de baixa renda e os que exerciam ocupações manuais, havendo uma associação entre a afiliação emedebista e a autoimagem de “pobre” ou “trabalhador”, enquanto havia uma maior simpatia pela ARENA entre as elites econômicas (Lamounier 1978, p. 45-48).

Constatações semelhantes foram reforçadas por outros estudos. Reis (1978), por exemplo, observou que as proporções de preferência pela ARENA tendiam a aumentar à medida que se passava dos menores para os maiores níveis de renda ou de escolaridade. Tal padrão somente era interrompido na passagem do nível colegial para o universitário, com queda nos casos de preferência pela ARENA e aumento nos de ausência de preferência. Como interpretou o autor, esse não partidarismo entre as pessoas de nível universitário poderia ser consequência de uma oposição ao regime do qual os dois partidos eram percebidos igualmente como fruto, ao contrário da ausência de preferência nos níveis educacionais inferiores, que corresponderia mais a uma forma de marginalização política por conta da falta de informação.

Esses achados, contudo, diziam respeito principalmente às grandes cidades. Nas cidades médias ou naquilo que Lamounier chamou de “metrópoles periféricas”, isto é, cidades grandes, mas localizadas em regiões pouco industrializadas, as tendências seriam diferentes. Nessas conjunturas, a existência de bases socioeconômicas muito distintas entre os dois partidos seria de mais difícil sustentação, devido à dificuldade de penetração eleitoral do MDB. Assim, seria possível falar em dois “modelos” do eleitorado emedebista: um próprio das cidades industriais com intensa tradição política trabalhista ou populista, com forte inserção do partido nas camadas de baixa renda, e outro das “metrópoles periféricas”, onde a adesão à sigla estaria limitada a certos setores de nível educacional ou profissional elevado, com irregular apoio nas faixas inferiores (Lamounier, 1978, p. 46-49). Independentemente disso, os estudiosos destacaram que havia efetivamente uma associação entre a preferência partidária declarada pelos entrevistados nas pesquisas e sua intenção de voto, o que era verdade mesmo para aqueles que admitiam apenas uma leve inclinação a um dos partidos.

Diante disso, caberia falar em algum tipo de herança dos partidos existentes no período anterior? Essa foi uma preocupação que moveu os pesquisadores da época. Embora fosse possível enxergar uma herança petebista e pessedista tendo algum peso no condicionamento da opção pelo MDB, bem como a ARENA contando desproporcionalmente com as preferências dos antigos udenistas, havia um número expressivo de eleitores que declarava não se sentir identificado com qualquer dos partidos extintos, o que se dava, é claro, particularmente com jovens recentemente incorporados ao processo eleitoral (Reis, 1978, p. 237). Analisando os dados relativos ao município de Presidente Prudente, Lamounier (1978, p. 54) afirmou que não houve, ou havia se diluído, qualquer efeito das antigas sobre as afiliações de então.

Apesar de todas as limitações dos dados e das pesquisas produzidas no contexto do regime militar, entendeu-se que o bipartidarismo imposto no país, por mais que tenha tido duração curta, funcionou no sentido de simplificar o processo eleitoral e as associações que o eleitorado fazia relativamente aos partidos, facilitando suas escolhas entre as duas legendas. Desse modo, é pertinente tratar do significado que teriam essas identificações. A respeito disso, Reis (1988) constatou uma tendência “rebelde” que seria característica do eleitorado popular. Segundo ele, com exceção dos estratos vivendo em condição de estrita marginalidade, geralmente marcados por atitudes de deferência e subordinação política, os setores populares possuíam uma tendência clara ao voto de oposição ao regime militar. Essa opção oposicionista, para o autor, ligava-se à dicotomia vagamente apreendida entre o popular e o elitista (ou, ainda, entre os “pobres” e os “ricos” e o “povo” e o “governo”). Para esse eleitor, então, votar no MDB seria como torcer por um time popular de futebol, motivo pelo qual ficou conhecido como eleitor de tipo “Flamengo”. Ele estaria no nível das identidades sociais espontâneas e rudimentares, ainda não trabalhadas politicamente, em contraste com a identidade expressa pelo eleitor norte-americano ou com aquela expressa pelo eleitor europeu (Reis, 1988, p. 35-36). Assim, as identificações do eleitor com “síndrome de Flamengo” seriam incapazes de se traduzir ideologicamente em posições em relação a questões políticas (*issues*) específicas, funcionando, antes, como manifestações de uma insatisfação difusa, com base em imagens “toscas” de pouca sofisticação cognitiva, razão pela qual estariam sujeitas a perturbações circunstanciais em resposta a alterações na estrutura partidária (Reis, 1978; Reis e Castro, 1992).

Em perspectiva alternativa, Santos (1978), buscando discutir a suposta anormalidade dos resultados das eleições de 1974, que haviam representado uma vitória ao MDB no nível do Senado, também apontou para uma tendência oposicionista do eleitorado das grandes cidades brasileiras nos pleitos majoritários. Essa tendência, entretanto, não podia ser inteiramente atribuída à lealdade política a um partido específico. Tratava-se de apoio à oposição, mas qualquer oposição, não necessariamente uma manifestação de “emedebismo”. Isso se traduzia numa constante alternância de prefeituras entre os dois partidos nessas cidades. E, como o autor constatou, foi justamente nas áreas mais urbanizadas e desenvolvidas que se verificou maior quantidade de alternâncias (Santos, 1978, p. 137).

4.2. A redemocratização

Com o retorno ao pluripartidarismo e a posterior redemocratização, emergiram as dúvidas sobre se projetos propriamente partidários poderiam se implantar junto ao eleitorado brasileiro. Com a multiplicação dos partidos, o sistema tornava-se mais complexo, exigindo maior esforço cognitivo dos cidadãos para sua assimilação. Para piorar, somente dois partidos tentaram vincular sua imagem a tradições políticas herdadas do passado: o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) claramente buscou associar-se à imagem construída pelo MDB durante os anos da ditadura, enquanto o Partido Democrático Trabalhista (PDT) procurou dar seguimento ao legado do trabalhismo varguista. Os partidos herdeiros da ARENA, por outro lado, fizeram de tudo para justamente apagar quaisquer traços de continuidade (Speck e Balbachevsky, 2016, p. 573).

Examinando dados a respeito das eleições de 1982, as primeiras realizadas após a reformulação do quadro partidário, Reis e Castro (1992) observaram que as relações entre o nível de renda e a preferência partidária tendiam a ser fracas ou nulas, em claro contraste com o que se via nas disputas eleitorais de 1974 em diante, nas quais, como visto anteriormente, as opções pelo MDB aumentavam quando se passava dos estratos mais altos aos mais baixos de renda, em particular nos grandes centros urbanos. Constatando a persistência de elevados níveis de desinformação em relação a assuntos políticos em amplas parcelas do eleitorado, especialmente nos estratos socioeconômicos mais baixos, os autores argumentaram que a simpatia partidária se estabeleceria a partir da referência a grandes linhas de clivagem, definidas de maneira bastante simples, por meio das imagens “toscas” mencionadas acima, produzindo identificações difusas (Reis e Castro, 1992, p. 94, 118-119). Dessa maneira, ganharia o apreço dos setores populares o partido que conseguisse ser percebido como o partido “do povo” ou “dos trabalhadores”, sem que essa adesão significasse qualquer coisa do ponto de vista ideológico.

Ainda no início dos anos 1990, Balbachevsky (1992, p. 140-152) argumentou que, mesmo circunscrita a uma parcela menor do eleitorado, a identificação partidária recortava na população o conjunto de eleitores disponíveis para a participação política, algo válido não somente para os estratos de maior renda e maior instrução, mas também entre aqueles menos favorecidos. Os dados da autora mostraram que a identificação partidária entre os eleitores que compunham os setores mais marginalizados

economicamente era sempre um diferenciador poderoso da participação. Utilizando o referencial teórico de Lazarsfeld, Berelson e Gaudet (1968 [1944]), Balbachevsky concluiu que a identificação partidária no contexto brasileiro era um dos atributos dos líderes de opinião, quando consideradas as camadas menos privilegiadas da sociedade.

Nem todos os estudos, porém, conferiram centralidade ao partidarismo no que se refere ao seu impacto sobre os resultados eleitorais e sobre a decisão de voto dos eleitores brasileiros. Carreirão (2002, p. 111-115, 140), por exemplo, ao investigar as três eleições presidenciais ocorridas entre 1989 e 1998, não considerou a preferência partidária como um fator decisivo para o resultado agregado desses pleitos. A observação geral foi a de que ela realmente era um bom preditor do voto, mas apenas para a minoria do eleitorado que a manifestava, o que não era o caso para pouco mais da metade dos cidadãos. Além disso, o trabalho averiguou apenas que a maioria dos eleitores com preferência por um partido situado em certa posição do espectro ideológico tendia a votar em um candidato situado na mesma posição, mas não que os eleitores que preferiam determinado partido efetivamente votavam nos candidatos deste mesmo partido.

Nesse sentido, Carreirão e Kinzo (2004) mostraram que, entre 1989 e 2002, a proporção de eleitores que manifestou identificação com algum partido variou entre 41 e 54% do eleitorado nacional, com uma parcela dentre estes que não votava nem no candidato de seu partido nem em um candidato com ideologia próxima. Em relação à distribuição das taxas de identificação entre os diferentes partidos, o PMDB possuía a liderança desde o início da redemocratização, até ter seu lugar tomado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) a partir de 1999, que cresceu bastante não só na época em que funcionou como principal partido de oposição aos governos que se sucederam, mas também após chegar ao Poder Executivo nacional e apesar das mudanças em sua imagem (Carreirão e Kinzo, 2004, p. 142-156). Já o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), mesmo tendo ocupado a presidência da República por oito anos, esteve na maior parte do tempo em patamares muito abaixo daqueles alcançados pelo PT, jamais conseguindo atrair mais do que um pequeno número de partidários. Apesar de esses três partidos reunirem os maiores níveis de preferência do eleitorado, a diferença entre os percentuais alcançados por eles é considerável, com o PT contando com níveis muito superiores aos outros dois. Até o período mais recente, cerca de metade de todos os eleitores que diziam gostar de algum partido indicavam esse partido como sendo justamente o PT.

Por isso, desde o final dos anos 1990, a discussão sobre partidarismo no Brasil tem girado basicamente em torno do PT. A explicação para esse sucesso do ponto de vista da conquista de vínculos com o eleitorado reside, segundo Samuels e Zucco (2014a, p. 757-758), na estratégia organizacional adotada pelo partido de “mobilizar os organizados”, isto é, de engajar a sociedade civil já organizada, utilizando para isso sua estrutura partidária local. Trata-se de uma tática parecida com aquela empregada por partidos socialistas e democratas-cristãos europeus no passado, a qual outras legendas, como PMDB e PSDB, não fizeram esforços para emular. Embora nem sempre tenha sido assim, atualmente é razoável afirmar que os contornos da identificação partidária – positiva ou negativa – no país têm sido moldados principalmente pelos sentimentos das pessoas em relação ao PT (Samuels e Zucco, 2018). Em função disso, as crises e escândalos em que o partido esteve envolvido, como o caso do “mensalão” e as investigações no âmbito da Operação Lava Jato²⁶, contribuíram fortemente para a redução dos índices de apreço pela sigla e, conseqüentemente, para a redução dos níveis gerais de simpatia partidária (Paiva, Krause e Lameirão, 2016; Ribeiro, Carreirão e Borba, 2016).

Essa assimetria evidencia o elevado desconhecimento do eleitorado brasileiro a respeito da dinâmica partidária, como verificado por diferentes estudos. Mesmo em um grande centro como São Paulo, Kinzo (2005, p. 70-71) constatou que mais da metade dos eleitores era incapaz de mencionar outros partidos brasileiros importantes além do PT ou do PMDB. Muitos deles também não sabiam informar a filiação dos principais líderes políticos do país, o que demonstrava um baixo nível de fixidez dos partidos brasileiros²⁷. Numa linha similar, Paiva e Tarouco (2011, p. 437-446) sustentaram que as preferências partidárias no Brasil não podiam ser explicadas pelas condições socioeconômicas dos cidadãos. Observando que os eleitores em geral pareciam não considerar a filiação partidária dos candidatos em sua definição de voto, as autoras concluíram que os partidos brasileiros não estruturavam as escolhas eleitorais.

²⁶ É importante lembrar que a assim chamada “Operação Lava Jato” não se refere a um escândalo político qualquer, mas sim a um conjunto de investigações que, devido ao apoio (muitas vezes acrítico) de grandes veículos de comunicação do país, atingiu dimensões extraordinárias e, em função disso, acabou por reorganizar todo o ambiente político-partidário nacional, de modo semelhante ao que a Operação *Mani Pulite* fez na Itália nos anos 1990.

²⁷ Em recente revisão da literatura, Carreirão e Rennó (2019, p. 227) afirmam que o partidarismo no país importa unicamente para o PT, seja por meio de identificação ou rejeição. Segundo eles, todos os outros partidos são difíceis de diferenciar e identificar. Dessa forma, a estratégia eleitoral predominante para esses partidos é “apoiar o candidato do PT ou tentar se tornar o amálgama anti-PT”.

Uma parte da literatura nacional, no entanto, mostrou-se mais otimista quanto às relações entre a identificação partidária e o voto. Braga e Pimentel Jr. (2011), por exemplo, defenderam que o partidarismo funcionava como heurística importante para a decisão de voto mesmo entre os eleitores com menor escolaridade. Os autores mostraram também que, em perspectiva comparada, o Brasil não se encontrava em um patamar muito diferente de outros países em termos de identificação partidária do eleitorado, mesmo quando consideradas as democracias consolidadas (Braga e Pimentel Jr., 2011, p. 273-274). Além disso, afirma-se que a polarização entre PT e PSDB na disputa presidencial nos últimos anos teria contribuído para conferir maior inteligibilidade ao sistema político brasileiro. Em todas as eleições desde a redemocratização, com exceção de 1989 e 2018, o conflito eleitoral a nível nacional tem se dado entre esses dois partidos. Assim, apesar de multipartidário, o sistema funcionaria como bipartidário no nível da disputa nacional. Em pesquisa de caráter experimental, Samuels e Zucco (2014b) verificaram que os partidários do PT e do PSDB efetivamente se pautavam pelas posições desses partidos na consideração de determinadas questões políticas. Eles concluíram isso observando que a consistência entre os posicionamentos do eleitor e de seu partido preferido tendia a ser maior quando ele era informado sobre o posicionamento deste. De forma semelhante, o conhecimento das posições defendidas pelo partido rival era capaz de mover os partidários no sentido contrário. Em outras palavras:

[Os] resultados sugerem não apenas que a identificação partidária no Brasil é forte o suficiente para gerar viés *in-group* para partidários dos dois principais partidos, mas também que a competição entre PT e PSDB é suficientemente bem estruturada de modo que o conhecimento da posição do outro partido fornece informação útil aos partidários de ambos os partidos, gerando viés *out-group* (Samuels e Zucco, 2014b, p. 222, tradução própria, grifos meus).

Esse achado evidencia que, diferente do que grande parte da literatura tem defendido nos últimos anos, os partidos podem não ser tão irrelevantes assim. O

partidarismo manifestado pelos eleitores brasileiros em relação a pelos dois dos principais partidos do país permite prever comportamentos políticos relevantes²⁸.

Não obstante, há suspeitas de que a identificação com diferentes partidos possui impacto variado na escolha eleitoral. Conforme mostraram Speck e Balbachevsky (2016), os partidários do PT, em geral, tendem a votar de forma mais coerente com seu partidarismo do que os apoiadores do PSDB, mas, enquanto os primeiros priorizam as eleições presidenciais, os segundos se mostram mais consistentes nas eleições para governador e senador. Os resultados da análise dos autores também apontaram no sentido de que a identificação partidária tem consequências diferentes entre os distintos segmentos da sociedade: enquanto, no lado dos petistas, os eleitores mais congruentes são aqueles que se encontram em situação socioeconômica mais precária, o inverso se dá entre os partidários do PSDB (Speck e Balbachevsky, 2016, p. 582, 587-590).

4.2.1. A estabilidade das identificações partidárias

Ao longo das décadas, parte importante da discussão internacional sobre partidarismo tem girado em torno da questão da estabilidade das identificações partidárias expressas pelos eleitores, com as duas principais tradições da área defendendo posições antagônicas. Enquanto os trabalhos baseados na abordagem psicossociológica da escola de Michigan insistem na estabilidade e longevidade dos vínculos partidários, encarados como identidades sociais, as pesquisas mais próximas à vertente econômica ou da escolha racional enfatizam sua volubilidade em decorrência das avaliações realizadas pelos indivíduos. A produção acadêmica nacional não está alheia a essa discussão. Muito se debate se as identificações dos eleitores brasileiros com os partidos, encontradas nas pesquisas de opinião, são estáveis no tempo.

A esse respeito, Carreirão e Kinzo (2004, p. 147, 158) afirmam que há um grau razoável de estabilidade das preferências partidárias no Brasil, com variações ao longo dos anos que não são muito bruscas. Segundo eles, o padrão predominante é o de variações ascendentes e descendentes, o que impossibilita a definição de uma tendência clara. Na mesma direção apontam Paiva e Tarouco (2011, p. 431), para quem há um quadro de estabilidade das identificações partidárias no Brasil, em um patamar baixo. Em concordância com esse diagnóstico geral, Gimenes et al (2016, p. 122) indicam que,

²⁸ A evidência, então, permite dizer que o partidarismo importa também para aqueles eleitores que são simpatizantes do PSDB. A limitação dessa influência diz respeito ao fato de estes estarem em número muito menor em comparação aos petistas.

se considerarmos o período recente pós-redemocratização até as últimas eleições presidenciais, não é possível constatar grandes alterações nas taxas de identificação.

Contudo, essas observações partem de conjuntos de dados agregados, que podem, em diferentes aspectos, ser enganosos. A afirmação sobre a estabilidade dos vínculos partidários depende de pesquisas em painel, que raramente estão disponíveis, em grande medida devido ao custo elevado que envolve sua realização. As que estão disponíveis, porém, revelam um cenário bem distinto daquele indicado acima. É o caso do estudo de Baker et al (2016), que aponta para uma alta instabilidade na identificação partidária brasileira a nível individual, comparando-se com os padrões encontrados em velhas democracias. Observando os apoiadores do PT, o partido com os maiores percentuais de simpatia partidária, os autores constataram que algo próximo a 60% dos petistas eram partidários de um tipo mais flexível, isto é, eram “petistas ocasionais”. Esses indivíduos, porém, raramente cruzavam as linhas partidárias, ou, melhor dizendo, raramente declaravam simpatia por algum partido concorrente no futuro. Normalmente, eles alternavam entre o não partidarismo (ou independência política) e a simpatia pelo PT. Mesmo assim, cerca de 40% de todos os petistas ainda podiam ser classificados como “identitários”, partidários realmente leais ao longo das ondas subsequentes da pesquisa, mantendo sua lealdade mesmo em meio à diluição da imagem diferenciada do partido (Baker et al, 2016, p. 203-211). A principal contribuição desse estudo, portanto, é localizar que a dicotomia estabelecida na literatura entre partidarismo como avaliação e partidarismo como identidade é falsa, pois os dois tipos de partidários podem encontrados simultaneamente em uma mesma eleição.

Utilizando a mesma base de dados, a análise de Pereira (2014) também mostra que a estabilidade do partidarismo brasileiro nas pesquisas de séries temporais é, em boa medida, um artifício produzido pela agregação dos dados. O autor também encontrou os dois tipos de petistas referidos acima. Ele verificou, além disso, que aqueles que apresentavam preferência partidária estável tendiam a ser mais escolarizados e mais politicamente sofisticados do que os petistas mais ocasionais, cuja preferência emergia no período eleitoral e provavelmente apenas em função disso. Como era de se esperar, esse petismo “eleitoral” se mostrou menos estável e menos efetivo do que o partidarismo daquele núcleo de petistas mais sofisticados que acompanha o partido com mais frequência (Pereira, 2014, p. 226-238). O que essa análise mostra é que talvez a sofisticação política possua um efeito não somente no sentido de criar vínculos partidários, mas também no de mantê-los ao longo do tempo.

4.2.2. A controvérsia em torno do lulismo e as mudanças na imagem do PT

Igualmente relevante tem sido a observação das mudanças na estrutura do alinhamento partidário no Brasil. Desde 2006, alterações importantes têm sido detectadas pela literatura em relação ao perfil dos eleitores identificados com os principais partidos brasileiros, sobretudo o PT e o PMDB. Este, que liderava as taxas de identificação partidária até o final dos anos 1990, representava um eleitorado mais de centro, de menor renda e menos instruído, em contraste com o primeiro, que costumava ser preferido por eleitores mais escolarizados e mais à esquerda (Kinzo, 2005). Contudo, como indicou Veiga (2007, p. 349-362), o PT representou, em 2006, um eleitorado mais de centro e mais localizado nas regiões Norte e Nordeste do que em 2002. Também foi observada uma queda abrupta da renda familiar entre aqueles que se identificavam com o partido. A autora supôs que a transformação no perfil do eleitor que se identificava com o PT podia estar relacionada à perda de parte do segmento mais ideológico e intelectualizado entre os simpatizantes.

Para Singer (2012), o que ocorreu em 2006 foi um realinhamento eleitoral, em que os segmentos de baixíssima renda da população se reuniram massivamente em torno da candidatura de Lula, fazendo emergir aquilo que ele chamou de “lulismo”. A eleição presidencial de 2006, então, é decisiva, pois, segundo o autor, foi nela que esses segmentos aderiram em bloco a Lula e a classe média ao candidato do PSDB. A tese do lulismo foi elaborada em uma série de artigos escritos por Singer, posteriormente reunidos no livro *Os Sentidos do lulismo: Reforma gradual e pacto conservador*, publicado em 2012. Em linhas gerais, o lulismo representa o encontro de uma liderança, a de Lula, com uma fração de classe, que o autor chama de “subproletariado”, por meio de um programa político que consiste no combate à pobreza e às desigualdades sem ameaça à ordem estabelecida. De acordo com Singer, o escândalo do “mensalão” no primeiro governo Lula fez com que uma parte expressiva da classe média, que costumava apoiar o PT nas eleições anteriores, se afastasse do partido e passasse a preferir o PSDB, seu principal opositor. Pela primeira vez, o apoio a Lula se encontraria concentrado nas camadas de baixíssima renda, contrariando os padrões anteriores, inclusive aquele encontrado nas eleições de 1989 (Singer, 2012, p. 15-16, 52-57).

Dessa maneira, essa lealdade a Lula, apesar de estar desassociada ao PT em um primeiro momento, teria contribuído para alterar as bases sociais do partido, tornando-o

mais popular. Essa mudança é escondida pelos dados agregados de identificação partidária. Embora as taxas de simpatia pelo PT tenham se mantido relativamente constantes, houve uma mudança qualitativa, com o partido perdendo o apreço do eleitorado de classe média, mas conquistando o apoio dos setores populares. Assim, o PT teria adquirido a feição de “partido dos pobres”, lugar que coube ao MDB durante o período autoritário, conforme indicou Reis (1978; 1988), mas que, segundo Singer (2012, p. 117), estava vago na política brasileira pelo menos desde 1989, quando o PMDB foi derrotado pelo fracasso econômico do governo Sarney. Um dos pontos mais polêmicos dessa abordagem consiste no argumento de que a adesão a Lula e ao PT consistiu em uma adesão ideológica, mas não ideológica no sentido clássico da divisão entre esquerda e direita, e sim a partir do conflito entre ricos e pobres, resgatando uma polarização parecida com aquela do período populista. Para os eleitores dos estratos socioeconômicos mais baixos, a clivagem entre esquerda e direita não estaria em ser contra ou a favor da redução da desigualdade, mas em como diminuí-la, sendo a esquerda a opção que punha a ordem em risco²⁹. O lulismo, então, separaria os eleitores de baixa renda das camadas médias, tornando os dois principais partidos do país – o PT e o PSDB – os representantes desses polos sociais (*ibid.*, p. 28-35, 58).

O trabalho de Singer exerceu um forte impacto na discussão das ciências sociais brasileiras, gerando as mais diversas reações. Uma das críticas mais recorrentes se deveu ao uso bastante elástico do conceito de lulismo. Em alguns momentos, o autor se refere a ele como uma forma de governar e, em outros, se aproxima de uma atitude do eleitorado, que consiste na adesão à figura de Lula. Destacou-se, também, o debate travado entre Singer e o filósofo Marcos Nobre. Além das metáforas e comparações históricas, Nobre (2013) critica o destaque excessivo conferido por Singer ao PT em detrimento do conjunto do sistema político brasileiro, que seria moldado por uma “cultura política”, estruturante da transição democrática, responsável por blindá-lo contra transformações sociais mais substantivas. A essa “cultura política” o autor dá o nome de “pemedebismo”. Tal denominação faz referência ao PMDB, tido como expressão maior da “ideologia oficial de uma transição morna para a democracia”, mas o fenômeno não seria restrito a um partido específico. Diante disso, Nobre encara o lulismo como uma maneira diferente de dar direção e sentido ao “pemedebismo”.

²⁹ O combate à pobreza com manutenção da ordem, que seria característico do lulismo, constitui, para Singer, uma via ideológica própria. A política de promoção do mercado interno voltado aos menos favorecidos aliada à manutenção da estabilidade macroeconômica seriam, portanto, a realização de um programa de classe, do “subproletariado” (Singer, 2012, p. 77).

Segundo ele, as duas grandes fases do período pós-implementação do Real (o governo FHC e os governos petistas) tiveram como objetivo dirigir o “pemedebismo”, e não reformar radicalmente o sistema político (Nobre, 2013, p. 10-19, 161-173).

A abordagem de Nobre é bastante problemática, como já apontado por diversos autores. Conforme indicou Moreira (2015) em sua resenha da obra, além de não apresentar fundamentação empírica, quer para respaldar as teses advogadas, quer para refutar a interpretação de Singer, o ensaio de Nobre utiliza o conceito de cultura política de maneira equivocada, sem estabelecer qualquer diálogo com a literatura de longa data assim denominada. Com isso, o que Nobre trata ao falar de “pemedebismo” não é da dimensão cultural, mas sim do modo de operação das instituições políticas brasileiras. Afinal, todas as cinco características do “pemedebismo” que ele elenca dizem respeito a aspectos institucionais (Moreira, 2015, p. 172-173). O debate estabelecido entre Singer e Nobre concerne à questão de como, no Brasil, mudanças acontecem sem que se altere radicalmente o *status quo* ou, em outras palavras, como se muda conservando. A perspectiva deste último, contudo, apresenta muitas lacunas teóricas e não está fundamentada empiricamente, além de versar sobre apenas um dos aspectos que a de Singer contempla, já que esta diz respeito não somente a mudanças e acomodações no nível das elites políticas (nesse caso, no que tange a Lula e ao PT), mas também a transformações em atitudes e comportamentos das massas.

De todo modo, a discussão sobre o lulismo também avançou a partir de abordagens empíricas. Entendendo o lulismo como uma forma de aprovação e lealdade a Lula que transcende a identificação partidária com o PT, Rennó e Cabello (2010) afirmaram que os lulistas não representavam um novo realinhamento político-ideológico, com base em classe e ideologia, nem uma nova forma de personalização da política³⁰. De acordo com eles, Lula incorporou, em 2006, um novo setor do eleitorado, que não costumava votar nele antes e não possuía afinidade com o PT ou com qualquer outro partido. O líder petista teria conquistado, portanto, o eleitor que não era alinhado, que não possuía preferência ideológica e nem afeição à pessoa de Lula. Tal eleitor, evidentemente, seria diferente do eleitor petista, este que, além de apresentar rejeição mais forte ao PSDB, seria também mais propenso a se considerar de esquerda (Rennó e Cabello, 2010, p. 40-52). Dessa forma, o lulismo aparece como uma simpatia efêmera

³⁰ Esta última interpretação foi defendida, entre outros, por Baquero (2006, p. 234), para quem, em 2006, “foi o personalismo que saiu vitorioso”.

por Lula, explicada, em parte, pelo voto retrospectivo, que avalia o governante no poder.

O exame das transformações na imagem do PT é pertinente porque parece contrariar, a princípio, as expectativas da literatura. De acordo com Lupu (2013, p. 52), os partidos são propensos a verem suas fileiras se corroerem quando suas “marcas partidárias” (*party brands*) se tornam mais ambíguas. A “marca” de um partido é constituída por um conjunto de elementos que molda sua imagem pública: suas posições sobre questões políticas, a forma de suas estruturas organizacionais, seus estilos de liderança e suas alianças eleitorais (Baker et al, 2016, p. 197). Desde 2002, o PT passou por inúmeras mudanças em sua marca partidária, tanto premeditadas quanto acidentais. Como explica Singer (2012, cap. 2), o partido passou a ser habitado por duas “almas”, convivendo lado a lado: uma mais radical, anticapitalista, com um programa “intensamente reformista” (a qual o autor chama de “alma do Sion”) e outra expressa no programa de campanha de Lula em 2002, comprometida com a estabilidade e caracterizada por um “reformismo fraco” (denominada por Singer “alma do Anhembi”). O partido, que antes evitava alianças com legendas de centro e de direita para manter sua pureza ideológica, passou a se aliar a partidos de orientação clientelista e não programática, reforçando o surgimento de um perfil mais moderado. Além do mais, o escândalo do “mensalão” contribuiu para desgastar a imagem do PT como um partido diferenciado no terreno da ética. A ambiguidade trazida por essas mudanças, porém, não atuou no sentido de enfraquecer a identificação partidária petista. Segundo Baker et al (2016, p. 200-201), isso aconteceu porque as tendências de diluição da marca partidária do PT podem ter sido contrabalanceadas pela construção de uma nova marca em torno do lulismo, que teria contribuído para a reconstrução de um novo conjunto de simpatizantes. O lulismo, então, teria sido parte de uma nova imagem petista.

As controvérsias em torno do conceito de lulismo e das interpretações sobre o significado e impacto das mudanças experimentadas pelo PT persistem, mas diferentes estudos têm apontado para a diluição das diferenças atitudinais e ideológicas entre os partidários deste partido e os simpatizantes de seu principal rival, o PSDB (Borges e Vidigal, 2018, p. 68, 71). Na verdade, os resultados de algumas pesquisas indicam uma tendência geral de indiferenciação entre os principais partidos brasileiros. De acordo com Gimenes et al (2016, p. 142), a distinção do eleitorado nacional, em termos socioeconômicos e atitudinais, se dá não entre os partidários de diferentes partidos, mas sim entre aqueles que manifestam e os que não manifestam identificação com algum

deles. Aqui, como em outros países, o eleitor partidário é, em geral, mais mobilizado cognitivamente. Seja como for, a discussão elaborada acima é importante no sentido de mostrar que o comportamento das elites políticas afeta o partidarismo de massa (Lupu, 2015, p. 333).

4.2.3. O partidarismo negativo no Brasil: a importância do antipetismo

O tema da rejeição partidária ou do partidarismo negativo sempre foi marginalizado no Brasil, assim como no restante do mundo. Quando muito, afirmou-se que os partidos poderiam pesar na decisão do voto por meio da rejeição dos eleitores por um ou mais deles, já que as preferências partidárias, limitadas a uma pequena parcela da população, teriam impacto reduzido (Carreirão, 2002, p. 115-116). No entanto, poucas pesquisas nacionais se dedicaram a levar esse aspecto em consideração na análise do comportamento eleitoral em diferentes pleitos. O crescimento das manifestações de rejeição aos partidos a partir de 2013, sobretudo em relação ao PT (cf. Ribeiro, Carreirão e Borba, 2016), parece ter chamado a atenção de alguns estudiosos para a importância de se considerar as antipatias partidárias dos eleitores.

Em vista disso, não é exagero afirmar que o tópico do partidarismo negativo só ganhou algum espaço no debate acadêmico brasileiro em função do fenômeno do “antipetismo”³¹. Mesmo assim, apesar de trabalhos recentes se dedicarem a encontrar o perfil do eleitor antipetista, a produção sobre as rejeições partidárias tem se mantido restrita a um pequeno nicho. Pelas razões aludidas no capítulo 3, é importante levar em consideração os sentimentos partidários negativos no estudo sobre as atitudes dos cidadãos. No Brasil, não apenas petistas e antipetistas chegam a compreender, juntos, em determinados momentos, cerca de 60% de todo o eleitorado nacional, mas a maioria dos partidários positivos do país é petista e a maioria dos partidários negativos é antipetista (Samuels e Zucco, 2018, p. 19). Só isso já é razão suficiente para não menosprezar o poder do “lado esquecido” do partidarismo. Antes de tudo, é importante lembrar, como fazem Paiva e Tarouco (2011, p. 441-442), que não gostar de um partido não é parte de uma rejeição aos partidos como um todo.

³¹ O que é compreensível, pois, como visto nas seções anteriores, dentre os partidos mais conhecidos pelo eleitorado, o PT é aquele que reúne os maiores índices de simpatia partidária. Assim, seu sucesso em criar uma marca reconhecível e diferenciada também seria a causa de sua ampla rejeição, já que os outros partidos não importariam o suficiente a ponto de atrair as antipatias dos eleitores.

De acordo com Ribeiro, Carreirão e Borba (2016, p. 630), comparado ao eleitor petista ou neutro em relação a esse partido, o eleitor antipetista tende a ocupar uma posição mais central na estrutura social, em termos de escolaridade e cor, mas não carrega atitudes significativamente diferentes em relação a eles. Em alternativa, Samuels e Zucco (2019) argumentam que o status socioeconômico nunca dividiu drasticamente petistas de antipetistas. Ambos os grupos seriam encontrados em todas as classes sociais e teriam educação e renda acima da média. Ideologia e atitudes em relação ao papel do governo na economia também não seriam capazes de diferenciá-los. Apenas em anos mais recentes, marcadamente a partir de 2014, que uma pequena diferença socioeconômica teria emergido entre os dois grupos: enquanto os antipetistas seriam mais propensos a virem da elite, nenhuma diferença existiria entre petistas e os eleitores não partidários. Para os autores, a diferença estaria ligada a uma atitude perante a mudança social, com os petistas nutrindo uma postura positiva nesse sentido e os antipetistas nutrindo uma atitude negativa. Por fim, opiniões sobre a importância e a eficácia da participação política e em relação à democracia como sistema de governo também desempenhariam um papel fundamental em distinguir simpatizantes do PT de eleitores antipáticos ao partido. Os primeiros seriam mais favoráveis à democracia e mais propensos ao engajamento em ativismo na sociedade civil, enquanto os últimos manteriam uma atitude ambivalente sobre formas institucionalizadas de participação política e sobre a própria democracia³² (Samuels e Zucco, 2019, p. 276-281).

Outro achado importante foi o de que apenas uma parte dos antipetistas apresenta simpatia partidária pelo PSDB. Conforme indicaram Borges e Vidigal (2018), o PSDB consegue mobilizar, em média, pouco menos da metade do eleitorado antipetista. O chamado “antipetista independente”, isto é, aquele eleitor que rejeita o PT, mas não se sente atraído por nenhum partido em particular, tende a votar na terceira opção disponível, que nas últimas eleições tem sido representada por diferentes legendas, como o Partido Socialista Brasileiro (PSB), o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), o Partido Verde (PV) e o Partido Social Liberal (PSL). Esse dado indica que esses eleitores não só rejeitam o PT, mas também não enxergam o PSDB como uma alternativa (Borges e Vidigal, 2018, p. 65-66, 78), o que ajuda a explicar porque as perdas nas taxas de identificação com o PT ao longo dos anos raramente beneficiaram

³² Os autores também sugerem que o ponto de partida para esses diferentes caminhos pode residir na psicologia individual: o desgosto pelo PT estaria associado a uma personalidade autoritária, enquanto a simpatia pelo partido estaria ligada a uma personalidade antiautoritária. Eles admitem, porém, não possuir evidência direta dessa relação (*ibid.*, p. 276-277).

seu principal concorrente. Isso vem corroborar a observação de Carreirão (2008, p. 327) de que, muitas vezes, para a decisão de voto em um candidato tucano, pesa mais a rejeição ao PT do que a manifestação de apreço ao PSDB.

A rejeição às duas principais agremiações brasileiras no nível da disputa presidencial indica a existência de algum grau de antipartidarismo no eleitorado nacional, da forma como o definimos no capítulo anterior. Essa constatação se relaciona com o clima de repúdio a instituições tradicionais como partidos políticos (mas também veículos de comunicação e entidades de classe) presente no Brasil pelo menos desde os protestos que tomaram as ruas do país em junho de 2013³³. Embora seja razoável afirmar, seguindo a definição de Torcal, Gunther e Monteiro (2002), que uma parte do antipartidarismo encontrado aqui seja cultural, dado nosso passado de golpes e ditaduras, é mais provável que a maior parte dele seja reativa, em resposta ao desempenho insatisfatório das elites partidárias nacionais frente à crise econômica e aos escândalos de corrupção que recentemente inundaram os noticiários políticos, nos quais estiveram envolvidos os principais partidos do país³⁴. Caso contrário, não encontraríamos índices relativamente altos de partidarismo do período da Quarta República ou mesmo durante a ditadura militar. Como discutido no capítulo anterior, é bastante complicado operacionalizar empiricamente o conceito de antipartidarismo, e ainda mais difícil é diferenciar os variados tipos de eleitores antipartidários. A pesquisa produzida até hoje sequer conseguiu separar aqueles que rejeitam partidos específicos dos que se opõem aos partidos como um todo.

Um esforço nesse sentido foi empreendido por Paiva, Krause e Lameirão (2016). Elas constataram que uma parte expressiva dos eleitores que rejeitavam o PT também rejeitava todas as outras legendas, indistintamente, isto é, parte dos antipetistas era, na verdade, antipartidária. Buscando discriminar esses dois grupos, as autoras encontraram diferenças não só nos perfis socioeconômicos de cada um, mas também em seu posicionamento em relação aos partidos, em sua autolocalização na escala ideológica, em sua decisão de voto para presidente e em sua avaliação do governo e de lideranças políticas. Os antipetistas tenderiam a apresentar maior renda e escolarização, a se

³³ Não ao acaso, o *slogan* da campanha presidencial vencedora em 2018 foi “meu partido é o Brasil”.

³⁴ Assim como, acredita-se, a Operação *Mani Pulite* teria contribuído para o aumento da hostilidade aos partidos na Itália, é razoável conjecturar que a ascensão do partidarismo negativo no Brasil seja, ao menos em parte, produto da influência da Operação Lava Jato, especialmente quando são levados em consideração os objetivos políticos particulares avançados por seus integrantes.

concentrar na região Sudeste (especialmente em São Paulo) e a avaliar o governo Dilma maciçamente de forma negativa. Os antipartidários, por outro lado, possuiriam, em geral, menor escolaridade, se espalhariam de maneira mais uniforme pelo país e tenderiam a avaliar o governo Dilma mais positivamente (Paiva, Krause e Lameirão, 2016, p. 649-657, 665). Os achados das autoras podem ajudar a explicar os traços de comportamento antissistema encontrados por Samuels e Zucco (2019, p. 280) entre os antipetistas. A ausência de distinções significativas entre petistas e antipetistas em várias dimensões também pode se dever ao fato de estes últimos não serem discriminados dos eleitores antipartidários na análise dos autores.

O que fica claro com esta revisão é que só estamos começando a entender a dinâmica do partidarismo negativo no Brasil. Ao que parece, não só manter uma postura positiva em relação a um partido está associado a elevados níveis de sofisticação política, mas também manter sentimentos partidários negativos. Petismo e antipetismo talvez sejam atualmente as duas principais forças políticas do país, e ao contrário do que uma visão mais simplista pode sugerir, o eleitorado antipetista é bastante heterogêneo, não apresentando um perfil ideológico claro (Borges e Vidigal, 2018, p. 79). Por enquanto, as rejeições a outros partidos importam pouco para o conjunto do eleitorado, mas nada impede que isso mude no futuro, afinal, os eleitores brasileiros parecem mais dispostos a nutrir sentimentos negativos do que positivos em relação aos partidos existentes.

Capítulo 5 – Sentidos do partidarismo: uma tipologia multidimensional dos eleitores brasileiros

5.1. Aspectos metodológicos

Diante da discussão teórica de fundo apresentada nos capítulos anteriores, este trabalho se propõe a responder à seguinte pergunta: de que maneira se estrutura o partidarismo no Brasil? A essa pergunta de caráter mais geralista se une outra mais específica, que indaga: quais são os componentes socioeconômicos, atitudinais, ideológicos e comportamentais dos diferentes tipos de eleitores? Trata-se, sem dúvidas, de um problema de pesquisa com um forte componente descritivo e exploratório, que, não obstante, faz-se ainda necessário, diante da dificuldade da literatura em dar sentido às diferentes posturas dos cidadãos no que se refere aos partidos e a outros elementos da política. Uma abordagem mais compreensiva, então, pode não apenas auxiliar na superação desse desafio, mas também contribuir para a formulação de hipóteses a serem testadas em estudos futuros.

Como visto no capítulo 4, as pesquisas que se dedicaram a investigar o caso brasileiro depararam-se com achados relevantes sob diferentes aspectos. O Brasil se insere no contexto dos países de democratização ou redemocratização recente, junto de várias outras nações da América Latina. Como a maior parte do conhecimento produzido sobre partidarismo é proveniente da realidade estadunidense e europeia, relativamente pouco se sabe sobre a estruturação das relações entre partidos e eleitores nas jovens democracias latino-americanas (e em países fora do mundo desenvolvido e industrializado, de forma geral). Entre outras razões, isso se deve ao fato de que muitos estudiosos não esperavam que os cidadãos dessa região formassem vínculos fortes com seus partidos (Lupu, 2015, p. 234). O Brasil não seria exceção nesse sentido. Como apontam Samuels e Zucco (2018, p. 8), as teorias existentes previam que fatores sociológicos e institucionais deveriam impedir o surgimento de partidarismo de massa no país, por se tratar de um sistema partidário fracamente institucionalizado e altamente fragmentado. No entanto, o que se vê é que, mesmo concentradas em um único partido, as taxas agregadas de identificação partidária por aqui apresentam patamares razoáveis em determinados momentos. Para um sistema partidário com as características que o sistema brasileiro possui, os níveis de partidarismo verificados em determinados anos podem até ser considerados significativos. Assim, o Brasil poderia ser caracterizado

como um caso crucial do tipo “menos provável” (*least likely case*) (Samuels e Zucco, 2014b, p. 213), isto é, um caso em que, em todas as dimensões exceto naquela de interesse teórico, está previsto que determinado resultado não será alcançado, mas ainda assim o é (Gerring e Seawright, 2007, p. 115).

Dessa maneira, esta pesquisa buscou contribuir para os estudos das relações entre cidadãos e partidos políticos por meio da ênfase em um tópico ainda amplamente ignorado: o do partidarismo negativo. Além disso, buscou-se construir uma tipologia multidimensional de eleitores, levando em conta a complexidade de seus sentimentos em relação aos partidos e sua heterogeneidade a nível individual. Para isso, fez-se uso de um método ainda pouco utilizado na Ciência Política, mas cada vez mais utilizado nas ciências sociais e humanas, inclusive no Brasil, em estudos de demografia (Sawyer, Leite e Alexandrino, 2002; Quiroga, 2006; Assis, Machado e Rodrigues, 2008; Pinto e Caetano, 2013), nas ciências da saúde (Cardoso et al, 2011) e nas ciências ambientais (Felippe et al, 2014). Trata-se do *Grade of Membership* (GoM), um método de modelagem de dados que permite o agrupamento dos indivíduos em perfis extremos (ou de referência) a partir da lógica de conjuntos difusos (*fuzzy sets*). A importância das tipologias de eleitores, como aquelas apresentadas no capítulo 3, se deve ao fato de elas representarem esforços de organização e sintetização de uma dada realidade, por meio de critérios e dimensões específicas, contribuindo para sua melhor apreensão. Em outras palavras, as tipologias procuram identificar regularidades em contextos complexos e oferecer capacidade heurística (Hirata *apud* Melo, 2007, p. 208). A ferramenta aqui utilizada possibilitará a comparação dos perfis gerados iterativamente às tipologias tradicionais presentes na literatura sobre partidarismo e engajamento político.

Nesse sentido, para a estimação dos parâmetros do modelo foram utilizados os dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) realizado em 2018. O ESEB é um *survey* pós-eleitoral, de abrangência nacional, realizado desde 2002 pelo Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP) da Universidade Estadual de Campinas e vinculado ao *Comparative Study of Electoral Systems Project* (CSES), uma iniciativa coordenada pela Universidade de Michigan. A pesquisa conta com uma variedade de perguntas sobre valores e atitudes políticas, apresentando questões que permitem aferir não somente a simpatia, mas também a antipatia em relação aos diversos partidos. A utilização de dados em painel representaria a alternativa ideal para a abordagem do objeto de estudo, já que permitiria examinar aspectos relacionados à estabilidade das vinculações partidárias. A preferência pelo ESEB, porém, se deu em razão da

abrangência de suas questões sobre partidarismo. Além das perguntas em que o entrevistado espontaneamente indica algum partido que gosta ou desgosta, ele também fornece aos respondentes a oportunidade de avaliar cada legenda em uma escala afetiva que varia de 0 a 10, uma espécie de “termômetro partidário”. Questões desse tipo são particularmente relevantes pois, como afirmam Braga e Pimentel Jr. (2011, p. 280), o fato de os eleitores não conseguirem expressar de forma espontânea os partidos que gostam (ou desgostam) não implica a inexistência de simpatia (ou antipatia) por algum deles. O ESEB 2018 foi aplicado em amostra nacional de 2.506 entrevistas face a face domiciliares a amostra é representativa da população e das diferentes regiões do país.

Assim sendo, antes de explicar de forma mais detalhada o funcionamento do método GoM e fornecer justificativas de sua utilidade para os objetivos aqui estabelecidos, vale a pena tratar brevemente da lógica dos conjuntos difusos. É o que se faz a seguir.

5.1.1. A lógica dos conjuntos difusos

Em matemática, conjuntos difusos (*fuzzy sets*) são conjuntos aos quais os elementos podem ter pertinência difusa, isto é, pertencimento parcial em diferentes graus. Eles diferem dos conjuntos nítidos (*crisp sets*), aos quais o pertencimento dos elementos é definido de forma binária, como pertencendo ou não. A principal implicação disso é que, na lógica de conjuntos difusos, os elementos podem pertencer a mais de um conjunto simultaneamente. Como definem Guedes et al (2016, p. 19), uma partição difusa pode ser entendida como um sistema em que há conjuntos fechados, bem delineados e bem definidos, aos quais é permitido um pertencimento múltiplo, em contraste com um modelo de partição exata, em que um elemento só pode ser classificado em um único grupo.

A vantagem de se trabalhar com essa lógica diz respeito ao fato de que grande parte dos fenômenos das ciências sociais simplesmente não se manifesta de maneira binária. Em conjuntos nítidos, a decisão de onde colocar o limite que define o pertencimento ou não do indivíduo ao conjunto não apenas pode ser considerada arbitrária, mas também pode influenciar fortemente os resultados obtidos (Schneider e Wagemann, 2012, p. 25-26). Ao permitir a pertinência parcial, a lógica difusa borra as fronteiras entre pertencimento e não pertencimento, o que é particularmente útil quando se possui interesse em analisar o comportamento dos elementos que estão nos limites

entre um grupo e outro, afinal, a proximidade entre esses elementos pode indicar, em alguns aspectos, semelhanças entre eles.

5.1.2. O método *Grade of Membership*

O GoM é um método de aglomeração baseado no conceito de partição difusa. Ele estima a probabilidade de uma categoria l , de uma variável j , pertencer ao perfil extremo k , λ_{kjl} , simultaneamente ao grau de pertencimento, g_{ik} , de um indivíduo i a um perfil extremo k . São identificados, entre os elementos do conjunto, dois ou mais perfis extremos, também chamados de perfis de referência. Os escores de grau de pertinência g_{ik} , também chamados de escores de GoM, mensuram o grau em que cada indivíduo manifesta propriedades associadas com os perfis formados. Quanto mais um indivíduo se aproxima de um dos perfis de referência, maior será o seu escore em relação a ele, e menor em relação aos demais. Um indivíduo que possui todas as características de um dos perfis extremos terá um grau de pertinência a ele de 100% e, conseqüentemente, de 0% aos demais. O elemento que possui pertencimento total a um perfil é chamado de “tipo puro” desse perfil. À medida que os indivíduos vão se afastando de um perfil extremo, vão perdendo algumas das características associadas a ele e assimilando as de outro. É possível que alguns indivíduos estejam equidistantes a todos os perfis extremos, não possuindo, portanto, características que os aproximem de nenhum deles. As probabilidades de uma l -ésima resposta a uma j -ésima variável pertencerem ao k -ésimo perfil, dadas por λ_{kjl} , são estimadas para os tipos puros de cada perfil, ou seja, o modelo pressupõe a existência de pelo menos um indivíduo que é um membro bem definido do k -ésimo perfil (Sawyer, Leite e Alexandrino, 2002; Assis, Machado e Rodrigues, 2008; Guedes et al, 2016).

Dessa maneira, como o valor g_{ik} representa a proporção ou intensidade de pertinência a cada perfil extremo, temos as seguintes restrições:

$$0 \leq g_{ik} \leq 1 \quad \text{para cada } i \text{ e } k$$

$$\sum_{k=1}^k g_{ik} = 1 \quad \text{para cada } i.$$

De forma similar, a probabilidade de resposta, para um indivíduo, para as várias categorias de cada questão ou variável respeita o seguinte pressuposto:

$$0 \leq \lambda_{kjl} \leq 1 \quad \text{para cada } k, j \text{ e } l$$

$$\sum_{l=1}^L \lambda_{kjl} = 1 \quad \text{para cada } k \text{ e } j.$$

A probabilidade de resposta l para a j -ésima questão pelo elemento ou indivíduo i , condicionada ao seu escore de grau de pertencimento g_{ik} , será dada por:

$$0 \leq P(Y_{ijl} = 1) = \sum_{k=1}^K g_{ik} \lambda_{kjl} \leq 1.$$

O modelo estatístico que aplica o método GoM identifica os perfis extremos com base em máxima verossimilhança, cuja função é dada por:

$$L(y) = \prod_{i=1}^I \prod_{j=1}^J \prod_{l=1}^L (\sum_{k=1}^K g_{ik} \lambda_{kjl}).$$

As iterações entre os parâmetros estimados sucessivas vezes continuam até que $L(y)$ atinja seu valor máximo. O modelo matemático que descreve a estimação desses parâmetros e a função de verossimilhança apresentada acima foi escrito originalmente por Woodbury e Clive (1974), e depois por Manton, Woodbury e Tolley (1994).

Os perfis extremos gerados correspondem a conjuntos fechados, já os graus de pertinência dos elementos constituem um conjunto nebuloso ou difuso (Guedes et al, 2016, p. 20). Uma vez que os perfis de referência são construídos a partir da contribuição de cada categoria de resposta a cada variável, quanto maior for o número de variáveis utilizadas no modelo, mais bem definido fica o conjunto e mais robusta é a descrição realizada (Quiroga, 2006, p. 57). Além disso, o GoM é apropriado para bases de dados com pequeno número de observações. Assim, dentro dos limites plausíveis, é possível obter bons resultados com uma amostra relativamente pequena, desde que o número de variáveis incluídas seja significativo (Sawyer, Leite e Alexandrino, 2002, p. 759).

Uma das vantagens de utilizar o método para o estudo das atitudes dos eleitores consiste no fato de que o padrão de agrupamento destes não é definido *a priori*, mas sim por meio de processos iterativos entre as variáveis, isto é, emerge a partir da convergência dos dados, cabendo ao pesquisador interpretar seu significado posteriormente. De acordo com Pinto e Caetano (2013, p. 165), o GoM é vantajoso em relação aos demais métodos de agrupamento, redução e mineração de dados pelo fato de que ele não apenas permite a inclusão analítica da heterogeneidade entre os indivíduos, mas também oferece uma medida que parametriza essa heterogeneidade. Por fim, a

ferramenta ainda possui uma propriedade extremamente útil, que consiste na possibilidade de manter os valores de não resposta nas variáveis, evitando que observações sejam perdidas no caso de haver valores válidos para o mesmo elemento em outras variáveis relevantes (Guedes et al, 2016, p. 25). Torna-se possível, então, explorar padrões de não resposta entre os indivíduos que compõem a amostra. Desse modo, por ser recomendado para a aplicação a problemas de pesquisa que pressupõem que dado fenômeno seja experimentado pelos indivíduos de forma complexa, ao longo de diversas dimensões (Pinto e Caetano, 2013, p. 168), o GoM se mostra uma alternativa útil para a pesquisa aqui empreendida.

5.1.3. Procedimentos para a computação do modelo e critérios para caracterização dos perfis

Para o cálculo das probabilidades λ_{kji} e dos escores de grau de pertencimento, foi utilizado o “GoMRcpp.R”, um arquivo R-script desenvolvido por Julimar Pinto e André Caetano no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. O GoMRcpp.R utiliza as mesmas funções matemáticas originalmente descritas por Woodbury e Clive (1974) presentes no programa “GOM3.exe” para o ambiente MS-DOS, com a vantagem de não possuir limitações de variáveis nem de número de observações. As variáveis presentes no ESEB 2018 foram recodificadas de modo que não houvesse “saltos” entre as categorias de resposta, isto é, variáveis originalmente com os valores 1 para determinada resposta, 2 para outra e 9 para uma terceira, foram recodificadas em valores sequenciais (1, 2 e 3). Além disso, as variáveis com valores iniciando em 0 foram recodificadas para começar com o valor 1. No total, foram utilizadas 173 questões do ESEB 2018 (ver Anexo).

Ao rodar o arquivo no ambiente ativo do R, definiu-se apenas os parâmetros obrigatórios da função GoMRcpp e o número inicial de perfis a ser modelado. Foram gerados modelos com dois, três e quatro perfis extremos. A definição do número ótimo de perfis pode ser baseada tanto em critérios estatísticos quanto em conceituais. O Critério de Informação de Akaike (AIC) fornece uma medida estatística para a escolha da quantidade de perfis. A regra de decisão corresponde ao modelo com valor mínimo da estatística AIC, que indica o modelo com melhor adequação e menor viés (Assis, Machado e Rodrigues, 2008, p. 680). Deve-se, então, utilizar o modelo AIC_k que atenda à restrição: $AIC_{k-1} > AIC_k < AIC_{k+1}$. A estatística AIC pode ser obtida pela fórmula:

$$AIC = 2p - 2\ln L,$$

onde L é o valor da verossimilhança e p é o número de parâmetros estimados do modelo (Guedes et al, 2016). Como pode ser visto na *Tabela 1* abaixo, o modelo com o menor valor de AIC foi o com três perfis extremos.

Tabela 1. Valores AIC para modelos GoM com K perfis

K	AIC
2	1268161,623
3	1242330,388
4	1263618,368

Fonte: elaboração própria a partir de dados do ESEB 2018.

Para a caracterização e descrição dos perfis extremos foi utilizada a razão entre a frequência marginal estimada e a frequência marginal observada, chamada tanto de Razão Lambda/Frequência (RLFM) quanto de Razão E/O. Sawyer, Leite e Alexandrino (2002) sugerem um valor de corte de 20%, ou seja, considera-se que uma categoria de resposta l , de uma variável j , é característica ou marcadora de um perfil extremo k sempre que a RLFM for igual ou maior que 1,2. Isso significa que, para o tipo puro do k -ésimo perfil extremo, a probabilidade de escolher uma l -ésima categoria, em uma j -ésima variável, é 20% maior em relação ao total da população.

5.2. Resultados

Explicados e discutidos os aspectos metodológicos mais gerais e específicos, cabe agora apresentar e analisar, de forma sucinta, os resultados desta pesquisa nas seções subsequentes.

5.2.1. Descrição dos perfis extremos

Com base no critério de preponderância RLFM ou Razão E/O apresentado na seção 5.1.3, procede-se à descrição das características dos perfis extremos. As variáveis utilizadas para diferenciá-los foram agrupadas em doze conjuntos, relativos a aspectos relevantes identificados pela literatura. Apesar de, como indicado anteriormente, o modelo ter sido gerado a partir de 173 variáveis, nem todas elas são apresentadas aqui,

seja por não terem sido relevantes para diferenciar os perfis gerados, seja porque não apresentaram padrões que trouxessem achados pertinentes para a discussão aqui realizada.

As tabelas que serviram de referência para a caracterização dos perfis extremos encontram-se no Apêndice, mas, quando conveniente, faz-se uso de representação gráfica para a melhor visualização dos parâmetros estimados. Como não podia deixar de ser, a descrição das características dos perfis é feita em estrita associação a questões de interesse teórico.

Variáveis demográficas

Em relação a aspectos demográficos, pode-se afirmar que o Perfil Extremo 1 é composto predominantemente por homens, com idade entre 35 e 44 anos, geralmente concentrados na região Sudeste, com escolaridade elevada (possuem, em geral, ensino universitário incompleto ou completo) e com tendência a se autodeclararem racialmente como brancos, amarelos ou índios. O tipo puro deste perfil tende a ser patrão, trabalhar como autônomo, ser empresário ou aposentado. Possui renda média (entre dois e dez salários mínimos) ou elevada (entre dez e quinze ou acima de vinte salários mínimos).

Já o Perfil Extremo 2 é composto, em sua maioria, por mulheres, ou muito jovens (com 16 ou 17 anos de idade), ou bem mais velhas (com idades entre 55 e 64 anos ou acima disso), concentradas na região Nordeste, com baixa escolaridade (são analfabetas, possuem primário completo ou incompleto, ginásio e colegial incompletos) e tendência a se autodeclararem como pretas ou a não saber ou não responder sobre a própria cor ou raça. Os tipos puros deste perfil tendem a trabalhar no ramo da agricultura, das atividades domésticas ou são inativos. O Perfil 2 tende a reunir desempregados, aposentados, donas de casa ou pensionistas, com baixíssima renda (até um salário mínimo) e que recebem “Bolsa Família” ou possuem alguém em casa que foi beneficiário do programa nos últimos três anos.

Por seu turno, o Perfil Extremo 3 é composto por uma maioria de homens, com idade entre 25 e 34 anos, concentrados na região Sul, com escolaridade elevada (possuem de colegial completo até pós-graduação) e sem distinção por cor ou raça. O tipo puro deste perfil costuma ser empregado (com ou sem registro em carteira) e a trabalhar em diferentes ramos, seja na construção, no setor de transporte e comunicações, em atividade social ou na administração pública. Também pode ser

estudante ou profissional liberal. Possui renda média (entre dois e dez salários mínimos) ou elevada (entre dez e quinze salários mínimos). As probabilidades estimadas com as Razões E/O podem ser encontradas na *Tabela 4* do Apêndice.

Percebe-se, a partir dessas descrições, que os Perfis 1 e 3 reúnem os estratos socioeconômicos médios e altos da população, com melhores condições de vida, enquanto o Perfil 2 agrupa os estratos mais baixos, que ocupam as posições de maior desprestígio social. Se a abordagem de Singer (2012) estiver correta quanto à mudança da base social do PT, este último perfil é um bom candidato a nutrir algum tipo de simpatia em relação ao partido.

Sofisticação política

No que se refere à sofisticação política, os tipos puros do Perfil Extremo 1 são caracterizados por serem muito interessados por política, por acompanharem política na televisão, no rádio, nos jornais ou na internet com muita intensidade e por se considerarem muito entendidos sobre os problemas políticos mais importantes do país. Eles se informam sobre assuntos políticos por meio de jornais e revistas, redes sociais virtuais (como *Facebook*, *Twitter* e *Whatsapp*) ou mecanismos *online* de pesquisas.

O Perfil Extremo 2, por outro lado, reúne indivíduos nada interessados por política, que não a acompanham nos meios de comunicação, que julgam não entender nada sobre os problemas políticos mais importantes do país e, em geral, não se informam sobre política. Quando o fazem, informam-se por meio do noticiário televisivo e de conversas com amigos, familiares ou colegas de trabalho.

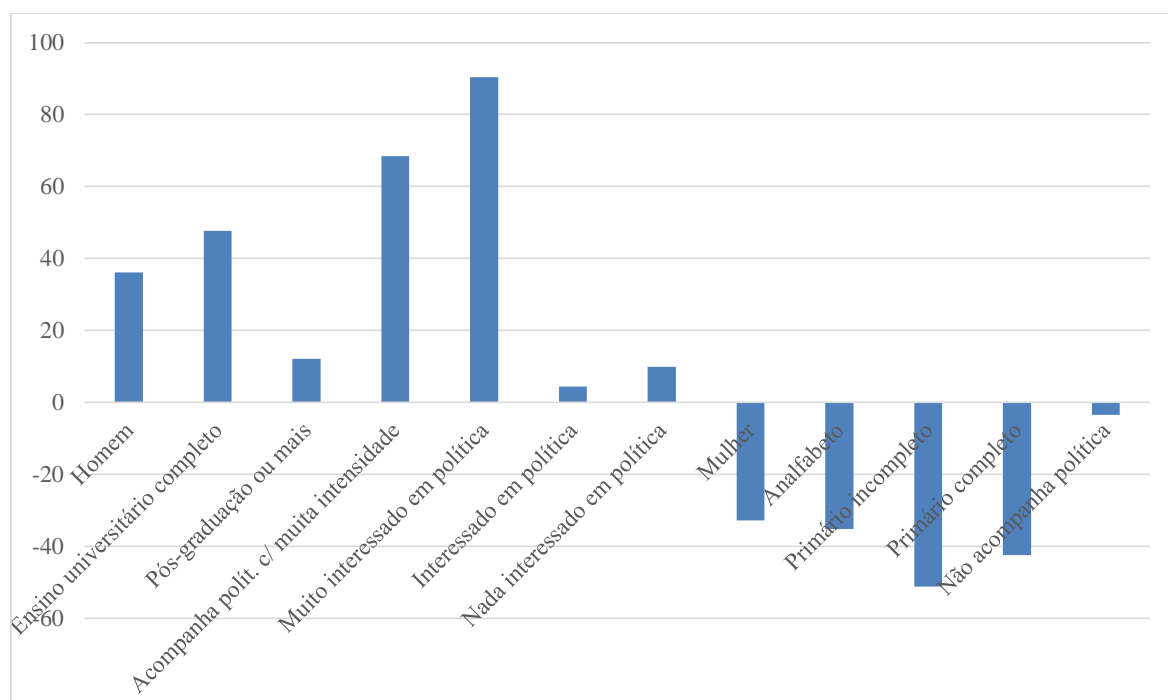
Já o Perfil Extremo 3 é composto por cidadãos com interesse razoável em política (variando de pouco a muito, com a categoria “interessado” sendo a mais marcante), que acompanham política nos meios de comunicação com elevada intensidade (“muita” e “alguma intensidade”, sendo esta última a categoria mais marcante) e consideram-se muito entendidos sobre os problemas políticos mais importantes do país. Informam-se sobre política em *blogs* da internet, em redes sociais virtuais ou por meio de mecanismo *online* de pesquisas. A sumarização das características dos três perfis com base nos dois conjuntos de variáveis ora apresentados pode ser vista na *Gráfico 1* abaixo.

Dadas as características socioeconômicas dos três perfis, os padrões descritos acima não chegam a ser surpreendentes. Como há muito já observado pela literatura

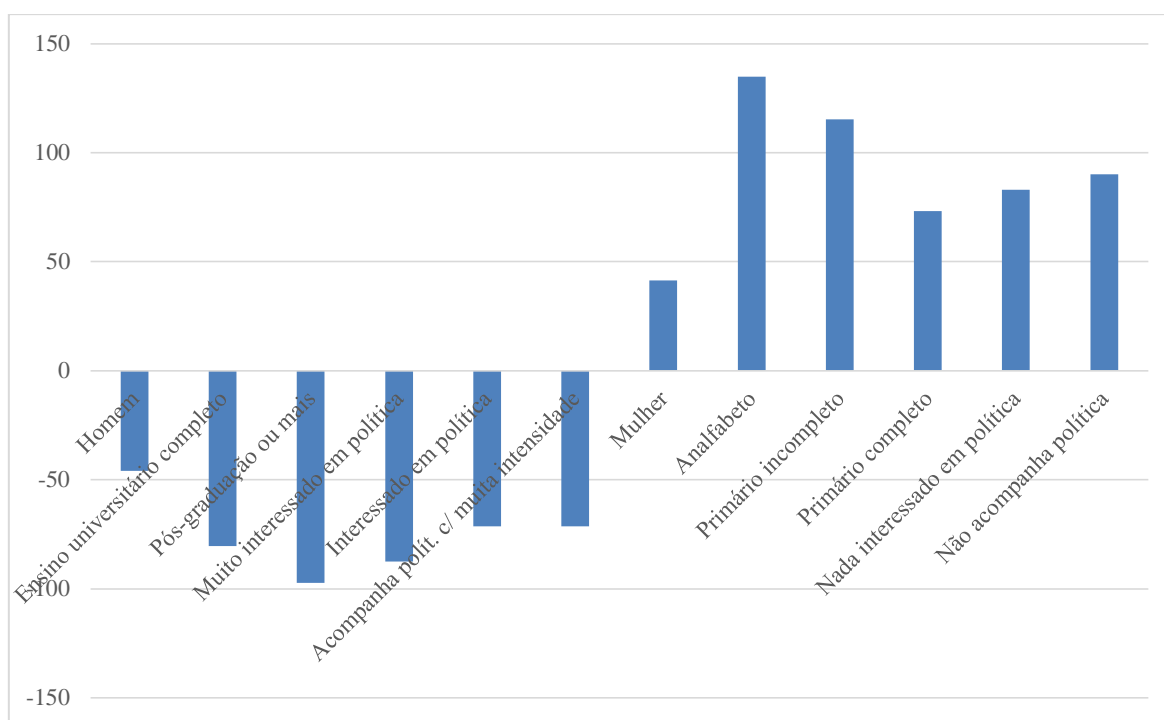
(Castro, 1994; Reis, 1978; Lamounier, 1978), as camadas mais baixas da população tendem a apresentar maiores níveis de desinformação e alheamento em relação a temas políticos, enquanto os setores mais privilegiados são justamente os mais interessados e informados. Isso porque o custo da obtenção de informações é mais elevado para os estratos socioeconômicos mais desfavorecidos. Conforme apontou Bourdieu (2007 [1979], p, 378), o interesse por política cresce ao se passar dos indivíduos menos instruídos para os mais instruídos.

Gráfico 1. Diferenças de pertencimento entre perfis de eleitores relativamente a aspectos demográficos e de sofisticação política.

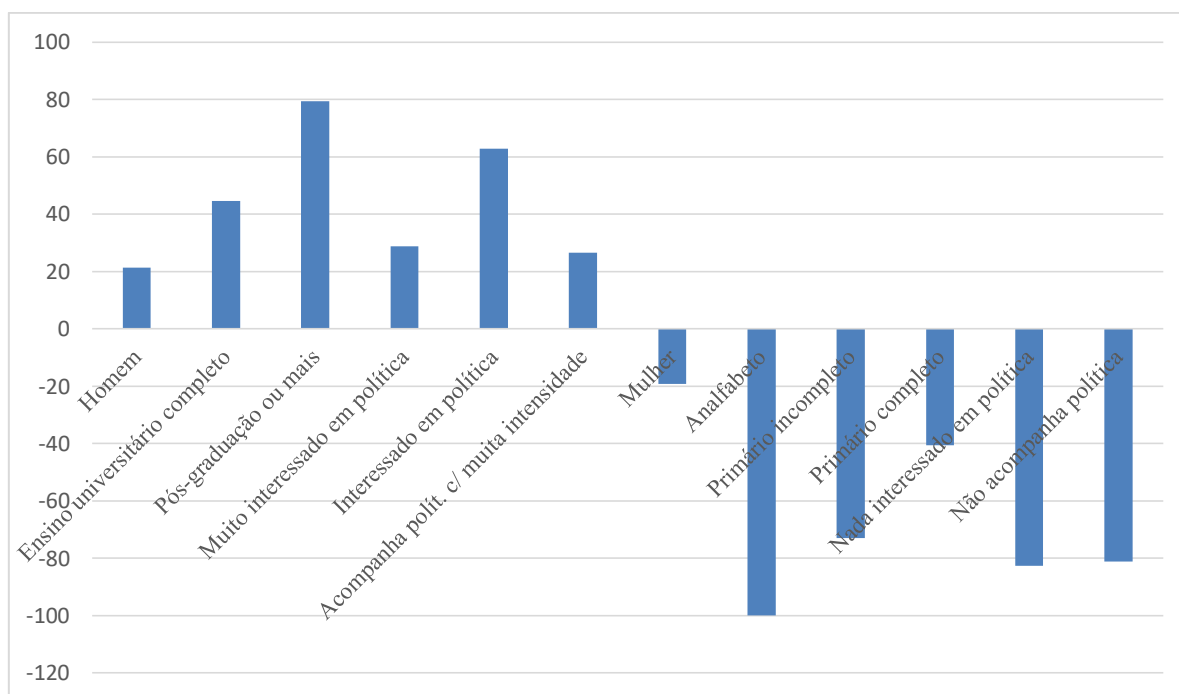
Painel A – Perfil Extremo 1



Painel B – Perfil Extremo 2



Painel C – Perfil Extremo 3



Fonte: ESEB 2018.

Atitudes em relação às eleições

Quanto à eficácia e confiabilidade das eleições, o Perfil Extremo 1 tende a ter atitudes majoritariamente negativas. Os tipos puros deste perfil tendem a pensar que as

eleições são objeto de fraude e que não influenciam nada o que acontece no Brasil. Além disso, eles costumam pensar que não faz nenhuma diferença quem governa, embora também possam acreditar que faz muita diferença.

De forma semelhante, os tipos puros do Perfil Extremo 2 também tendem a pensar que as eleições são objeto de fraude, que o voto não influencia em nada o que acontece no Brasil e que não faz diferença quem governa o país.

Já o Perfil Extremo 3 tende a assumir posições intermediárias quanto à afirmação de que não faz diferença quem governa o Brasil e também quanto à afirmação de que o voto não influencia o que acontece no país. Considera as eleições confiáveis (ver *Tabela 6* do Apêndice).

Atitudes em relação à democracia

No que concerne à satisfação com o funcionamento da democracia no Brasil, o Perfil Extremo 1 é composto tanto por eleitores muito satisfeitos quanto por cidadãos muito insatisfeitos, mas estes marcam o perfil de forma mais forte, o que é evidenciado pelo maior valor da Razão E/O para esta última categoria. Em relação à afirmação de que a democracia é a melhor forma de governo, há também divisão entre aqueles que concordam muito e aqueles que discordam muito, mas, de forma semelhante ao que acontece com a variável anterior, os discordantes marcam o perfil de forma mais forte. O tipo puro deste perfil acha que em algumas situações é melhor uma ditadura do que uma democracia e acredita que a democracia pode funcionar sem partidos políticos ou Congresso Nacional.

Os tipos puros do Perfil Extremo 2 tendem a estar muito insatisfeitos com o funcionamento da democracia no Brasil (ou tendem às categorias de não resposta) e pensam que tanto faz uma ditadura ou uma democracia (ou, novamente, tendem às categorias de não resposta). Costumam discordar muito da afirmação de que a democracia é a melhor forma de governo (ou não resposta). Ao serem indagados sobre a possibilidade de a democracia funcionar sem partidos ou Congresso Nacional, apresentam tendência à não resposta.

Quanto ao Perfil Extremo 3, seus tipos puros tendem a estar razoavelmente satisfeitos com o funcionamento da democracia no Brasil, variando de pouco satisfeitos a satisfeitos. Pensam que a democracia é sempre melhor que qualquer outra forma de governo, que sem partidos políticos ou Congresso Nacional não é possível haver

democracia e concordam um pouco com a afirmação de que a democracia tem problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo (ver *Tabela 7* do Apêndice).

Partidarismo

Os tipos puros do Perfil Extremo 1 não são discriminados por sua disposição em expressar partidarismo. Quando muito, eles reportam apenas uma inclinação leve em relação a algum partido. Tendem, porém, a apontar que não gostam de alguma legenda. O Perfil Extremo 1 é o único em que a resposta “Sim” à pergunta sobre a existência de um partido que não gosta é um marcador relevante. Trata-se de um perfil, portanto, mais disposto a desgostar do que a gostar de algum partido. Quando se sente representado por algum deles, tende a apontar tal partido como sendo o PSL ou o PSOL. Quando se sente próximo a algum partido, tende a apontar tal partido como sendo o PSL, o Partido Novo (NOVO) ou o PSOL. Quando diz não gostar de algum partido, tende a apontar este partido como sendo o PT, o PSL, os Democratas (DEM), o PSDB ou o PSOL. Os tipos puros deste perfil mantêm sentimentos fortemente negativos em relação a todos os principais partidos. Podem também dizer gostar muito de algumas das principais agremiações, com exceção do PT e do PSB (em relação a essas legendas, manifestam, em geral, apenas sentimentos negativos). Para este perfil, são muito importantes as categorias extremas de resposta na escala afetiva de avaliação dos partidos (“não gosto de jeito nenhum” e “gosto muito”), mas as categorias de resposta negativas são sempre mais poderosas, como indicam as Razões E/O extremamente altas.

Os tipos puros do Perfil Extremo 2 tendem à não resposta em todas as questões sobre partidarismo, mas também tendem a responder “não” na questão sobre se há algum partido que eles não gostam (ver *Tabela 8* do Apêndice). Quando se sentem representados por algum partido, geralmente apontam este partido como sendo o PT. Quando instados a avaliar os partidos separadamente, ou dizem não conhecer o partido, ou não respondem ou não sabem avaliar. Tendem a gostar muito de alguns partidos específicos, dentre os quais o PT, o PDT, o PSDB e o PSB.

Já o Perfil Extremo 3 é claramente o mais partidário dos três. Seus tipos puros tendem a responder “sim” a todas as questões sobre partidarismo (sobre se sentir representado por algum partido e se sentir próximo ou um pouco próximo a algum partido), mas não são discriminados pela sua disposição em desgostar de algum partido.

Quando se sentem representados por algum deles, tendem a apontar este partido como sendo o MDB, o PSDB ou o NOVO. Quando se sentem próximos a algum partido, tendem a apontar este partido como sendo o PT, o MDB, o PSL, o NOVO ou o PSDB. Quando dizem não gostar de algum partido, geralmente apontam este partido como sendo o PT, o MDB, o PSL, o PSDB, o PSOL ou o Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Avaliam os principais partidos brasileiros de maneira bastante mista, tanto negativamente quanto positivamente, mas raramente utilizando as categorias de resposta extremas (“não gosto de jeito nenhum” e “gosto muito”).

Nesse sentido, é interessante observar a tendência dos tipos puros do Perfil 1 a gostarem de partidos menores, e não das legendas tradicionais. Essa postura, somada a sua rejeição aos dois principais partidos do país, o PT e o PSDB, além do DEM, pode representar algum tipo de atitude *antiestablishment*. Vê-se, também, como lideranças políticas específicas influenciam as manifestações de partidarismo dos eleitores, como ilustra o exemplo do PSL. As identificações com esta legenda, um partido inócuo até poucos anos atrás, provavelmente são mais demonstrações de lealdade a Jair Bolsonaro, seu então membro mais notório, do que ao partido político em si. Como alertado por diferentes autores (e.g. Pereira, 2014), é necessário tomar cuidado ao interpretar as respostas dos eleitores a perguntas sobre partidos aos quais se sentem próximos como vinculações psicológicas a essas agremiações.

Insights importantes também podem ser extraídos da observação das características do Perfil 2. Embora, de forma geral, seus tipos puros de fato apresentem avaliações positivas do PT, eles tendem a indicá-lo mais como o partido que os representam do que como o partido do qual se sentem próximos, o que pode ser um sinal de que a preferência pela legenda seja conduzida pelas imagens difusas ligadas à dicotomia entre o popular e o elitista discutidas por Reis (1978; 1988). Tomados isoladamente, esses achados apoiariam a hipótese de Singer (2012) de que o PT teria assumido a feição de “partido dos pobres” para uma parte do eleitorado. O fato de os tipos puros do Perfil 2 serem caracterizados por não possuírem um partido do qual desgostam, enquanto o contrário se dá com os do Perfil 1, pode indicar que a manutenção de atitudes negativas em relação a determinados partidos, assim como a existência de vínculos partidários positivos, depende de um elevado nível de sofisticação cognitiva.

Por fim, é provável que os partidários “clássicos”, tal como descritos por Campbell et al (1967 [1960]), estejam concentrados no Perfil 3. Seus tipos puros

tendem a se identificar com os partidos mais tradicionais, como o PT, o MDB e o PSDB, diferenciando-se daqueles do Perfil 1. Embora os níveis de não partidarismo sejam altos para todos os perfis (como indicam as probabilidades estimadas), o Perfil 3 é aquele com maior chance de expressar algum grau de partidarismo. Considerando as características socioeconômicas desse perfil, trata-se de um achado consistente com os padrões descritos pela literatura. Borba et al (2018, p. 14), por exemplo, mostram que

Homens, pessoas mais velhas, de maior nível educacional, com maior sentimento de eficácia política subjetiva e maior disposição em adquirir informação têm maior probabilidade de desenvolver identificação com partidos.

Nessa mesma linha, Speck, Braga e Costa (2015, p. 135) já haviam indicado que as mulheres são significativamente menos filiadas, se sentem menos próximas e manifestam menos sentimentos positivos com as organizações partidárias do que os homens. Pesquisas feitas em outras democracias latino-americanas revelaram um quadro parecido. Como argumenta Lupu (2015, p. 235), os resultados gerais mostram que os padrões de partidarismo de massa na América Latina se assemelham aos de outras partes do mundo.

Engajamento político

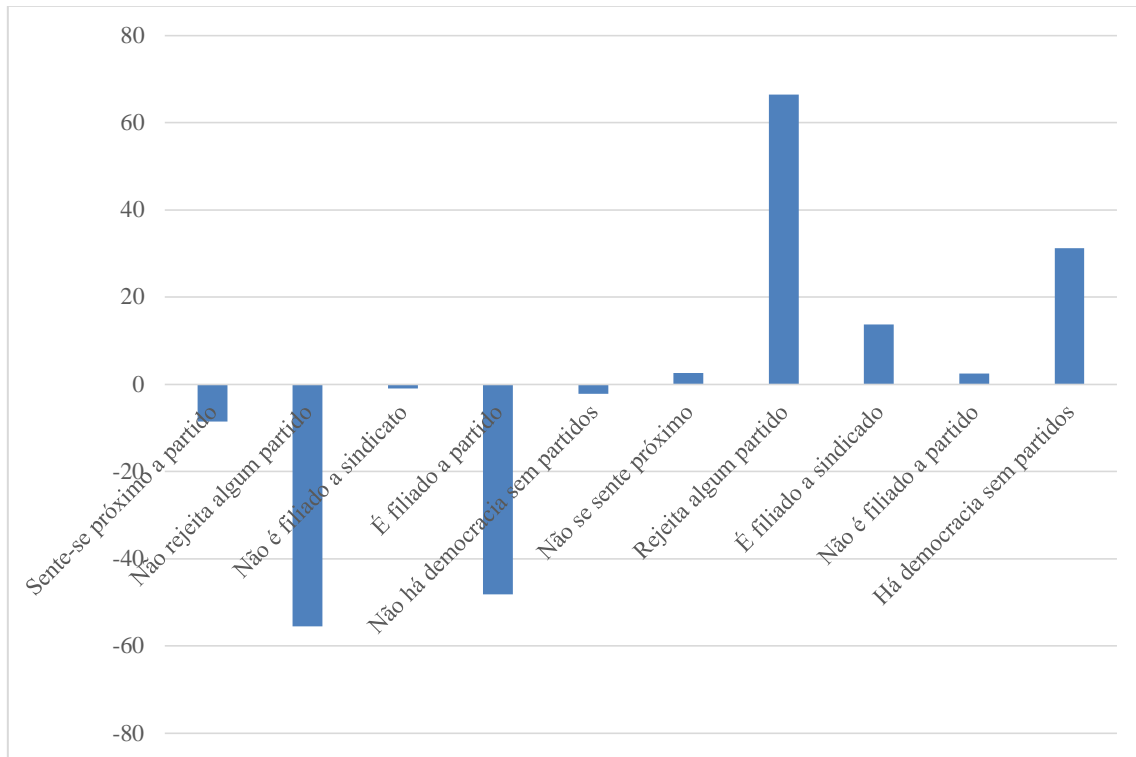
No que se refere ao engajamento político, nem o Perfil Extremo 1 e nem o Perfil Extremo 2 são discriminados por sua disposição em se engajar politicamente, como pode ser constatado na *Tabela 9* do Apêndice. A única observação digna de nota é a de que os tipos puros do Perfil Extremo 1 tendem a se engajar apenas em grupos virtuais de discussão política (em redes como *Twitter*, *Whatsapp* ou *Facebook*).

De maneira semelhante ao padrão visto quanto ao partidarismo, o Perfil Extremo 3 pode ser caracterizado como o mais engajado politicamente. Seus tipos puros tendem a responder “sim” a todas as questões sobre engajamento político. Eles tendem a ser filiados a sindicatos, a partidos políticos e a se engajar em diferentes grupos e organizações, de associações de moradores a reuniões do orçamento participativo. Essa observação corrobora a afirmação de Balbachevsky (1992, p. 140), mencionada no capítulo anterior, de que a identificação partidária recorta na população o conjunto de eleitores disponíveis para a participação política. Uma sumarização dessas diferentes

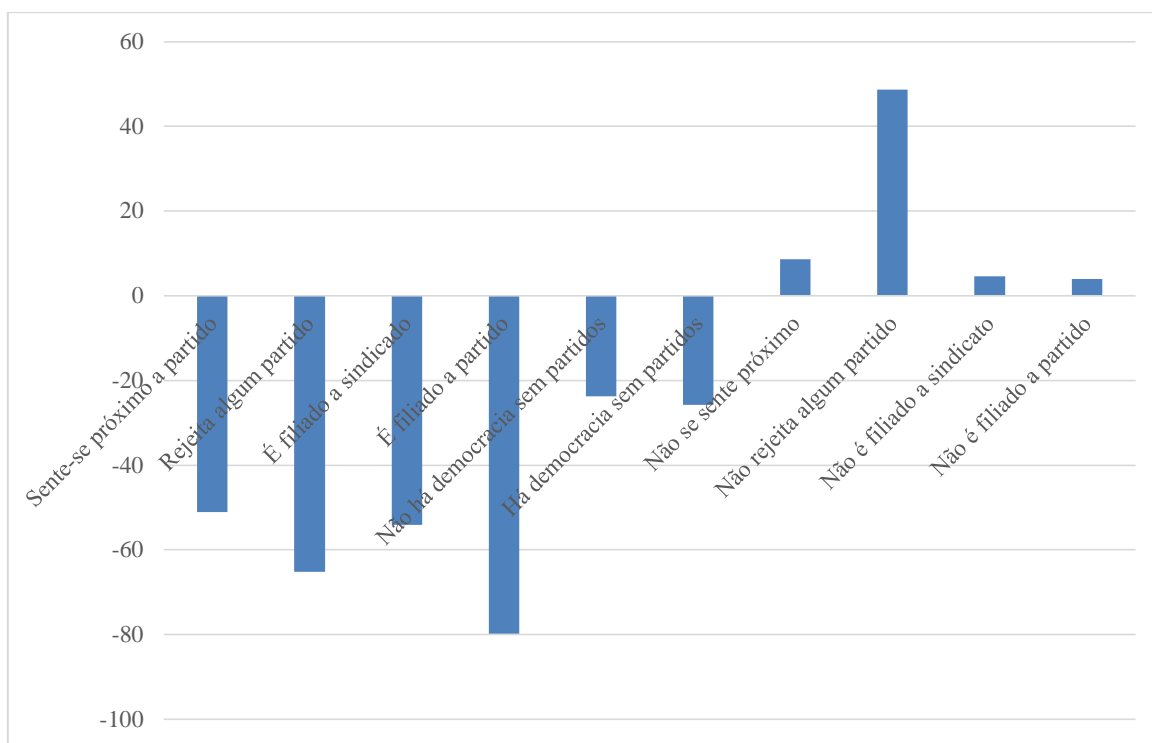
características descritas nos parágrafos anteriores pode ser encontrada no *Gráfico 2* abaixo.

Gráfico 2. Diferenças de pertencimento entre perfis de eleitores relativamente a questões sobre partidarismo e engajamento político

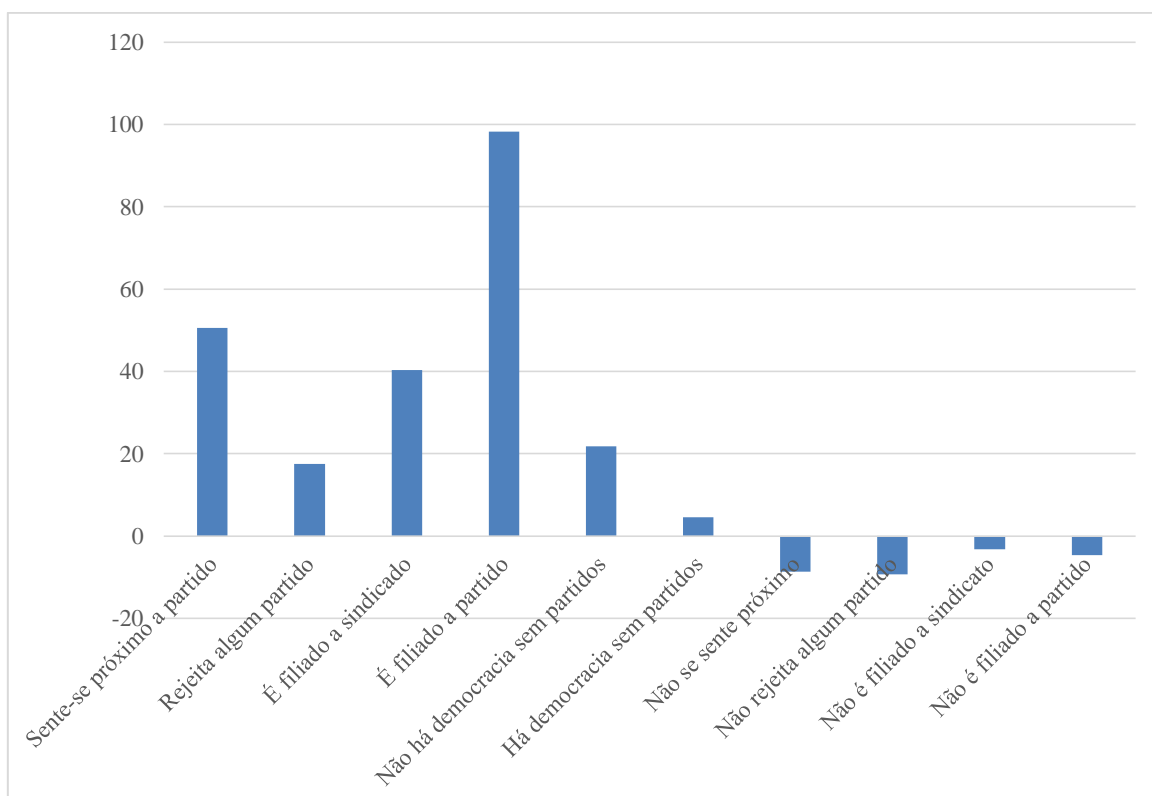
Painel A – Perfil Extremo 1



Painel B – Perfil Extremo 2



Painel C – Perfil Extremo 3



Fonte: ESEB 2018

Economia

Em relação a questões econômicas, o Perfil Extremo 1 é composto por indivíduos que tendem a pensar que só o crescimento econômico poderá garantir o bem-estar das pessoas. Esses indivíduos tendem a avaliar a situação da economia nacional nos últimos nos últimos doze meses como muito pior.

Os tipos puros do Perfil Extremo 2, por sua vez, discordam muito da afirmação de que só o crescimento econômico poderá garantir o bem-estar das pessoas (ou tendem à não resposta). Quanto à avaliação da economia nos últimos doze meses, eles se dividem entre avaliação muito positiva e muito negativa, com peso maior desta última e das categorias de não resposta.

O Perfil Extremo 3 reúne eleitores que tendem a posições intermediárias quanto à afirmação de que só o crescimento econômico poderá garantir o bem-estar das pessoas (a variação se dá entre as categorias “discorda um pouco” e “concorda um pouco”, com a Razão E/O crescendo nesta direção). O mesmo se dá quanto à opinião sobre a redução dos gastos públicos para reduzir os impostos. Por fim, os tipos puros deste perfil tendem a se concentrar nas categorias intermediárias de resposta sobre a avaliação da economia (com variação entre as categorias “um pouco melhor” e “um pouco pior”, com a Razão E/O sendo um pouco maior no primeiro caso).

Ideologia

Com respeito a questões de natureza ideológica, os tipos puros do Perfil Extremo 1 tendem a se posicionar de maneira mais clara e contundente como de esquerda ou de direita (raramente de centro), o que pode ser verificado por sua tendência a escolherem as categorias polares de resposta³⁵, conforme mostra a *Tabela 10* do Apêndice. Tendem a discordar muito da afirmação de que ter um líder forte no governo é bom para o Brasil mesmo que o líder não cumpra as regras. Discordam muito da afirmação de que o povo, e não os políticos, deveria tomar as decisões políticas mais importantes. Discordam totalmente da afirmação de que o governo deveria tomar medidas para reduzir as

³⁵ Seria possível interpretar esse padrão de escolha pelas categorias polares da escala como propensão a um maior nível de extremismo ideológico. Contudo, a questão original do ESEB apresenta uma escala ideológica que varia de 0 a 10, com 0 significando “Esquerda” e 10 significando “Direita”, sem qualquer menção a termos como “extrema esquerda” ou “extrema direita”. Como a suposição de que o posicionamento nessas categorias representaria um maior extremismo ideológico depende de um julgamento altamente subjetivo, optou-se por considerar que ele representa apenas uma disposição a se posicionar de maneira mais clara e contundente.

diferenças entre os níveis de renda. Discordam muito da ideia de que a democracia só será verdadeira quando acabar com a miséria. Discordam muito da afirmação de que o Brasil precisa de um líder que resolva a crise e os problemas, mesmo se desrespeitar as leis e instituições. Discordam muito da afirmação de que, em qualquer situação, as pessoas mais pobres devem ter mais chances do que as ricas. Concordam muito ou discordam muito da afirmação de que o presidente ou o Congresso Nacional podem ignorar o Supremo Tribunal Federal (STF) se este interferir no trabalho do governo.

O Perfil Extremo 2 é marcado por aqueles eleitores que geralmente não sabem o que é esquerda e direita, não sabem se posicionar na escala ideológica ou não respondem à questão, como mostra a *Tabela 10* do Apêndice. Quando não são esses os casos, esses eleitores tendem a se posicionar à direita. O tipo puro deste perfil tende a discordar totalmente da afirmação de que o governo deveria tomar medidas para reduzir as diferenças entre os níveis de renda (ou tende a não responder à questão). Tende a concordar muito com a afirmação de que o Brasil precisa de um líder que resolva a crise e os problemas, mesmo se desrespeitar as leis e instituições. Além disso, tende a concordar muito com a afirmação de que, em qualquer situação, as pessoas mais pobres devem ter mais chances do que as ricas (ou tende a não resposta).

O Perfil Extremo 3 é ideologicamente diverso, com posições de esquerda, centro e direita, mas sempre nas categorias intermediárias, raramente nas polares. Seus tipos puros tendem a concordar um pouco ou discordar um pouco da afirmação de que ter um líder forte no governo é bom para o Brasil mesmo que o líder não cumpra as regras. O mesmo padrão se observa no que se refere à afirmação de que o povo, e não os políticos, é que deveria tomar as decisões políticas mais importantes. Nesse aspecto, podem ser observadas tanto atitudes mais participativas quanto mais elitistas. O padrão de concordância ou discordância parcial mais uma vez se repete quanto à afirmação de que o governo deveria tomar medidas para reduzir as diferenças entre os níveis de renda e quanto à de que a democracia só será verdadeira quando acabar com a miséria. O mesmo acontece com afirmações sobre a necessidade de um líder forte para resolver a crise e os problemas, sobre as pessoas mais pobres deverem ter mais chances do que as ricas e sobre o presidente ou o Congresso Nacional poderem ignorar o STF se este interferir no trabalho do governo.

Como se constata, embora, de certa maneira, os tipos puros do Perfil 1 apresentem atitudes que poderiam ser consideradas mais autoritárias, eles não estão automaticamente dispostos a aceitar líderes fortes que desrespeitem as regras e

instituições. Em geral, eles tendem a ser menos igualitários. O fato de, em diversas variáveis, as categorias polares de respostas serem importantes para a caracterização do perfil relaciona-se ao fato de este reunir tanto indivíduos com posição claramente de esquerda quanto claramente de direita. Sua forte discordância da afirmação de que as pessoas mais pobres devem ter mais chances do que as ricas em qualquer situação pode ser expressão de um interesse de classe, já que os tipos puros deste perfil tendem a ser aqueles melhor posicionados em termos de renda.

Nesse sentido, o mesmo parece se dar em relação aos tipos puros do Perfil 2, que, de modo contrário, tendem a concordar muito com tal afirmação. Sua forte discordância em relação à afirmação de que o governo deveria tomar medidas para reduzir as diferenças entre os níveis de renda pode parecer inconsistente com essa interpretação, mas não se deve desconsiderar a possibilidade de que o baixo nível de sofisticação política que caracteriza este perfil esteja agindo nesse caso. Também é compatível com a baixa sofisticação a dificuldade de se posicionar no espectro ideológico, mas o posicionamento à direita de uma parte dos tipos puros deste perfil parece corroborar a observação de Singer (2012, p. 58) sobre a autolocalização intuitiva à direita dos eleitores mais pobres. A concordância dos tipos puros do Perfil 2 em relação à afirmação de que o Brasil precisa de um líder que resolva a crise parece ser representativo de um desejo de que os problemas sejam resolvidos de qualquer maneira, não importando os custos envolvidos.

Atitudes em relação a políticos/elite política

Quando se trata de avaliar a elite política do país, os tipos puros do Perfil Extremo 1 tendem a concordar muito com a afirmação de que os políticos só se importam com eles mesmos, como é possível verificar na *Tabela 11* do Apêndice. Eles também discordam muito da afirmação de que a maior parte dos políticos é confiável. Concordam muito com a afirmação de que os políticos são principal problema do Brasil e com a de que a maior parte dos políticos se preocupa apenas com os interesses dos ricos e poderosos. É o único perfil que manifesta consistentemente sentimentos negativos em relação a todas as principais lideranças políticas atuais. Em suas respostas a questões sobre avaliação de políticos em uma escala afetiva, há predominância tanto das respostas “não gosto de jeito nenhum” quanto das de “gosto muito”, reproduzindo o mesmo padrão descrito para os partidos. Isso só não acontece para políticos do PT

(Lula, Fernando Haddad e Dilma Rousseff) e do PSDB (Geraldo Alckmin e Aécio Neves), justamente os dois partidos que estiveram no centro da disputa eleitoral. Em relação às lideranças dessas agremiações, os tipos puros do Perfil 1 tendem a nutrir apenas sentimentos negativos, o que parece ser característico de um sintoma de insatisfação política que leva alguns eleitores a não só rejeitarem o PT, mas também a não enxergarem o PSDB como uma alternativa (Borges e Vidigal, 2018, p. 78).

Os tipos puros do Perfil Extremo 2, por outro lado, quando não tendem à não resposta, tendem a discordar muito da afirmação de que os políticos só se importam com eles mesmos. Tendem a concordar muito com a afirmação de que a maior parte dos políticos é confiável (ou não respondem à questão). Em relação a lideranças políticas específicas, tendem a não conhecer, não responder ou não saber avaliar. Quando sabem avaliar, tendem a apresentar majoritariamente sentimentos positivos (esses são os casos de políticos como Ciro Gomes, Marina Silva, Fernando Haddad, Henrique Meirelles, Geraldo Alckmin, Lula, Rodrigo Maia, Aécio Neves, Dilma Rousseff, Renan Calheiros e Michel Temer). Aqui, mais uma vez a manutenção de posturas negativas parece estar associada a elevados níveis de sofisticação política. Entre os tipos puros deste perfil, a manutenção de avaliações afetivas positivas em relação a praticamente todas as principais lideranças políticas a nível nacional pode ser expressão, em parte, de atitudes de deferência política que seriam características dos estratos marginalizados da população, de acordo com Reis (1988).

O Perfil Extremo 3 novamente manifesta o padrão de concordância ou discordância parcial descrito anteriormente em relação à afirmação de que os políticos só se importam com eles mesmos, de que a maior parte dos políticos é confiável, de que os políticos são principal problema do Brasil e de que a maior parte dos políticos se preocupa apenas com os interesses dos ricos e poderosos. O perfil é, ainda, bastante diversificado quanto a sua avaliação de lideranças políticas específicas, mantendo tanto sentimentos positivos quanto negativos, mas nunca nas categorias extremas (“não gosto de jeito nenhum” ou “gosto muito”), distribuindo-se nas categorias intermediárias.

Confiança nas instituições

No que tange às diversas instituições, o Perfil Extremo 1 é marcado por demonstrar extrema desconfiança para com todas elas. Seus tipos puros também

avaliam negativamente (como “regular negativo”, “ruim” ou “péssima”) a atuação de todas as instituições.

Os tipos puros do Perfil Extremo 2 tendem sempre às categorias de não resposta. Quando esse não é o caso, demonstram muita confiança na igreja (tanto na católica quanto na evangélica), no governo federal, nos partidos, políticos no Congresso Nacional, na Rede Globo e em outras emissoras de televisão e desconfiam fortemente da justiça/Poder Judiciário e dos militares/forças armadas.

Por fim, o Perfil Extremo 3 concentra eleitores que demonstram alguma ou pouca confiança em relação a todas as instituições (só demonstram muita confiança em relação ao Ministério Público). Eles avaliam a atuação da maioria das instituições como “boa”, “regular” ou, às vezes, “ruim”, mas raramente como “ótima” ou “péssima”.

Satisfação com políticas públicas

A respeito da satisfação com diferentes políticas públicas, como acesso a tratamento de saúde e diminuição do desemprego, um padrão similar ao descrito anteriormente se manifesta para os tipos puros do Perfil Extremo 1. Eles tendem a estar totalmente insatisfeitos com todas as políticas questionadas, do controle da criminalidade à proteção do meio ambiente.

O Perfil Extremo 2 também é marcado pela completa insatisfação para com todas as políticas, mas também pode se mostrar totalmente satisfeito com todas elas (ou tendem à não resposta). Esta última resposta atua como um marcador mais poderoso do perfil, como pode ser notado a partir das suas maiores Razões E/O.

Mais uma vez, os tipos puros do Perfil Extremo 3 apresentam variados níveis de satisfação com as políticas, mas raramente estão totalmente insatisfeitos ou totalmente satisfeitos.

Voto/Comparecimento eleitoral

Em relação à decisão de voto, o Perfil Extremo 1 não é discriminado pela disposição de votar caso o voto não fosse obrigatório. De modo geral, o tipo puro deste perfil tendeu a não votar e nem justificar o voto no primeiro turno das eleições presidenciais de 2018 (ver *Tabela 12* do Apêndice). Quando compareceu às urnas, anulou o voto, votou em Henrique Meirelles (MDB), em Jair Bolsonaro (PSL), em João Amoêdo (NOVO) ou Marina Silva (REDE). No segundo turno das eleições

presidenciais de 2018, tendeu a anular o voto, votar em branco ou em Jair Bolsonaro. Tanto no primeiro quanto no segundo turno das eleições presidenciais de 2014 tendeu a não votar e nem justificar o voto. Quando votou, anulou o voto, votou em branco ou em Aécio Neves (PSDB). No segundo turno de 2014, anulou ou votou em branco.

Já o Perfil Extremo 2 é composto por indivíduos que não teriam ido votar se o voto não fosse obrigatório, como se constata na *Tabela 12* do Apêndice. No primeiro e no segundo turno das eleições presidenciais de 2018, tendeu a não votar e nem justificar o voto. Quando votou, apresentou tendência a anular o voto, a votar em branco ou em Fernando Haddad (PT). No primeiro e no segundo turno das eleições presidenciais de 2014, uma parte dos tipos puros deste perfil usou a prerrogativa do voto facultativo para não votar (aqueles que eram maiores de 70 anos) ou não votou por não possuir o documento exigido. No primeiro e no segundo turno de 2014, não respondeu ou não lembra em quem votou. Essa característica é consistente com a afirmação de Lamounier (1978, p. 30) de que o esquecimento se acha fortemente associado com a posição socioeconômica dos entrevistados, uma vez que o custo de reter informações, como o de obtê-las, é muito maior para as camadas menos favorecidas da população.

Finalmente, o tipo puro do Perfil Extremo 3 teria ido votar ou talvez teria ido votar se o voto não fosse obrigatório no Brasil. Votou de maneira bem diversa no primeiro turno das eleições presidenciais de 2018, em quase todos os principais candidatos, menos em Eymael (Democracia Cristã), em Fernando Haddad, em Jair Bolsonaro, em Marina Silva e em João Goulart Filho (Partido Pátria Livre). No segundo turno das eleições de 2018, tendeu a votar em Jair Bolsonaro. No primeiro turno das eleições presidenciais de 2014, votou em um dos três candidatos melhores colocados: Aécio Neves, Dilma Rousseff (PT) ou Marina Silva (PSB). Já no segundo turno de 2014, tendeu a votar em Aécio Neves.

Uma constatação importante que pode ser extraída da descrição dos padrões acima é que, caso o voto não fosse obrigatório, as camadas sociais mais desfavorecidas provavelmente seriam as primeiras a deixar de votar. Os resultados eleitorais, então, seriam definidos por uma elite politicamente interessada. Pode-se observar, ainda, que a reação mais imediata à insatisfação política é a anulação do voto ou o voto em branco, como fica evidente a partir das respostas dos tipos puros do Perfil 1. Estes, quando votam, escolhem frequentemente as opções alternativas à polarização entre PT e PSDB (Bolsonaro, Meirelles, Amoêdo ou Marina Silva, em 2018). Provavelmente, os tipos puros deste perfil que optaram por Aécio Neves no segundo turno de 2014 o fizeram

mais por rejeição ao PT do que por apreço ao PSDB. Os tipos puros do Perfil 2, por sua vez, foram aqueles que mais tenderam a votar no candidato do PT em 2018, o que, considerando suas características socioeconômicas, pode contar a favor da abordagem de Singer (2012) a respeito do lulismo. Já o Perfil 3 é marcado por uma postura que poderia ser considerada pragmática, raramente se abstendo de escolher um candidato e geralmente optando entre aqueles mais competitivos, como evidencia sua tendência de voto nas eleições presidenciais de 2014.

5.2.2. Denominação dos perfis de referência e sua distribuição na população

Como visto na seção anterior, os tipos puros do Perfil Extremo 1 tendem a escolher categorias de resposta mais extremas, assumindo posições mais radicais. Eles tendem a desconfiar fortemente das instituições e a apresentarem elevados níveis de insatisfação política. Em geral, avaliam todos os principais partidos de forma negativa, assim como todas as principais lideranças políticas do país. Apesar disso, possuem alta sofisticação cognitiva, motivo pelo qual foram denominados de “Radicais céticos politicamente sofisticados”.

Em contrapartida, os tipos puros do Perfil Extremo 2 são caracterizados por não possuírem nenhum interesse e não se sentirem informados sobre política, além de pertencerem às camadas sociais mais desprivilegiadas. Eles tendem a escolher as categorias de não resposta em praticamente todas as variáveis. Esse fenômeno já havia sido observado por Bourdieu (2007 [1979]). Segundo ele, por interiorizarem as próprias incapacidades, os membros de grupos subordinados tendem a se abster (isto é, tendem a optar pela não resposta) em questões sobre política nas pesquisas de opinião. Tal abstenção revela aptidões e capacidades distribuídas de forma desigual na sociedade, e tende a ser inversamente proporcional ao volume de capital acumulado pelos indivíduos, variando de acordo com sexo, nível de instrução e de renda. Dessa maneira, a “indiferença pela política nada é além de uma manifestação de incapacidade” (Bourdieu, 2007 [1979] p. 376-378). Em função dessas características, os tipos puros do Perfil Extremo 2 foram denominados de “Apáticos socialmente desfavorecidos”. Eles tendem a nutrir algum tipo de simpatia em relação ao PT, corroborando a visão de Singer (2012) de que parte dos setores de baixíssima renda da população aderiu ao partido nos últimos anos. No entanto, como sugere a própria denominação do perfil, esses eleitores não são diferenciados por sua disposição a manifestar partidarismo. Pelo

contrário, o Perfil 2 parece reunir um eleitorado não alinhado, e, nesse sentido, vale lembrar a afirmação de Rennó e Cabello (2010) de que o fenômeno do lulismo significou a conquista pelo PT de apoio entre os eleitores não alinhados. O eleitor petista “típico”, por assim dizer, leal ao partido desde antes dos governos Lula e Dilma, caracterizado por apresentar rejeição mais forte ao PSDB e propenso a se considerar de esquerda (*ibid.*), com maior nível de escolaridade e renda (Kinzo, 2005), provavelmente se encontra no Perfil 1 ou no Perfil 3.

No que se refere aos tipos puros do Perfil Extremo 3, as categorias de resposta intermediárias, quando estão disponíveis, são os marcadores mais importantes. Este perfil concentra eleitores com atitudes geralmente mais favoráveis aos partidos, reconhecendo sua importância para o funcionamento da democracia. Sua postura frente ao regime democrático também é mais positiva e é o único perfil diferenciado por sua disposição a manifestar vinculação com algum partido. Por reunir tanto indivíduos de esquerda/centro-esquerda quanto de direita/centro-direita, é marcado por escolher categorias de resposta conflitantes em algumas questões, mas sempre categorias intermediárias, que expressam concordância ou discordância parcial em relação a diferentes afirmações. Por conta dessa característica e de seu elevado grau de engajamento político, os tipos puros deste perfil foram denominados de “Moderados politicamente engajados”.

Conforme explicado anteriormente, o que o modelo GoM estima são as probabilidades de resposta para os tipos puros de cada perfil, ou seja, aqueles indivíduos com escore de grau de pertencimento igual a 1 para determinado perfil e zero para os demais. No entanto, os tipos puros de cada perfil, somados, perfazem apenas cerca de 9% da amostra. Uma medida crua da prevalência de cada perfil na população em estudo, conforme indicam Cardoso et al (2011, p. 338), consiste nas médias do escore de pertinência para cada perfil. Os valores dessas médias são 0,229 (ou 22,9% de prevalência) para o Perfil Extremo 1, 0,362 (ou 36,2% de prevalência) para o Perfil Extremo 2 e 0,407 (ou 40,7% de prevalência) para o Perfil Extremo 3. Pode-se concluir, então, que o Perfil 3 (dos moderados politicamente engajados) possui maior prevalência na amostra.

Essa medida, contudo, pouco diz sobre como cada indivíduo manifesta as propriedades de cada um dos perfis. Por isso, é necessário classificá-los com base na noção de preponderância, utilizando para esse propósito os escores g_{ik} para eles

estimados. O critério aplicado para a classificação dos indivíduos foi aquele sugerido por Melo (2007), o qual é descrito a seguir:

- 1) O indivíduo i é considerado como pertencente ao perfil com predominância das características de m quando tiver os seguintes graus de pertencimento g aos perfis extremos m , n e o , com $m \neq n \neq o$:

- a) Preponderância muito alta de m :

$$g_{im} \geq 0,75 \quad \text{ou}$$

- b) Preponderância alta de m :

$$0,50 < g_{im} < 0,75 \cap (g_{in} \leq 0,25 \cap g_{io} \leq 0,25)$$

- 2) O indivíduo i é considerado como pertencente ao perfil misto de m com n (em que predominam as características de m) quando seus graus de pertencimento aos perfis m e n são:

a) $0,50 < g_{im} \leq 0,75 \cap (0,25 \leq g_{in} < 0,50)$

- 3) O indivíduo i do tipo misto sem predomínio (tipo amorfo) é aquele com os seguintes graus de pertencimento g :

- a) Sem predominância total:

$$g_{im} < 0,50 \cap g_{in} < 0,50 \cap g_{io} < 0,50 \quad \text{ou}$$

- b) Sem predominância pareada:

$$0,50 < g_{im} = 0,50 \cap g_{in} = 0,50$$

A partir desse critério, é possível compreender como as características dos perfis extremos se distribuem na amostra. Essa distribuição está presente na *Tabela 2* abaixo. Os indivíduos classificados nos grupos de predominância de um dos perfis (P1, P2 e P3 da tabela abaixo) são aqueles que apresentam maiores chances de apresentar as características associadas aos tipos puros de cada perfil. Os indivíduos classificados nos grupos mistos entre dois perfis, com preponderância de um sobre o outro (MP12, MP13, MP21, MP23, MP31 e MP32), são aqueles que apresentam as características de dois perfis extremos, mas algumas características de um dos perfis se sobressaem em relação

a algumas do outro. Por fim, os indivíduos classificados no grupo misto sem predomínio (MSP) representam o tipo amorfo, que estão distantes de todos os três perfis extremos gerados.

Tabela 2. Distribuição absoluta e relativa dos perfis extremos e tipos mistos gerados

Perfil extremo	Perfis com predominância¹	Frequência absoluta	Frequência Relativa
Radicais céticos politicamente sofisticados	P1	241	9,62 %
	MP12	82	3,27 %
	MP13	140	5,59 %
	Subtotal	463	18,48 %
Apáticos socialmente desfavorecidos	P2	492	19,63 %
	MP21	82	3,27 %
	MP23	255	10,18 %
	Subtotal	829	33,08 %
Moderados politicamente engajados	P3	553	22,07 %
	MP31	156	6,23 %
	MP32	279	11,13 %
	Subtotal	988	39,43 %
	MSP	226	9,02 %
	TOTAL	2506	100%

¹ PX: Predominância de X; MPXY: Misto com predominância de X sobre Y; MP: Misto sem predominância.
Fonte: ESEB 2018.

Como é possível concluir a partir do exame da tabela, os eleitores com características predominantes do Perfil Extremo 3 (moderados politicamente engajados) são realmente aqueles com maior prevalência na população. Os cidadãos com características predominantes do Perfil Extremo 2 (apáticos socialmente desfavorecidos) também compreendem um contingente expressivo do eleitorado, enquanto aqueles com características predominantes do Perfil Extremo 1 (radicais céticos politicamente sofisticados), embora sejam minoritários, representam uma minoria nada desprezível.

De forma geral, esses dados revelam que uma parte relevante dos eleitores brasileiros mostra alguma disposição a se engajar na política, seja por meio de partidos, seja por meio de outras organizações. Por outro lado, há uma massa de cidadãos que tende à apatia, à demissão voluntária da política, fruto de um sentimento de incapacidade de apreender os acontecimentos políticos. Esses cidadãos estão mais dispostos a abrir mão de leis e normas democráticas se esse for o preço a se pagar pela solução de problemas que afligem a população. Além disso, a insatisfação política é um fenômeno visível, que se manifesta em extrema desconfiança em relação às instituições

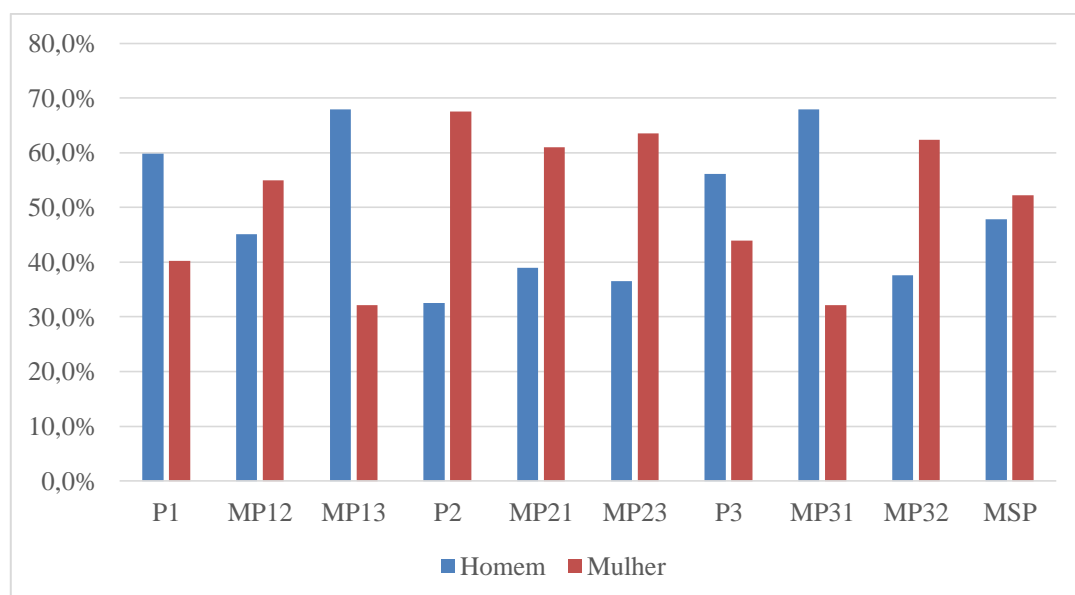
e aos principais atores do jogo político. Diante de tão grande desgosto e desilusão, a reação mais automática é justamente a da recusa em escolher entre uma das opções disponíveis no mercado eleitoral.

5.2.3. Caracterização dos perfis mistos

Cabe agora investigar mais a fundo os tipos mistos entre dois perfis extremos. É importante compreender como os indivíduos classificados nesses grupos manifestam as características de cada um dos perfis de referência que lhes dão origem.

Em primeiro lugar, é possível constatar que todos os tipos mistos entre qualquer perfil e o perfil dos Apáticos socialmente desfavorecidos (Perfil Extremo 2) – seja este predominante ou não – são, em sua maioria, mulheres, como pode ser observado no *Gráfico 3* abaixo. Os perfis formados por mistura entre o perfil dos Radicais céticos politicamente sofisticados (Perfil Extremo 1) e o dos Moderados politicamente engajados (Perfil Extremo 3) são compostos, em ambos os casos (MP13 e MP31), por quase 70% de homens. Isso indica que o sexo é realmente um diferenciador poderoso dos três perfis de referência gerados. Também indica que, de forma geral, variando de acordo com a posição social, as mulheres tendem mais à apatia política do que os homens. Essa apatia, é claro, não é natural, mas sim reflexo da divisão sexual do trabalho e das assimetrias de poder que dela são derivadas.

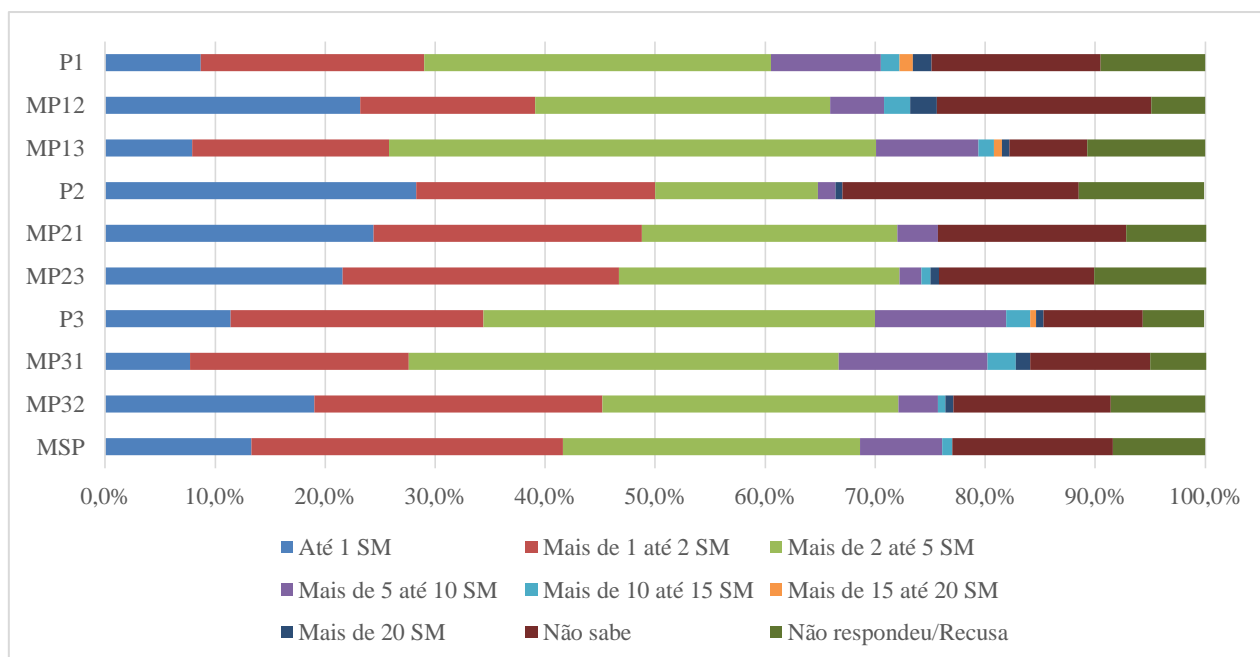
Gráfico 3. Composição dos perfis puros e mistos segundo sexo



PX: Predominância de X; MPXY: Predominância de X sobre Y; MSP: Misto sem predominância.
Fonte: ESEB 2018.

No que se refere às condições financeiras, quase metade dos tipos mistos dos grupos em que o perfil dos Apáticos socialmente desfavorecidos (Perfil Extremo 2) possui predominância (MP21 e MP23) tem renda de até dois salários mínimos (48,8% e 46,7%, respectivamente). Mesmo nos outros grupos de mistura com o Perfil Extremo 2, em que este não possui predominância, caso dos grupos MP12 e MP32, o contingente de eleitores com renda de até dois salários mínimos é expressivo (39,1% e 45,2%, respectivamente). Para se ter ideia, os perfis mistos entre o perfil dos Radicais céticos politicamente sofisticados e o dos Moderados politicamente engajados, MP13 e MP31, contam, respectivamente, com apenas 25,8% e 27,6% de eleitores nessa faixa de renda. Estes dois grupos mistos são os únicos em que os estratos de renda média (mais de 2 até 10 salários mínimos) são maioria. Já os grupos mistos com maiores percentuais de cidadãos com renda elevada (mais de 10 salários mínimos) são aqueles com características mistas entre o Perfil Extremo 1 e o Perfil Extremo 2 e predominância do primeiro (MP12, 4,8%), com características mistas entre o Perfil Extremo 1 e o Perfil Extremo 3 e predominância do primeiro (MP13, 2,8%), e com características mistas entre esses mesmos dois perfis, mas com predominância do segundo (MP31, 3,9%).

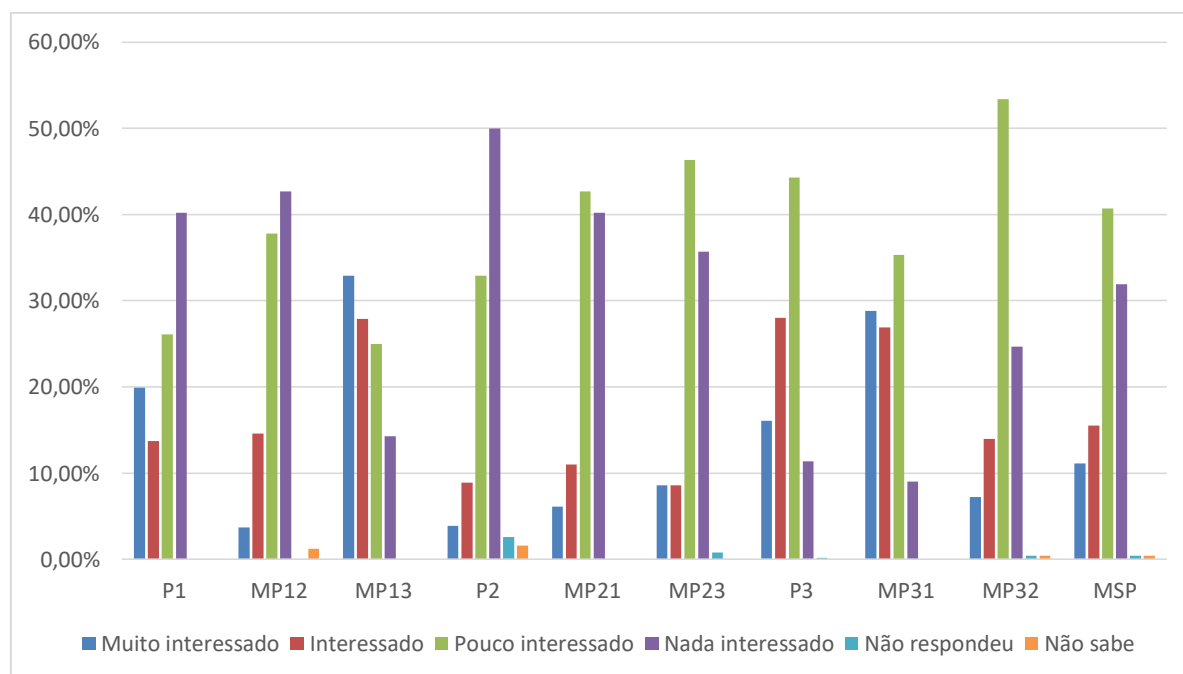
Gráfico 4. Distribuição das faixas de renda nos perfis puros e mistos gerados



PX: Predominância de X; MPXY: Predominância de X sobre Y; MSP: Misto sem predominância.
Fonte: ESEB 2018.

Uma das variáveis mais relevantes na diferenciação dos perfis extremos foi o nível de interesse por política manifestado pelos cidadãos. Como discutido, o Perfil Extremo 2 foi fortemente marcado por apresentar interesse mínimo em política. Os grupos mistos entre este perfil e qualquer um dos outros dois foram marcados pela mesma característica. Naqueles em que predominam as características do Perfil Extremo 2 (MP21 e MP23), cerca de 83% dos eleitores afirmaram possuir pouco ou nenhum interesse em política. Naqueles em que predominam características de outros perfis (MP12 e MP32), os percentuais foram de 80,5% e 78,1%, respectivamente. Por sua vez, nos grupos mistos entre os Perfis Extremos 1 e 3, MP13 e MP31, os percentuais de eleitores interessados ou muito interessados em política foram, respectivamente, 60,8% e 55,7%.

Gráfico 5. Interesse por política manifestado pelos perfis puros e mistos gerados



PX: Predominância de X; MPXY: Predominância de X sobre Y; MSP: Misto sem predominância.
Fonte: ESEB 2018.

O mesmo padrão se repete no que tange à sensação de entender sobre os problemas políticos mais importantes do país. Os grupos mistos com o Perfil Extremo 2, mesmo nos casos em que este não é predominante (MP21, MP23, MP12 e MP32), em geral não se sentem bem entendidos sobre os problemas políticos mais importantes do país, enquanto que o contrário se dá com os grupos mistos entre os Perfis Extremos 1 e 3 (MP13 e MP31), cuja maioria esmagadora (70,7% e 73,8%) concorda total ou

parcialmente com a afirmação de que entendem sobre os problemas políticos mais importantes do país. Aqui, mais uma vez vale lembrar a discussão de Bourdieu (2007 [1979]) sobre a distribuição desigual da capacidade de produção de discurso sobre a política. Considerando que os grupos mistos MP13 e MP31 são compostos majoritariamente por homens e que a questão do ESEB estimula os entrevistados a fazerem uma avaliação subjetiva sobre sua capacidade de entender os principais problemas políticos do país (sem apurar se de fato os indivíduos compreendem esses problemas), os resultados são bastante significativos. É como se os homens se sentissem não só autorizados, mas também fortemente intimados a emitir uma opinião sobre política e a expressar domínio sobre o assunto.

No que diz respeito ao engajamento político, os grupos mistos entre os Perfis Extremos 1 e 3 (MP13 e MP31) são aqueles que apresentam os maiores percentuais de eleitores filiados a partidos (10% e 10,9%, respectivamente). Os grupos mistos entre o Perfil Extremo 3 e qualquer outro perfil são, relativamente aos demais, mais propensos a se engajar em organizações como associações de moradores e de assistência social. De forma geral, esses grupos são quase sempre mais propensos a se engajar em organizações, o que evidencia que o engajamento político é realmente uma característica importante do Perfil Extremo 3. Os grupos mistos entre este e o Perfil Extremo 2 (MP23 e MP32) tendem a ser um pouco mais propensos a se engajarem do que os outros mistos com o Perfil 2 (MP12 e MP21), mas em alguns casos essa diferença não chega a ser grande. Essa mesma tendência se mostra presente em relação ao interesse por política e à sensação de entender sobre os problemas políticos mais importantes, o que mostra que algumas características marcadoras do Perfil Extremo 2 são muito fortes e tendem a prevalecer mesmo nos tipos mistos em que esse perfil não tem predominância. Os grupos mistos entre os Perfis Extremos 1 e 3 são consideravelmente mais propensos, em comparação aos demais, a se engajarem em grupos virtuais de discussão política.

Quando se examina o autoposicionamento ideológico dos entrevistados, observa-se que, no geral, o eleitorado brasileiro tende mais à direita do que à esquerda, o que se verifica também entre os perfis gerados. Os grupos mistos entre qualquer perfil e o Perfil Extremo 1 (MP12, MP13, MP21 e MP31) são aqueles com os maiores percentuais de eleitores que se identificam claramente como de esquerda ou de direita, utilizando as categorias polares de resposta (1 para esquerda e 11 para direita, ou 0 e 10 na escala original do ESEB). No caso dos grupos mistos entre os Perfis 1 e 3 (MP13 e

MP31) também tende a ser elevada a quantidade de eleitores posicionada ao centro. Os grupos mistos com predominância do Perfil Extremo 2 (MP21 e MP23) e o misto de 1 e 2 com predominância do primeiro (MP12) são aqueles que apresentam os maiores percentuais de não resposta (“não sabe o que é esquerda e direita”, “não respondeu” ou “não sabe se é de esquerda ou direita”). O grupo misto com maior percentual de eleitores de esquerda é aquele formado pela mistura de características dos Perfis Extremos 1 e 2, com predominância do primeiro (MP12). Os grupos mistos com predominância do Perfil Extremo 3 (MP31 e MP32) são aqueles menos propensos a se identificarem claramente como de direita, em comparação aos demais.

Em relação ao reconhecimento ou não da democracia como a melhor forma de governo, observa-se que a maioria do eleitorado considera o regime democrático como melhor. É claro que, como apontam Norris (1999) e Dahl (2000), é necessário investigar mais a fundo o que as pessoas entendem sobre o significado de democracia. Como dito no capítulo 2, esse tipo de resposta pode refletir, ao menos em parte, um viés de “desejabilidade social” (*social desirability bias*). Seja como for, os grupos mistos de qualquer perfil com o Perfil Extremo 3 são os mais propensos a responder que a democracia é sempre melhor do que qualquer outra forma de governo, sendo os mistos com predominância deste perfil ainda mais propensos a responder dessa maneira (com exceção do grupo misto MP13, que é o mais propenso de todos a responder de tal forma). Os grupos mistos de qualquer perfil com o Perfil Extremo 2 são os mais propensos à não resposta, sendo os mistos com predominância deste perfil (MP21 e MP23) ainda mais propensos à não resposta. Além disso, os grupos mistos de qualquer perfil com o Perfil Extremo 2 também são os mais propensos a responder que uma ditadura às vezes é melhor que uma democracia ou que tanto faz (exceto o perfil misto MP32), sendo os mistos com predominância deste perfil ainda mais propensos a responder assim. Os grupos mistos mais propensos a pensar que uma ditadura às vezes é melhor que uma democracia ou que tanto faz são aqueles que misturam as características dos Perfis Extremos 1 e 2, MP12 e MP21, sendo o primeiro o mais propenso de todos a responder desse modo.

Por fim, no que tange ao voto, a maioria dos eleitores afirma que não teria ido votar se o voto não fosse obrigatório. Os únicos perfis mistos em que a maioria dos cidadãos iria votar são aqueles formados pela mistura das características entre os Perfis Extremos 1 e 3 (MP13 e MP31). Os grupos mistos entre qualquer perfil e o Perfil Extremo 2 são sempre os que apresentam um maior percentual de eleitores que não

votariam caso não fosse obrigatório, mas os grupos formados pela mistura de características entre este perfil e o Perfil Extremo 1 (MP12 e MP21) são, comparativamente, os mais propensos a não irem votar se não for obrigatório.

5.2.4. Os perfis multidimensionais de eleitores e seus análogos nas tipologias tradicionais

Como afirmado anteriormente, as tipologias de eleitores são apreciáveis por representarem esforços de simplificação e organização de uma realidade complexa, contribuindo para sua melhor assimilação. Por meio de critérios e dimensões específicas, diferentes autores elaboraram tipos que constituem indicadores sintéticos de uma dada realidade (Melo, 2007, p. 208). A tipologia apresentada por Almond e Verba no clássico *The Civic Culture* (1965 [1963]), por exemplo, como visto no capítulo 3, classifica os eleitores de acordo com seu envolvimento cognitivo e emocional com os partidos e com o processo eleitoral. A de Klingemann e Wattenberg, por sua vez, classificam o eleitorado conforme sua disposição de “gostar” ou “não gostar” de partidos, assim como tantas outras existentes na literatura (Ribeiro, Carreirão e Borda, 2016).

Nesse sentido, é proveitoso examinar como a tipologia aqui gerada a partir do método GoM, que leva em conta múltiplas dimensões, se aproxima das tipologias tradicionais presentes na literatura sobre partidarismo e engajamento político. Os “partidários abertos” de Almond e Verba guardam alguma semelhança com o perfil dos Moderados politicamente engajados apresentados neste trabalho, no que tange ao fato de ambos reunirem pessoas emocional e cognitivamente envolvidas com o processo político eleitoral, mas que possuem atitudes de abertura e moderação. Esse perfil também poderia estar associado ao tipo dos “partidários intensos”, no sentido que sua forte identificação com um dos grandes partidos seria um componente importante de seu envolvimento intenso com o processo político. O perfil dos Apáticos socialmente desfavorecidos poderia, em alguns aspectos, ser considerado análogo aos “partidários apáticos” ou aos “partidários paroquiais”, por não manifestarem envolvimento racional ou emocional com a competição eleitoral, podendo até se abster de votar. O perfil dos Radicais céticos politicamente sofisticados não encontraria equivalentes no modelo de Almond e Verba, pois, ao contrário dos partidários intensos encontrados na tipologia

dos autores, eles não definiriam sua hostilidade a determinados partidos em função de uma identificação partidária.

Do mesmo modo, o perfil dos Moderados politicamente engajados poderia refletir, em algumas dimensões, os “eleitores antagonistas” ou os “equilibrados” da tipologia de Klingemann e Wattenberg. No primeiro caso, por serem mais propensos a indicar um partido que gostam, e no segundo, por fazerem isso sem deixar de reconhecer qualidades e defeitos nos maiores partidos do sistema. Os Apáticos socialmente desfavorecidos, naturalmente, estariam próximos dos “eleitores apáticos” postulados pelos autores, e os Radicais politicamente sofisticados, mais uma vez, não encontrariam correspondência no modelo.

Um dos problemas das duas tipologias mencionadas acima reside no fato de que elas não consideraram que os sentimentos de rejeição ou hostilidade partidária podem emergir autonomamente, sem a existência uma simpatia partidária pregressa. Examinando o caso brasileiro, Samuels e Zucco (2018) não deixam de levar esse aspecto em consideração. Ecoando categorizações anteriores, como a de Rose e Mishler (1998), a tipologia dos autores leva em conta duas dimensões básicas, que podem ser facilmente operacionalizadas para análise empírica: a existência ou não de sentimentos positivos em relação a algum partido e a existência ou não de sentimentos partidários negativos (ver *Quadro 2*). Utilizando as questões do ESEB 2018 sobre se o entrevistado se sente ou não próximo a algum partido e sobre a existência ou não de uma legenda que ele não gosta (respectivamente, questões Q22A e P1 do *survey*, conforme pode ser visto no Anexo), é possível verificar a distribuição dos tipos definidos pelos autores no eleitorado brasileiro. Essa distribuição está contida na *Tabela 3* abaixo:

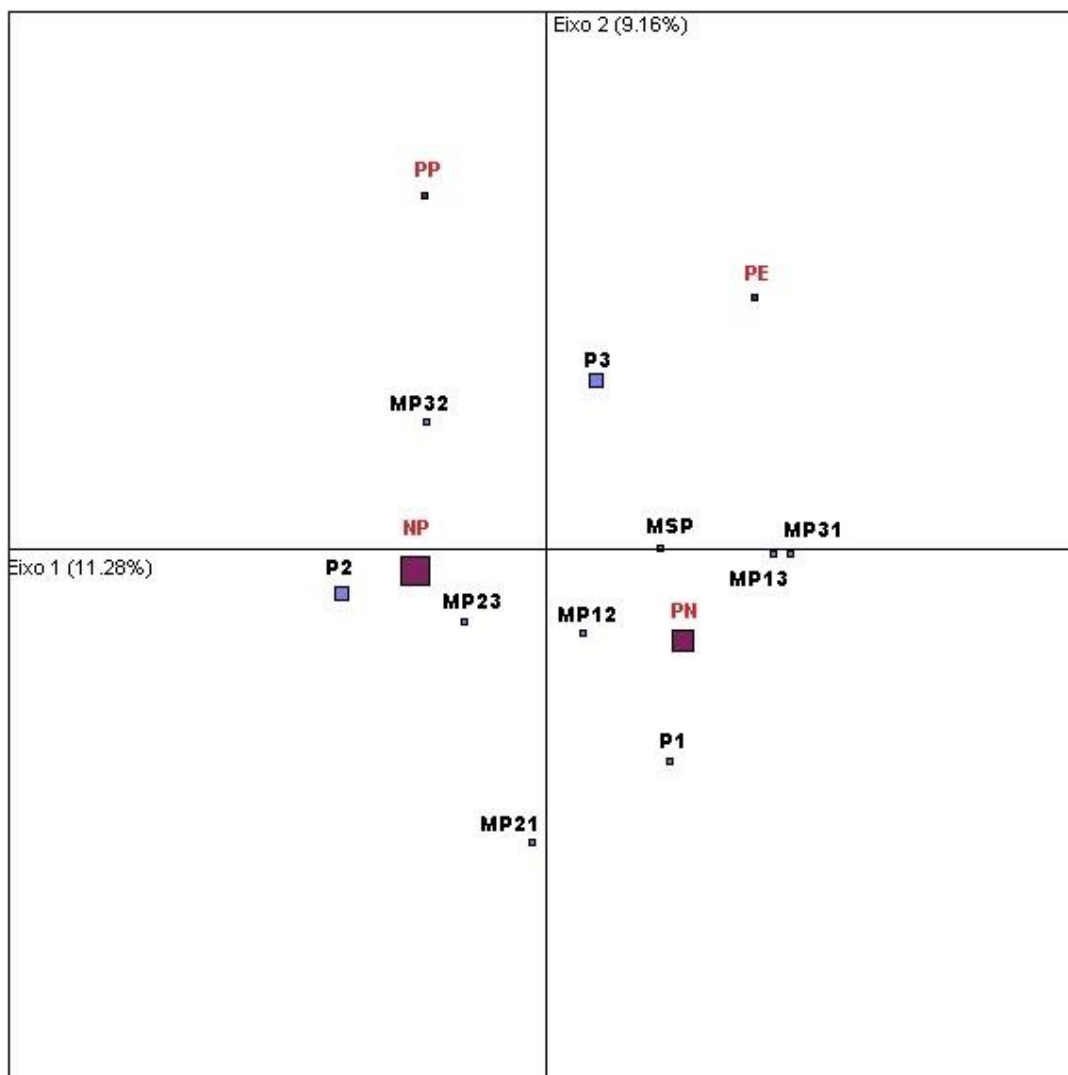
Tabela 3. Distribuição dos eleitores brasileiros segundo tipologia de Samuels e Zucco (2018).

Tipos	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Partidários extremos	259	10,3%
Partidários positivos	138	5,5%
Partidários negativos	891	35,6%
Não partidários	1218	48,6%
Total	2506	100%

Fonte: ESEB 2018.

Como é possível observar, quase metade dos eleitores brasileiros não nutre sentimentos positivos ou negativos em relação a nenhum dos partidos existentes, uma pequena minoria carrega atitudes simultaneamente positivas e negativas ou apenas positivas e um contingente expressivo reporta possuir apenas sentimentos negativos. Não é difícil imaginar como essa tipologia pode se relacionar com os perfis de eleitores aqui delineados. Com efeito, os Moderados politicamente engajados poderiam, em alguns aspectos, ser análogos dos “partidários extremos” ou dos “positivos”. Os Radicais céticos politicamente sofisticados, por seu turno, poderiam ser comparados aos “partidários negativos”, enquanto os Apáticos socialmente desfavorecidos estariam relacionados aos “não partidários. Por meio de uma análise de correspondências múltiplas, é possível observar os padrões de aproximação entre as categorias de ambas tipologias. É o que pode ser observado na *Figura 1* abaixo:

Figura 1. Mapa de análise das correspondências múltiplas – Perfis dos eleitores e Tipologia de Samuels e Zuco (2018)



PX: Predominância de X; MPXY: Misto com predominância de X sobre Y; MSP: Misto sem predominância; PE: Partidário extremo; PP: Partidário positivo; PN: Partidário negativo; NP: Não partidário.

Fonte: ESEB 2018.

Os quadrados presentes na figura acima são proporcionais às frequências de cada categoria na amostra estudada. Percebe-se que o grupo de eleitores com predominância das características do perfil dos Moderados politicamente engajados (P3) está próximo tanto do grupo dos partidários extremos quanto dos partidários positivos, mas tende ao primeiro. Os eleitores com características mistas entre os Perfis Extremos 2 e 3 e predominância deste (MP32) mostram-se mais próximos aos partidários positivos e aos não partidários. O grupo de eleitores com predominância das características do perfil dos Radicais céticos politicamente engajados (P1), assim como os grupos com

características mistas com predominância desse perfil (MP12 e MP13), estão mais próximos dos partidários negativos. Curiosamente, o perfil misto dos Perfis Extremos 1 e 3 com preponderância deste (MP31) mostra-se muito similar ao perfil misto MP13, também estando mais próximo ao grupo dos partidários negativos. O grupo de eleitores com características predominantes do perfil dos Apáticos socialmente desfavorecidos (P2), assim como aqueles com características mistas com preponderância desse perfil (MP21 e MP23) estão mais próximos dos não partidários. Os perfis P2 e MP23, aliás, estão muito mais próximos dos não partidários do que o perfil misto MP21, que quase passa ao quadrante em que se situa o partidariado negativo.

A partir dessa análise, pode-se estabelecer que os indivíduos classificados como pertencentes ao perfil dos Moderados politicamente engajados (P3) e como pertencentes ao perfil misto com preponderância deste em relação ao Perfil Extremo 2 (MP32) são, comparativamente, mais propensos a serem partidários extremos e positivos, respectivamente. Aqueles classificados como pertencentes ao perfil dos Radicais céticos politicamente sofisticados (P1), em contrapartida, assim como os classificados como parte dos perfis mistos com predominância desse perfil de referência (MP12 e MP13), são mais propensos a serem partidários negativos. Os indivíduos do perfil misto MP31 se assemelham àqueles dos perfis anteriores em sua propensão a manifestar partidariado negativo, quase não se diferenciando do perfil misto MP13. É claro que a categoria dos partidários negativos engloba tanto o que chamamos no capítulo 3 de “antipartidários”, isto é, cidadãos que expressam rejeição a partidos específicos, quanto aqueles eleitores mais propriamente antipartidários, marcados por nutrirem sentimentos negativos em relação a todos os principais partidos políticos existentes. Por fim, os eleitores classificados como pertencentes ao perfil dos Apáticos socialmente desfavorecidos (P2), bem como aqueles dos perfis mistos em que este possui predominância (MP21 e MP23) tendem a ser comparativamente mais não partidários.

Assim, podemos intuir que tanto a manutenção de atitudes positivas quanto a de atitudes negativas em relação aos partidos estão associadas a maiores níveis de sofisticação cognitiva. Além disso, longe de representarem o ideal do eleitor independente, que decide sem ser influenciado por paixões partidárias, os não partidários geralmente são aqueles que se sentem menos entendidos de e que manifestam menor interesse por política, algo que já havia sido observado por Campbell et al (1967 [1960]) e corroborado por estudos posteriores. Mais importante ainda, os não partidários são desproporcionalmente provenientes dos grupos sociais desprivilegiados,

e sua relutância em reconhecer vínculos partidários tem relação com uma tendência mais ampla a se sentirem incapazes perante a política. A formação de orientações positivas em relação aos partidos, pelo menos no Brasil e pelo menos no período mais recente, parece estar ligada a posturas políticas mais moderadas, enquanto a disposição a manter atitudes negativas parece se relacionar com um posicionamento ideológico mais contundente. Embora os eleitores aqui classificados no grupo que é marcado por manter sentimentos partidários negativos (aqueles com características do Perfil Extremo 1) realmente sejam mais propensos a acreditar que a democracia pode funcionar sem partidos ou Congresso Nacional, não podemos pressupor automaticamente que as duas coisas andam sempre juntas. Como discutido no capítulo 3, a categoria dos partidários negativos engloba tanto o que chamamos de “antipatizantes”, isto é, cidadãos que expressam rejeição a partidos específicos, quanto aqueles eleitores mais propriamente antipartidários, marcados por nutrirem sentimentos negativos em relação a todos os principais partidos políticos existentes. Apesar de não operacionalizarmos esta distinção teórica útil (esta é uma das limitações desta pesquisa), fica seu registro para referência futura.

Considerações finais

Este trabalho buscou fornecer elementos para a compreensão da estrutura do partidarismo no Brasil, investigando os componentes socioeconômicos, atitudinais, ideológicos e comportamentais dos diferentes tipos de eleitores no país. Apesar de partir de uma abordagem fortemente descritiva e exploratória, a pesquisa representa em esforço inicial, seguindo uma tendência recente da literatura especializada, em entender o partidarismo como um fenômeno complexo e multifacetado. Utilizando um método ainda pouco explorado pela Ciência Política, o *Grade of Membership* (GoM), foram delineados três perfis extremos dos eleitores brasileiros com base nos dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) realizado em 2018. Os três perfis gerados foram o dos Radicais céticos politicamente sofisticados (Perfil Extremo 1), marcado por manter atitudes negativas em relação a praticamente todos os principais partidos e lideranças políticas do país e por possuir opiniões políticas mais fortes, além de apresentar elevado nível de sofisticação cognitiva (que acompanha sua localização nos estratos socioeconômicos mais altos), o dos Apáticos socialmente desfavorecidos (Perfil Extremo 2), caracterizado pela tendência à abstenção em praticamente todas as questões sobre política (relacionada a sua baixa sofisticação política) e pela localização nos setores mais marginalizados da população, e o dos Moderados politicamente engajados (Perfil Extremo 3), diferenciados por sua maior disposição a manifestar partidarismo, a assumir posições mais equilibradas em relação a diversos tópicos e a se engajar em diversos grupos e associações de caráter político.

Como o método GoM é baseado na lógica dos conjuntos difusos, todos os eleitores são considerados membros parciais de cada um dos perfis gerados (menos os tipos puros, que pertencem somente a um deles), o que apresenta uma vantagem em relação aos métodos tradicionais de classificação, baseados em lógica binária (de pertencimento ou não). Assim, a partir da noção de predominância, os indivíduos foram classificados em perfis puros e mistos, em que predominam as características associadas a um dos perfis. Aqueles classificados em perfis puros são os que apresentam maiores chances de apresentar as características do perfil correspondente, enquanto que os classificados em perfis mistos reúnem propriedades de dois perfis, com predominância das características de um sobre o outro.

A análise aqui empreendida mostrou indícios de que uma parte relevante dos eleitores brasileiros mostra alguma disposição a se engajar na política, seja por meio de

partidos, seja por meio de outras organizações, como indica a prevalência das características do Perfil Extremo 3 na amostra. Por outro lado, também revelou que há uma massa de cidadãos que tende à apatia, à demissão voluntária da política, fruto de um sentimento de incapacidade de apreender os acontecimentos políticos. Não por acaso, esses cidadãos tendem a ser mulheres (o que evidencia os efeitos da divisão sexual do trabalho) e membros das camadas mais pobres da sociedade. De forma geral, eles estão mais dispostos a abrir mão de leis e normas democráticas se esse for o preço a se pagar pela solução de problemas que afligem a população (esse tipo de resposta também pode ser reflexo do reduzido nível de instrução e sofisticação política). Além disso, a insatisfação política é um fenômeno evidente, que se manifesta em extrema desconfiança em relação às instituições e aos principais atores do jogo político. Diante de tão grande desgosto e desilusão, a reação mais automática é justamente a da recusa em escolher entre uma das opções disponíveis no mercado eleitoral.

Ao que parece, tanto a manutenção de atitudes positivas quanto a de atitudes negativas em relação aos partidos estão associadas a maiores níveis de sofisticação cognitiva. As expressões de não partidarismo, longe de representarem o ideal do eleitor independente, que decide sem ser influenciado por paixões partidárias, estão, na verdade, relacionadas a uma menor sensação de entender sobre e a um menor interesse por política, algo que já havia sido observado por Campbell et al (1967 [1960]) e corroborado por estudos posteriores. Mais importante ainda, os não partidários provêm desproporcionalmente dos grupos sociais desprivilegiados, e sua relutância em reconhecer vínculos partidários tem relação com uma tendência mais ampla a se sentirem incapazes perante a política. A tendência à formação de orientações positivas em relação aos partidos, bem como a participar mais ativamente na política, pelo menos no Brasil e pelo menos no período mais recente, parece estar ligada a posturas políticas mais moderadas, enquanto a disposição a manter atitudes negativas parece se relacionar com um posicionamento ideológico mais preempatório.

A tipologia aqui criada a partir da convergência dos dados, além de ser, em alguns aspectos, análoga a outras tradicionais presentes na literatura sobre partidarismo e engajamento político, geradas dedutivamente, apresenta a vantajosa propriedade de não categorizar o pertencimento dos indivíduos de maneira dicotômica, permitindo (e pressupondo) a existência de mistura das características associadas aos diferentes tipos (ou perfis) gerados. Ao contrário das tipologias tradicionais de eleitores, considera-se que os sentimentos de rejeição ou hostilidade partidária podem emergir autonomamente,

sem que seja necessária a presença de simpatia partidária progressa. Por fim, a abordagem aqui avançada não elege os tipos de eleitores mais favoráveis ou desejáveis para a estabilidade democrática. Fazê-lo com base nesse critério, como discutido no capítulo 2, envolveria invocar concepções normativas específicas a respeito do funcionamento da democracia. Seria incorrer no mesmo problema da abordagem de Duverver (1980 [1951]), que enxergou o partido de massas como o modelo que mais se adequava às condições impostas pela democracia moderna (Amaral, 2013, p. 15). Se consideramos, como o fazem Almond e Verba e Klingemann e Wattenberg (*apud* Ribeiro, Carreirão e Borba, 2016), os eleitores mais abertos e moderados como aqueles mais apropriados à democracia, deixamos de entender o conflito como uma dimensão importante de uma sociedade democrática e de procurar explicações sobre o descontentamento de uma parte expressiva do eleitorado com instituições como os partidos políticos. Se, como fazem os autores de *The Civic Culture*, enxergamos algum tipo de virtude na apatia, admitindo que a “cultura política” ideal seria aquela “em que os cidadãos combinassem um elevado sentimento de sua eficácia política com raríssimas tentativas de fazê-la valer” (Miguel, 2005, p. 30), fecharíamos os olhos para o fato de os indivíduos que mais se distanciam do processo político serem justamente aqueles com menor sentimento de eficácia política subjetiva e provenientes dos setores de menor status socioeconômico. O alheamento da política não é um fenômeno aleatório, mas sim uma característica dos grupos subordinados que é reflexo das desigualdades sociais existentes nas democracias contemporâneas.

Dessa forma, apesar de não estabelecer inferências causais que possam explicar porque determinados indivíduos agem desta ou daquela maneira, espera-se que o estudo aqui apresentado, por meio da identificação de diferentes padrões de associação, possa contribuir para a formulação de hipóteses a serem testadas em estudos futuros. Apesar de suas várias limitações, esta pesquisa buscou incorporar a complexidade subjacente ao estudo das atitudes e escolhas políticas dos eleitores, sem, é claro, esgotá-la. Buscou-se, também, abrir novos caminhos e possibilidades no que se refere à investigação empírica sobre esse tema, e, nesse sentido, análises dispostas a explorar aspectos aqui não desenvolvidos seriam muito proveitosas.

Referências bibliográficas

ABRAMOWITZ, Alan I.; WEBSTER, Steven. “The rise of negative partisanship and the nationalization of US elections in the 21st century”. *Electoral Studies*, v. 41, p. 12-22, 2016.

ALMOND, Gabriel A.; VERBA, Sidney. “The civic culture: Political attitudes and democracy in five nations”. Boston: Little, Brown & Co., 1965 [1963].

AMARAL, Oswaldo E. do. “O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos: uma avaliação de 100 anos de literatura”. *Revista Debates*, vol. 7, n. 2, 2013, pp. 11-32.

ASSIS, Heloísa Maria de; MACHADO, Carla Jorge; RODRIGUES, Roberto Nascimento. “Perfis de mortalidade neonatal precoce: um estudo para uma Maternidade Pública de Belo Horizonte (MG), 2001-2006”. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, vol. 11, n. 4, 2008, pp. 675-686.

BAKER, Andy; AMES, Barry; SOKHEY, Anand E.; RENNO, Lucio R., “The Dynamics of Partisan Identification When Party Brands Change: The Case of the Workers Party in Brazil”. *The Journal of Politics*, vol. 78, n. 1, 2016, p. 197-213.

_____; RENNO, Lucio. “Nonpartisans as False Negatives: The Mismeasurement of Party Identification in Public Opinion Surveys”. *The Journal of Politics*, vol. 81, n. 3, 2019, p. 906-922.

BALBACHEVSKY, Elizabeth. “Identidade partidária e instituições políticas no Brasil”. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 26, p. 133-165, 1992.

BAQUERO, Marcelo. “Eleições e capital social: uma análise das eleições presidenciais no Brasil (2002-2006)”. *Opinião Pública*, vol. 13, n. 2, 2007, pp. 231-259.

_____; LINHARES, Bianca de Freitas. “Por que os brasileiros não confiam nos partidos? Bases para compreender a cultura política (anti) partidária e possíveis saídas”. *Revista Debates*, v. 5, n. 1, 2011, pp. 89-114.

BARDI, Luciano. “Anti-party sentiment and party system change in Italy”. *European Journal of Political Research*, vol. 29, n. 3, 1996, p. 345-363.

BARTELS, Larry M. "Partisanship and voting behavior, 1952-1996". *American Journal of Political Science*, 2000, p. 35-50.

BELKNAP, George; CAMPBELL, Angus. "Political Party Identification and Attitudes Toward Foreign Policy". *Public Opinion Quarterly*, Vol. 15, No. 4, 1951, pp. 601-623.

BORBA, Julian; RIBEIRO, Ednaldo; CARREIRÃO, Yan e GIMENES, Eder Rodrigo. "Determinantes individuais e de contexto da simpatia partidária na América Latina". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 33, n. 97, 2018a, pp. 1-25.

_____; _____; GIMENES, Eder; CASALECHI, Gabriel. "Indiferenciação e alienação partidária no Brasil". *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 27, 2018b, pp.105-137.

BORGES, André e VIDIGAL, Robert. "Do lulismo ao antipetismo? Polarização, partidarismo e voto nas eleições presidenciais brasileiras". *Opinião Pública*, vol. 24, n. 1, 2018, pp.53-89.

BOURDIEU, Pierre. "Cultura e política" In: "A distinção: crítica social do julgamento". São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007 [1979], pp. 371-433.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa; PIMENTEL JR, Jairo. "Os partidos políticos brasileiros realmente não importam?". *Opinião Pública*, v. 17, n. 2, p. 271-303, 2011.

CAMPBELL, Angus; CONVERSE, Philip; MILLER, Warren, Stokes, Donald. "The American Voter: An Abridgement". New York: John Wiley & Sons, 1967 [1960].

CARDOSO, Leticia de Oliveira; ALVES, Luciana Correia; CASTRO, Inês Ribeiro de; LEITE, Iuri da Costa; MACHADO, Carla Jorge. "Uso do método Grade of Membership na identificação de perfis de consumo e comportamento alimentar de adolescentes do Rio de Janeiro, Brasil". *Cadernos de Saúde Pública*, vol. 27, n. 2, 2011, pp. 335-346.

CARREIRÃO, Yan de Souza. "A decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras". Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.

_____. "Opiniões políticas e sentimentos partidários dos eleitores brasileiros". *Opinião Pública*, v. 14, n. 2, 2008, p. 319-351.

_____ ; KINZO, Maria D'Alva. "Partidos Políticos, Preferência Partidária e Decisão Eleitoral no Brasil (1989/2002)." *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 47, n. 1, pp. 131-168, 2004.

_____ ; RENNÓ, Lucio. "Presidential Voting: Partisanship, Economy, Ideology". In: AMES, Barry (ed.) "Routledge Handbook of Brazilian Politics". New York: Routledge, 2019, pp. 216-235.

CARRERAS, Miguel; MORGENSTERN, Scott; SU, Yen-Pin. "Refining the theory of partisan alignments: evidence from Latin America". *Party Politics*, 2013, pp. 1-15.

CARUANA, Nicholas J.; MCGREGOR, R. Michael; STEPHENSON, Laura B. "The power of the dark side: Negative partisanship and political behaviour in Canada". *Canadian Journal of Political Science*, v. 48, n. 4, 2015, p. 771-789.

CASTRO, Mônica Matta Machado de. "Teorias sobre o comportamento político". *Determinantes do Comportamento Eleitoral: a centralidade da sofisticação política* (tese de doutorado). Rio de Janeiro: IUPERJ, 1994.

CLARKE, Harold; STEWART, Marianne "The decline of the parties in the minds of citizens". *Annual Review of Political Science*, vol. 1, 1998, p. 357-378.

CONVERSE, Philip E. "Of time and partisan stability". *Comparative Political Studies*, v. 2, n. 2, p. 139-171, 1969.

CROZIER, Michel J.; HUNTINGTON, Samuel P.; WATANUKI, Joji. "The crisis of democracy: Report on the governability of democracies to the trilateral commission". New York: NYU Press, 1975.

DAALDER, Hans. "A Crisis of Party?" *Scandinavian Political Studies*, vol. 15, No. 4, 1992, pp. 269-288.

DAHL, Robert. "A democratic paradox?" *Political Science Quarterly*, vol. 115, n. 1, 2000, p. 35-40.

DALTON, Russell J. "The Decline of Party Identifications" In: Russell J. Dalton, Martin P. Wattenberg (eds.). "Parties without Partisans: Political Change in Advanced Industrial Democracies". New York: Oxford University Press, 2000, pp. 19-36.

_____ ; WATTENBERG, Martin P. “Unthinkable Democracy: Political Change in Advanced Industrial Democracies” In: Russell J. Dalton, Martin P. Wattenberg (eds.). “Parties without Partisans: Political Change in Advanced Industrial Democracies”. Oxford: Oxford University Press, 2000, pp. 3-16.

_____ ; MCALLISTER, Ian; WATTENBERG, Martin P. “Democracia e identificação partidária nas sociedades industriais avançadas”. *Revista Análise Social*, vol. 38, n. 167 pp. 295-320, 2003.

_____ ; WELDON, Steven A. “Public images of political parties: A necessary evil?”. *West European Politics*, v. 28, n. 5, 2005, p. 931-951.

_____ ; _____. “Partisanship and party system institutionalization”. *Party Politics*, v. 13, n. 2, 2007, p. 179-196.

DIAS, Audrey Karoline Marques. “Sentimentos antipartidários e seus determinantes na América Latina em 2012”. *Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política*, v. 27, n. 2, 2018.

DOWNS, Anthony. “Uma Teoria econômica da democracia”. São Paulo: EdUSP, 1999 [1957].

DUVERGER, Maurice. “Os partidos políticos”. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: UnB, 1980 [1951].

FELIPPE, Miguel Fernandes; MAGALHÃES Jr, PEREIRA, Antônio; GARCIA, Ricardo Alexandrino. “Proposta de Utilização do Método Grade of Membership (GoM) para o Desenvolvimento de Classificações Multivariadas Qualitativas em Recursos Hídricos: Aplicação para Zonas de Recarga de Aquíferos de Belo Horizonte-MG”. *Revista Brasileira de Recursos Hídricos*, vol. 19, n. 2, 2014, pp. 77-88.

FIORINA, Morris P. “An outline for a model of party choice”. *American Journal of Political Science*, Vol. 21, No. 3, 1977, pp. 601-625.

_____. “Economic Retrospective Voting in American National Elections: A Micro-Analysis”. *American Journal of Political Science*, vol. 22, n. 2, 1978, p. 426-443.

FOA, Roberto Stefan; MOUNK, Yascha. "The signs of deconsolidation". *Journal of Democracy*, v. 28, n. 1, 2017, pp. 5-15.

FRANKLIN, Charles H.; JACKSON, John E. "The dynamics of party identification". *American Political Science Review*, v. 77, n. 4, p. 957-973, 1983.

FRASER, Nancy. "Legitimation crisis? On the political contradictions of financialized capitalism". *Critical Historical Studies*, vol. 2, n. 2, 2015, pp. 157-189.

GARRY, John. "Making 'party identification' more versatile: Operationalising the concept for the multiparty setting". *Electoral Studies*, vol. 26, n. 2, 2007, p. 346-358.

GERRING, John; SEAWRIGHT, Jason. "Techniques for Choosing Cases" In: John Gerring. "Case Study Research: Principles and Practices". Cambridge: Cambridge University Press, 2007, pp. 86-150.

GIMENES, Éder Rodrigo; FURRIEL, Wesley Oliveira; BORBA, Julian; RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. "Partidarismo no Brasil: Análise longitudinal dos condicionantes da identificação partidária (2002-2014)". *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 121-148, 2016.

GUEDES, Gilvan R.; SIVIERO, Pamila C.; MACHADO, Carla J.; PINTO, Julimar; RODARTE, Mario M. "Grade of Membership: Conceitos básicos e aplicação empírica usando o programa GoM para Windows, Linux, Stata e R". Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

HEIDAR, Knut. "Party membership and participation". In: KATZ, Richard S.; CROTTY, William (eds.). "Handbook of party politics". London: SAGE Publications, 2006, pp. 301-315.

HOCHSTETLER, Kathryn; FRIEDMAN, Elisabeth Jay. "Representação, partidos e sociedade civil na Argentina e no Brasil". *Caderno CRH*, v. 21, n. 52, 2008, pp. 47-66.

HOLMBERG, Sören. "Partisanship reconsidered", In: DALTON, Russel J.; KLINGEMANN, Hans-Dieter (eds.), "The Oxford Handbook of Political Behavior". New York: Oxford University Press, 2009 [2007], pp. 557-570.

HOPKIN, Jonathan; PAOLUCCI, Caterina. "The business firm model of party organization: Cases from Spain and Italy". *European Journal of Political Research*, v. 35, n. 3, p. 307-339, 1999.

IGNAZI, Piero. "The crisis of parties and the rise of new political parties". *Party Politics*, vol. 2. n.4, 1996, pp.549-566.

INVERNIZZI-ACCETTI, Carlo; WOLKENSTEIN, Fabio. "The Crisis of Party Democracy, Cognitive Mobilization, and the Case for Making Parties More Deliberative". *American Political Science Review*, vol. 111, n. 1, 2017, pp. 97-109.

KATZ, Richard S.; MAIR, Peter. "Changing models of party organization and party democracy: the emergence of the cartel party". *Party Politics*, v. 1, n. 1, 1995, pp. 5-28.

KINZO, Maria D'Alva. "Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 20, n. 57, 2005, pp. 65-81.

KLINGEMANN, Hans-Dieter. "Mapping Political Support in the 1990s: A Global Analysis". In: Pippa Norris (ed.). "Critical Citizens: Global Support for Democratic Governance". Oxford: University of Oxford Press, 1999

KOSELLECK, Reinhardt. "Critique and Crisis: Enlightenment and the Pathogenesis of Modern Society". Cambridge: MIT Press, 1988.

KROUWEL, André. "Party models". In: KATZ, Richard S.; CROTTY, William. "Handbook of party politics". London: SAGE Publications, 2006, p. 249-269.

LAMOUNIER, Bolívar. "Presidente Prudente: O Crescimento da Oposição num Reduto Arenista" Em: REIS, Fábio Wanderley [org.] "Os partidos e o regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro". São Paulo: Símbolo, 1978, pp. 1-89.

LAVAREDA, Antônio. "Governos, partidos e eleições segundo a opinião pública: o Brasil de 1989 comparado ao de 1964". *Dados*, vol. 32, nº 3, 1989, pp. 341-362.

LAZARSELD, Paul F.; BERELSON, Bernard; GAUDET, Hazel. "The People's Choice: how the voter makes up his mind in a presidential campaign". 3rd ed. New York: Columbia University, 1968 [1944].

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. “Partidos políticos na Câmara dos Deputados: 1989-1994”. *Dados*, v. 38, n. 3, 1995, p. 497-525.

LIPOW, Arthur; SEYD, Patrick. “The politics of anti-partyism”. *Parliamentary Affairs*, v. 49, n. 2, pp. 273-284, 1996.

LUPU, Noam. “Party Brands and Partisanship: Theory with Evidence from a Survey Experiment in Argentina”. *American Journal of Political Science*, vol. 57, n.1, 2013, pp. 49-64.

_____. “Partisanship in Latin America”, In: CARLIN, Ryan E.; SINGER, Matthew M.; ZECHMEISTER, Elizabeth J. (orgs.), “The Latin American voter: pursuing representation and accountability in challenging contexts”. Ann Arbor: Michigan University Press, 2015a.

_____. “Party polarization and mass partisanship: A comparative perspective”. *Political Behavior*, v. 37, n. 2, 2015b, pp. 331-356.

MAIR, Peter. “Os partidos políticos e a democracia”. *Análise Social*, vol. 38, n. 167, 2003, pp. 277-293.

MANIN, Bernard. “As Metamorfoses do Governo Representativo”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 10, n. 29, 1995, pp. 5-34.

_____. “Democracia do público reconsiderada”. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 97, 2013, pp. 115-127.

MANTON, Kenneth; WOODBURY, Max; TOLLEY, H. Dennis. “Statistical application using fuzzy sets”. John Wiley & Sons, Nova York, 1994.

MCGREGOR, R. Michael; CARUANA, Nicholas; STEPHENSON, Laura. “Negative Partisanship in a Multiparty System: The Case of Canada”. *Journal of Elections, Public Opinion and Parties*, v. 25 n. 3, 2015, p. 300-316.

MEDEIROS, M; NÖEL, A. “The forgotten side of partisanship: negative party identification in four Anglo-American democracies”. *Comparative Political Studies*, vol. 47, nº 7, 2014, p. 1022-1046.

MELO, Frederico Luiz Barbosa de. “Casais na Grande São Paulo: investigando a diversidade”. *Nova Economia*, vol. 17, n. 2, 2007, pp.207-240.

MIGUEL, Luis Felipe. “Impasses da accountability: dilemas e alternativas da representação política”. *Revista Sociologia Política*, n. 25, 2005, pp. 25-38.

_____. “Representação política em 3-D: elementos para uma teoria ampliada da representação política”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.18, n. 51, 2003, pp.123-140.

MOREIRA, Marcelo. “‘Pemedebismo’: rupturas e continuidades no Brasil contemporâneo”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 30, n. 89, 2015, pp.171-175.

NOBRE, Marcos. “Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma”. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

NORRIS, Pippa. “Introduction: The Growth of Critical Citizens?” In: Pippa Norris (ed.). “Critical Citizens: Global Support for Democratic Governance”. Oxford: University of Oxford Press, 1999, pp. 1-27.

_____; WALGRAVE, Stefaan; AELST, Peter Van. “Who Demonstrates? Antistate Rebels, Conventional Participants or Everyone?” *Comparative Politics*, vol. 37, n. 2, 2005, pp. 189-205.

PAIVA, Denise; KRAUSE, Silvana; LAMEIRÃO, Adriana Paz. “O eleitor antipetista: partidarismo e avaliação retrospectiva”. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 22, nº 3, 2016, pp. 638-674.

_____; TAROUCO, Gabriela da Silva. “Voto e identificação partidária: os partidos brasileiros e a preferência dos eleitores”. *Opinião Pública*, v. 17, n. 2, p. 426-451, 2011.

PANEBIANCO, Angelo. “Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos”. Trad. Denise Agostinetti. São Paulo: Martins Fontes, 2005 [1982].

PEREIRA, Frederico Batista. “A estabilidade e a efetividade da preferência partidária no Brasil”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, vol. 13, 2014, pp. 213-244.

PERES, Paulo. “Institucionalização do sistema partidário ou evolução da competição? Uma proposta de interpretação econômica da volatilidade eleitoral”. *Opinião Pública*, vol. 19, nº 1, 2013, pp. 21-48.

_____; MACHADO, Amanda. “Uma tipologia do recrutamento partidário”. *Opinião Pública*, vol. 23, nº 1, 2017, pp. 126-167.

PHARR, Susan J.; PUTNAM, Robert D.; DALTON, Russel J. “A quarter-century of declining confidence”. *Journal of Democracy*, vol. 11, n. 2, 2000, pp. 5-25.

PINTO, Julimar; CAETANO, André. “A heterogeneidade da vulnerabilidade social das juventudes: uma perspectiva empírica através do método *Grade of Membership*”. *Mediações*, vol. 18, n. 1, 2013, pp. 166-184.

POGUNTKE, Thomas. “Anti-party sentiment - Conceptual thoughts and empirical evidence: Explorations into a minefield”. *European Journal of Political Research*, v. 29, n. 3, 1996, p. 319-344.

_____; SCARROW, Susan E. “The politics of anti-party sentiment: Introduction”. *European Journal of Political Research*, v. 29, n. 3, 1996, p. 257-262.

QUIROGA, Júnia Valéria. “Vulnerabilidade, gênero e HIV: um estudo sobre mulheres e homens heterossexuais, Brasil – 1998”. Tese (Doutorado em Demografia). Belo Horizonte: UFMG/ Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, 2006.

REIS, Fábio Wanderley. “Classe social e opção partidária: as eleições de 1976 em Juiz de fora” Em: REIS, Fábio Wanderley [org.] “Os partidos e o regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro”. São Paulo: Símbolo, 1978, pp. 213-287.

_____. “Identidade Política e a Teoria da Escolha Racional”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 3, n. 6, 1988, pp. 26-38.

_____; CASTRO, Mônica Mata Machado de. “Regiões, Classe e Ideologia no Processo Eleitoral Brasileiro.” *Lua Nova*, n. 26, 1992, pp. 81-131.

RENNÓ, Lúcio; CABELLO, Andrea. “As Bases do lulismo: A volta do personalismo, realinhamento ideológico ou não alinhamento?”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* vol. 25, nº 74, 2010, pp. 39-60.

RIBEIRO, Ednaldo; CARREIRÃO, Yan; BORBA, Julian. “Sentimentos partidários e antipetismo: condicionantes e covariantes”. *Opinião Pública*, v. 22, n. 3, 2016, pp. 603-637.

ROITMAN, Janet. “The stakes of crisis”. In: KJAER, Pol; OLSEN, Niklas (eds.), “Critical Theory of Crisis in Europe: From Weimar to the Euro”. London: Rowman & Littlefield, 2016, pp. 17-34.

ROSE, Richard; MISHLER, William. “Negative and positive party identification in post-communist countries”. *Electoral Studies*, v. 17, n. 2, 1998, p. 217-234.

SAMUELS, David J.; ZUCCO, César. “Crafting Mass Partisanship at the Grass Roots”. *British Journal of Political Science*, v. 45, n. 4, 2014a, pp. 755-775.

_____. “The Power of Partisanship in Brazil: Evidence from Survey Experiments”. *American Journal of Political Science*, vol. 58, n. 1, 2014b, pp. 212-225.

_____. “Partisans, Antipartisans, and Nonpartisans: Voting Behavior in Brazil”. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2018.

_____. “Partisans, Anti-Partisans, and Voter Behavior” In: AMES, Barry (ed.) “Routledge Handbook of Brazilian Politics”. New York: Routledge, 2019, p. 269-290.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. “As Eleições e a Dinâmica do Processo Político Brasileiro” Em: “Poder e Política: crônica do autoritarismo brasileiro”. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978, pp. 93-142.

SAWYER, Diana; LEITE, Iuri da Costa; ALEXANDRINO, Ricardo. “Perfis de utilização de serviços de saúde no Brasil”. *Ciência & Saúde Coletiva*, vol. 7, n. 4, 2002, pp.757-776.

SCARROW, Susan E.; GEZGOR, Burcu. “Declining memberships, changing members? European political party members in a new era”. *Party Politics*, vol. 16, n. 6, 2010, pp. 823–843.

SELLE, Per; SVÅSAND, Lars. “Membership in party organizations and the problem of decline of parties”. *Comparative Political Studies*, v. 23, n. 4, 1991, pp. 459-477.

SINGER, André. “Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador”. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SPECK, Bruno W.; BRAGA, Maria do Socorro S. e COSTA, Valeriano. “Estudo exploratório sobre filiação e identificação partidária no Brasil”. *Revista de Sociologia e Política*, v. 23, n. 56, 2015, pp. 125-148.

_____; BALBACHEVSKY, Elizabeth. “Identificação partidária e voto: as diferenças entre petistas e peessedebistas”. *Opinião Pública*, v. 22, n. 3, p. 569-602, 2016.

STREECK, Wolfgang. “As crises do capitalismo democrático.” *Novos Estudos*, nº 92, 2012, pp. 35-56.

TATAGIBA, Luciana. “1984, 1992 e 2013. Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil”, *Política e Sociedade*, vol. 13, n. 28, 2014, pp. 35-62.

TORCAL, Mariano; GUNTHER, Richard; MONTERO, José Ramón. “Anti-Party Sentiments in Southern Europe”. In: Richard Gunther, José Ramón Montero and Juan J. Linz, “Political Parties: Old Concepts and New Challenges”. New York: Oxford University Press, 2002, p. 257-290.

VEIGA, Luciana Fernandes. “Os partidos brasileiros na perspectiva dos eleitores: mudanças e continuidades na identificação partidária e na avaliação das principais legendas após 2002”. *Opinião pública*, v. 13, n. 2, 2007, p. 340-365.

VITULLO, Gabriel. “Transitologia, consolidologia e democracia na América Latina: uma revisão crítica”. *Revista Sociologia e Política*, n. 17, 2001, pp. 53-60.

WEISBERG, Herbert F. “A multidimensional conceptualization of party identification”. *Political Behavior*, v. 2, n. 1, 1980, pp. 33-60.

WHITELEY, Paul F. “Is the party over? The decline of party activism and membership across the democratic world”. *Party Politics*, v. 17, n. 1, 2011, pp. 21-44.

WOODBURY, Max; CLIVE, Jonathan. “Clinical pure types as a fuzzy partition”. *Journal of Cybernetics and Systems*, v. 4, n. 3, 1974, pp. 111-121.

APÊNDICE – Tabelas para caracterização dos perfis extremos

Obs.: Razões E/O (ou RLFM) iguais ou superiores a 1,20 são destacadas em negrito.

Tabela 4. Probabilidades estimadas e Razões E/O – Variáveis demográficas

Variável		Frequência observada		Probabilidades estimadas (λ)			Razões E/O		
Rótulo	Código	Abs.	Rel.	K1	K2	K3	E/O K1	E/O K2	E/O K3
Sexo	1 - Masculino	1190	47,49	0,65	0,26	0,58	1,36	0,54	1,21
	2 - Feminino	1316	52,51	0,35	0,74	0,42	0,67	1,41	0,81
Faixa etária	1 - 16 e 17 anos	23	0,92	0,00	0,02	0,01	0,25	1,91	0,62
	2 - 18 a 24 anos	395	15,76	0,14	0,14	0,18	0,91	0,89	1,15
	3 - 25 a 34 anos	539	21,51	0,20	0,15	0,28	0,91	0,69	1,32
	4 - 35 a 44 anos	518	20,67	0,28	0,18	0,18	1,37	0,88	0,89
	5 - 45 a 54 anos	450	17,96	0,20	0,18	0,17	1,10	0,99	0,95
	6 - 55 a 64 anos	356	14,21	0,11	0,18	0,13	0,79	1,27	0,88
	7 - 65 anos e mais	225	8,98	0,06	0,15	0,05	0,70	1,71	0,55
Região	1 - Norte	196	7,82	0,07	0,07	0,09	0,95	0,83	1,18
	2 - Nordeste	644	25,70	0,19	0,32	0,23	0,75	1,26	0,91
	3 - Sudeste	1092	43,58	0,55	0,42	0,38	1,26	0,97	0,88
	4 - Sul	378	15,08	0,11	0,10	0,22	0,71	0,69	1,44
	5 - Centro Oeste	196	7,82	0,08	0,08	0,07	1,00	1,08	0,93
Escolaridade	1 - Analfabeto	73	2,91	0,02	0,07	0,00	0,65	2,35	0,00
	2 - Primário incompleto	214	8,54	0,04	0,18	0,02	0,49	2,15	0,27
	3 - Primário completo	294	11,73	0,04	0,18	0,02	0,58	1,73	0,59
	4 - Ginásio incompleto	188	7,50	0,07	0,20	0,07	0,61	1,60	0,69
	5 - Ginásio completo	226	9,02	0,05	0,12	0,05	0,97	1,10	0,92
	6 - Colegial incompleto	193	7,70	0,09	0,10	0,08	0,49	1,47	0,87
	7 - Colegial completo	748	29,85	0,04	0,11	0,07	1,16	0,53	1,32
	8 - Ensino universitário incompleto	296	11,81	0,35	0,16	0,39	1,67	0,30	1,25
	9 - Ensino universitário completo	236	9,42	0,20	0,04	0,15	1,48	0,20	1,45
	10 - Pós-graduação ou mais	38	1,52	0,02	0,00	0,03	1,12	0,03	1,79
Renda	1 - Até 1 SM	423	16,88	0,07	0,31	0,09	0,43	1,84	0,55
	2 - Mais de 1 até 2 SM	573	22,87	0,18	0,23	0,25	0,78	1,02	1,11
	3 - Mais de 2 até 5 SM	711	28,37	0,36	0,11	0,40	1,28	0,39	1,43
	4 - Mais de 5 até 10 SM	171	6,82	0,12	0,00	0,10	1,74	0,00	1,48
	5 - Mais de 10 até 15 SM	30	1,20	0,02	0,00	0,02	1,69	0,00	1,50
	6 - Mais de 15 até 20 SM	7	0,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	7 - Mais de 20 SM	20	0,80	0,01	0,01	0,01	1,78	0,64	0,89
	8 - Não sabe	359	14,33	0,14	0,22	0,07	0,96	1,56	0,51
	9 - Não respondeu/Recusa	212	8,46	0,10	0,12	0,05	1,14	1,39	0,57
Ocupação	1 - Empregado	776	30,97	0,32	0,23	0,37	1,05	0,75	1,20
	2 - Patrão	74	2,95	0,06	0,01	0,03	2,11	0,32	0,98
	3 - Conta própria	727	29,01	0,31	0,28	0,29	1,06	0,98	0,99
	4 - Não aplicável	929	37,07	0,31	0,48	0,31	0,83	1,28	0,84
Cor ou raça (IBGE)	1 - Preto	375	14,96	0,14	0,19	0,12	0,94	1,25	0,81
	2 - Pardo	1152	45,97	0,40	0,47	0,49	0,87	1,02	1,06
	3 - Branco	773	30,85	0,37	0,23	0,34	1,20	0,74	1,11
	4 - Amarelo	64	2,55	0,03	0,02	0,03	1,25	0,78	1,05
	5 - Índio	81	3,23	0,06	0,04	0,01	1,72	1,17	0,45
	6 - Não sabe	47	1,88	0,00	0,05	0,00	0,18	2,60	0,04
	7 - Não respondeu	14	0,56	0,00	0,01	0,01	0,34	1,47	0,97

Continua...

Continuação...

Ramo de atividade	1 - Agricultura	113	4,51	0,00	0,06	0,05	0,11	1,35	1,19
	2 - Ind. Transformação	153	6,11	0,08	0,05	0,06	1,34	0,78	1,01
	3 - Construção/ Outras	126	5,03	0,06	0,03	0,06	1,19	0,58	1,27
	4 - Comércio	337	13,45	0,17	0,10	0,15	1,27	0,71	1,11
	5 - Transporte/ Comunicação	72	2,87	0,04	0,01	0,04	1,44	0,19	1,48
	6 - Prestação de serviços	432	17,24	0,23	0,16	0,15	1,31	0,95	0,87
	7 - Atividade social	139	5,55	0,05	0,02	0,09	0,88	0,45	1,56
	8 - Administração Pública	100	3,99	0,03	0,01	0,07	0,80	0,30	1,74
	9 - Outras atividades	33	1,32	0,03	0,01	0,01	2,33	0,43	0,76
	10 - Inativos	795	31,72	0,27	0,40	0,27	0,84	1,26	0,85
	10 - Atividade doméstica	206	8,22	0,04	0,16	0,04	0,45	1,89	0,51
Situação profissional	1 - Assalariado com registro em carteira	504	20,11	0,24	0,11	0,28	1,19	0,53	1,37
	2 - Assalariado sem registro em carteira	168	6,70	0,05	0,06	0,08	0,69	0,96	1,22
	3 - Autônomo/ conta própria	708	28,25	0,35	0,26	0,29	1,22	0,92	1,02
	4 - Profissional liberal	21	0,84	0,01	0,00	0,01	0,73	0,35	1,74
	5 - Empregador/ empresário	47	1,88	0,05	0,00	0,02	2,84	0,00	0,86
	6 - Ajuda alguém da família com rem.	6	0,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	7 - Ajuda alguém da família sem rem.	4	0,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	8 - Aprendiz ou estagiário com rem.	11	0,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	9 - Aprendiz ou estagiário sem rem.	4	0,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	10 - Desempregado (procura emprego)	222	8,86	0,08	0,12	0,07	0,92	1,35	0,76
	11 - Estudante	97	3,87	0,03	0,03	0,06	0,67	0,72	1,44
	12 - Aposentado por tempo de trabalho	182	7,26	0,06	0,10	0,05	0,82	1,43	0,74
	13 - Aposentado por invalidez	62	2,47	0,03	0,03	0,01	1,26	1,30	0,59
	14 - Dona de casa	246	9,82	0,06	0,17	0,06	0,60	1,72	0,61
	15 - Pensionista	45	1,80	0,01	0,04	0,01	0,35	2,21	0,30
	16 - Desempregado (não procura emp.)	161	6,43	0,05	0,07	0,07	0,74	1,14	1,04
	17 - Não sabe	6	0,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	18 - Não respondeu	12	0,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recebe BF	1 - Sim	788	31,45	0,19	0,47	0,25	0,59	1,49	0,79
	2 - Não	1706	68,08	0,81	0,52	0,75	1,19	0,77	1,10
	3 - Não sabe	10	0,40	0,00	0,01	0,00	0,83	1,83	0,35
	4 - Não respondeu	2	0,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: ESEB 2018.

Tabela 5. Probabilidades estimadas e Razões E/O – Variáveis de sofisticação política

Variável		Frequência Observada		Probabilidades Estimadas (λ)			Razões E/O		
Rótulo	Código	Abs.	Rel.	K1	K2	K3	E/O K1	E/O K2	E/O K3
Interesse político	1 - Muito interessado	322	12,85	0,25	0,02	0,17	1,90	0,13	1,29
	2 - Interessado	430	17,16	0,18	0,05	0,28	1,04	0,29	1,63
	3 - Pouco interessado	985	39,31	0,25	0,36	0,50	0,64	0,92	1,28
	4 - Nada interessado	740	29,53	0,33	0,54	0,05	1,10	1,83	0,17
	5 - Não respondeu	18	0,72	0,00	0,02	0,00	0,00	2,76	0,00
	6 - Não sabe	11	0,44	0,00	0,01	0,00	0,00	2,76	0,00
Intensidade	1 - Muita intensidade	439	17,52	0,30	0,05	0,22	1,69	0,29	1,27
	2 - Alguma intensidade	385	15,36	0,13	0,02	0,29	0,84	0,15	1,87
	3 - Pouca intensidade	962	38,39	0,31	0,38	0,44	0,80	0,98	1,14
	4 - Não acompanho	695	27,73	0,27	0,53	0,05	0,97	1,90	0,19
	5 - Não respondeu	23	0,92	0,00	0,02	0,00	0,00	2,50	0,23
	6 - Não sabe	2	0,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entende problemas	1 - Concorda totalmente	427	17,04	0,28	0,04	0,22	1,64	0,25	1,29
	2 - Concorda em parte	770	30,73	0,34	0,13	0,44	1,12	0,41	1,45
	3 - Nem concorda nem discorda	377	15,04	0,06	0,22	0,14	0,42	1,43	0,96
	4 - Discorda em parte	363	14,49	0,10	0,15	0,17	0,68	1,00	1,18
	5 - Discorda totalmente	436	17,40	0,20	0,34	0,02	1,15	1,94	0,11
	6 - Não respondeu	36	1,44	0,00	0,04	0,00	0,29	2,58	0,00
	7 - Não sabe	97	3,87	0,01	0,10	0,00	0,29	2,52	0,06
Meio que utiliza para se informar	1 - Jornais e revistas	223	8,90	0,11	0,07	0,09	1,24	0,79	1,05
	2 - Noticiário da TV	1036	41,34	0,34	0,50	0,39	0,82	1,22	0,93
	3 - Rádio	111	4,43	0,04	0,04	0,05	0,99	0,89	1,10
	4 - Blogs da internet	100	3,99	0,02	0,01	0,08	0,44	0,18	2,03
	5 - Redes sociais, Facebook	471	18,80	0,27	0,06	0,26	1,44	0,29	1,37
	6 - Conversa com amigos e familiares	160	6,39	0,06	0,09	0,05	0,86	1,34	0,79
	7 - Conversa com colegas de trabalho	46	1,84	0,02	0,02	0,01	1,11	1,25	0,72
	8 - Busca no Google	116	4,63	0,06	0,01	0,07	1,37	0,20	1,50
	9 - Não se informa sobre política	56	2,24	0,01	0,06	0,00	0,49	2,45	0,00
	10 - Nenhum destes	149	5,95	0,07	0,12	0,00	1,11	2,08	0,00
	11 - Não sabe	27	1,08	0,00	0,03	0,00	0,07	2,72	0,00
	12 - Não respondeu	11	0,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: ESEB 2018.

Tabela 6. Probabilidades estimadas e Razões E/O – Atitudes em relação às eleições

Variável		Frequência observada		Probabilidades estimadas (λ)			Razões E/O		
Rótulo	Código	Abs.	Rel.	K1	K2	K3	E/O K1	E/O K2	E/O K3
Faz diferença quem governa?	1 - Não faz nenhuma diferença quem governa	191	7,62	0,13	0,13	0,00	1,69	1,69	0,00
	2	103	4,11	0,05	0,06	0,01	1,30	1,57	0,32
	3	256	10,22	0,05	0,09	0,15	0,45	0,84	1,45
	4	341	13,61	0,02	0,08	0,25	0,13	0,56	1,87
	5 - Faz uma grande diferença quem governa	1557	62,13	0,75	0,58	0,58	1,21	0,93	0,94
	6 - Não respondeu	19	0,76	0,00	0,02	0,00	0,00	2,76	0,00
	7 - Não sabe	39	1,56	0,00	0,04	0,00	0,00	2,76	0,00
Voto influencia no que acontece?	1 - Nosso voto não influencia nada	187	7,46	0,14	0,12	0,00	1,89	1,56	0,00
	2	81	3,23	0,03	0,06	0,01	1,05	1,71	0,34
	3	228	9,10	0,04	0,09	0,12	0,45	1,02	1,29
	4	240	9,58	0,03	0,07	0,16	0,28	0,73	1,65
	5 - Nosso voto influencia muito	1732	69,11	0,75	0,63	0,71	1,09	0,91	1,03
	6 - Não respondeu	12	0,48	0,00	0,01	0,00	0,00	2,76	0,00
	7 - Não sabe	26	1,04	0,00	0,03	0,00	0,25	2,60	0,00
Eleições são confiáveis?	1 - As eleições são confiáveis	991	39,55	0,30	0,20	0,63	0,77	0,50	1,59
	2 - São objeto de fraude	1312	52,35	0,67	0,64	0,33	1,27	1,22	0,64
	3 - Não sabe	167	6,66	0,03	0,13	0,03	0,40	1,99	0,46
	4 - Não respondeu	36	1,44	0,00	0,03	0,01	0,10	2,05	0,57

Fonte: ESEB 2018.

Tabela 7. Probabilidades estimadas e Razões E/O – Atitudes em relação à democracia

Variável		Frequência observada		Probabilidades estimadas (λ)			Razões E/O		
Rótulo	Código	Abs.	Rel.	K1	K2	K3	E/O K1	E/O K2	E/O K3
Satisfação com democracia	1 - Muito satisfeito	83	3,31	0,05	0,02	0,04	1,38	0,57	1,17
	2 - Satisfeito	225	8,98	0,07	0,06	0,13	0,77	0,66	1,44
	3 - Nem satisfeito nem insatisfeito	121	4,83	0,00	0,05	0,07	0,00	1,05	1,52
	4 - Pouco satisfeito	1053	42,02	0,25	0,30	0,62	0,60	0,72	1,48
	5 - Nada satisfeito	958	38,23	0,63	0,50	0,14	1,65	1,30	0,36
	6 - Não respondeu	16	0,64	0,00	0,02	0,00	0,28	2,58	0,00
	7 - Não sabe	50	2,00	0,00	0,06	0,00	0,00	2,76	0,00
Democracia ou ditadura	1 - Democracia é sempre melhor	1721	68,68	0,70	0,50	0,84	1,03	0,73	1,22
	2 - Em algumas situações ditadura é melhor	380	15,16	0,21	0,14	0,13	1,36	0,95	0,85
	3 - Tanto faz	134	5,35	0,06	0,07	0,03	1,18	1,30	0,64
	4 - Não sabe	233	9,30	0,02	0,25	0,00	0,21	2,67	0,00
	5 - Não respondeu	38	1,52	0,01	0,04	0,00	0,49	2,32	0,12
Democracia sem partidos	1 - Sem partidos ou Congresso não pode haver democracia	1228	49,00	0,48	0,37	0,60	0,98	0,76	1,22
	2 - A democracia pode funcionar sem partidos ou Congresso	924	36,87	0,48	0,27	0,39	1,31	0,74	1,05
	3 - Não sabe	309	12,33	0,03	0,31	0,01	0,25	2,54	0,10
	4 - Não respondeu	45	1,80	0,01	0,04	0,01	0,33	2,20	0,31
Democracia melhor forma de gov.	1 - Concorda muito	1334	53,23	0,65	0,42	0,56	1,23	0,79	1,05
	2 - Concorda um pouco	577	23,03	0,15	0,22	0,29	0,65	0,95	1,25
	3 - Nem concorda nem discorda	64	2,55	0,02	0,03	0,03	0,95	0,99	1,04
	4 - Discorda um pouco	202	8,06	0,05	0,09	0,09	0,64	1,17	1,06
	5 - Discorda muito	189	7,54	0,11	0,09	0,04	1,50	1,23	0,51
	6 - Não sabe	123	4,91	0,01	0,13	0,00	0,14	2,69	0,00
	7 - Não respondeu	17	0,68	0,00	0,02	0,00	0,00	2,76	0,00

Fonte: ESEB 2018.

Tabela 8. Probabilidades estimadas e Razões E/O – Partidarismo

Rótulo	Variável	Frequência observada		Probabilidades estimadas (λ)			Razões E/O		
	Código	n	%	K1	K2	K3	E/O K1	E/O K2	E/O K3
Representa	1 - Sim	692	27,61	0,30	0,17	0,35	1,10	0,63	1,27
	2 - Não	1723	68,76	0,69	0,74	0,64	1,00	1,08	0,93
	3 - Não sabe	20	0,80	0,00	0,02	0,00	0,00	2,76	0,00
	4 - Não respondeu	71	2,83	0,01	0,06	0,01	0,27	2,29	0,26
Simpatia	1 - Sim	397	15,84	0,14	0,08	0,24	0,91	0,49	1,51
	2 - Não	2088	83,32	0,86	0,91	0,76	1,03	1,09	0,91
	3 - Não sabe	5	0,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	4 - Não respondeu	16	0,64	0,00	0,02	0,00	0,00	2,66	0,09
Simpatia 2	1 - Sim	307	12,25	0,15	0,05	0,17	1,20	0,42	1,41
	2 - Não	1783	71,15	0,71	0,87	0,59	1,00	1,22	0,83
	3 - Não sabe	12	0,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	4 - Não respondeu	7	0,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	5 - Missing	397	15,84	0,14	0,08	0,24	0,91	0,49	1,51
Desgosta	1 - Sim	1150	45,89	0,76	0,16	0,54	1,66	0,35	1,18
	2 - Não	1272	50,76	0,23	0,75	0,46	0,44	1,49	0,91
	3 - Não sabe	45	1,80	0,00	0,05	0,00	0,06	2,73	0,00
	4 - Não respondeu	39	1,56	0,01	0,04	0,00	0,62	2,36	0,00

Fonte: ESEB 2018.

Tabela 9. Probabilidades estimadas e Razões E/O – Engajamento político

Variável		Frquência observada		Probabilidades estimadas (λ)			Razões E/O		
Rótulo	Código	Abs.	Rel.	K1	K2	K3	E/O K1	E/O K2	E/O K3
Filiado a sindicato?	1 - Sim	191	7,62	0,09	0,04	0,11	1,14	0,46	1,40
	2 - Não	2311	92,22	0,91	0,97	0,89	0,99	1,05	0,97
	3 - Não sabe	3	0,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	4 - Não respondeu	1	0,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Filiado a partido?	1 - Sim	115	4,59	0,02	0,01	0,09	0,52	0,20	1,98
	2 - Não	2387	95,25	0,98	0,99	0,91	1,02	1,04	0,95
	3 - Não sabe	3	0,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	4 - Não respondeu	1	0,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participa associações moradores?	1 - Sim	277	11,05	0,07	0,05	0,19	0,61	0,43	1,73
	2 - Não	2224	88,75	0,93	0,95	0,81	1,05	1,07	0,91
	3 - Não sabe	3	0,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	4 - Não respondeu	2	0,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participa grupos virtuais?	1 - Sim	300	11,97	0,16	0,02	0,19	1,31	0,13	1,60
	2 - Não	2204	87,95	0,84	0,98	0,81	0,96	1,12	0,92
	3 - Não sabe	1	0,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	4 - Não respondeu	1	0,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: ESEB 2018.

Tabela 10. Probabilidades estimadas e Razões E/O – Ideologia

Variável		Frequência observada		Probabilidades estimadas (λ)			Razões E/O		
Rótulo	Código	Abs.	Rel.	K1	K2	K3	E/O K1	E/O K2	E/O K3
Auto-localização na escala ideológica	1 - Esquerda	243	9,70	0,22	0,09	0,03	2,22	0,94	0,36
	2	28	1,12	0,01	0,01	0,02	0,67	0,73	1,43
	3	41	1,64	0,01	0,00	0,03	0,64	0,00	2,09
	4	58	2,31	0,00	0,00	0,05	0,19	0,00	2,34
	5	58	2,31	0,01	0,01	0,05	0,25	0,32	2,02
	6	367	14,65	0,12	0,06	0,24	0,82	0,38	1,64
	7	91	3,63	0,00	0,00	0,09	0,12	0,00	2,37
	8	112	4,47	0,01	0,01	0,10	0,28	0,14	2,15
	9	188	7,50	0,02	0,01	0,16	0,28	0,17	2,13
	10	88	3,51	0,01	0,02	0,06	0,38	0,52	1,77
	11 - Direita	699	27,89	0,42	0,33	0,15	1,52	1,20	0,54
	12 - Não sabe o que é esquerda e direita	263	10,50	0,06	0,25	0,00	0,54	2,42	0,03
	13 - Não respondeu	80	3,19	0,04	0,06	0,00	1,13	2,01	0,00
	14 - Não sabe se é de esquerda ou de direita	190	7,58	0,07	0,15	0,02	0,89	1,97	0,21
Líder forte é bom mesmo se desprezitar regras	1 - Concorda muito	591	23,58	0,25	0,27	0,20	1,07	1,13	0,85
	2 - Concorda um pouco	479	19,11	0,09	0,18	0,27	0,44	0,92	1,40
	3 - Nem concorda nem discorda	107	4,27	0,04	0,05	0,03	1,00	1,26	0,77
	4 - Discorda um pouco	351	14,01	0,05	0,14	0,20	0,34	0,97	1,40
	5 - Discorda muito	915	36,51	0,57	0,30	0,30	1,55	0,83	0,83
	6 - Não respondeu	25	1,00	0,00	0,03	0,00	0,24	2,61	0,00
	7 - Não sabe	38	1,52	0,00	0,04	0,00	0,13	2,68	0,00
Povo é que deveria tomar as decisões importantes	1 - Concorda muito	1451	57,90	0,65	0,58	0,54	1,13	1,00	0,93
	2 - Concorda um pouco	460	18,36	0,11	0,17	0,24	0,58	0,90	1,33
	3 - Nem concorda nem discorda	99	3,95	0,05	0,03	0,04	1,37	0,76	1,00
	4 - Discorda um pouco	217	8,66	0,06	0,08	0,11	0,66	0,93	1,26
	5 - Discorda muito	213	8,50	0,12	0,08	0,07	1,41	0,92	0,84
	6 - Não respondeu	22	0,88	0,00	0,02	0,00	0,11	2,69	0,00
	7 - Não sabe	44	1,76	0,01	0,04	0,00	0,44	2,48	0,00

Continua...

Continuação...

Presidente ou Congresso podem ignorar o STF	1 - Concorda muito	489	19,51	0,29	0,21	0,12	1,51	1,07	0,64
	2 - Concorda um pouco	331	13,21	0,08	0,06	0,22	0,63	0,46	1,70
	3 - Nem concorda nem discorda	74	2,95	0,02	0,02	0,05	0,69	0,52	1,60
	4 - Discorda um pouco	370	14,77	0,11	0,07	0,24	0,75	0,44	1,65
	5 - Discorda muito	785	31,33	0,45	0,18	0,36	1,44	0,57	1,14
	6 - Não respondeu	413	16,48	0,04	0,43	0,00	0,23	2,59	0,03
	7 - Não sabe	44	1,76	0,00	0,05	0,00	0,26	2,59	0,00

Fonte: ESEB 2018.

Tabela 11. Probabilidades estimadas e Razões E/O – Atitudes em relação a políticos/elite política

Variável		Frequência Observada		Probabilidades Estimadas (λ)			Razões E/O		
Rótulo	Código	Abs.	Rel.	K1	K2	K3	E/O K1	E/O K2	E/O K3
Políticos não se importam com as pessoas	1 - Concorda muito	1664	66,40	0,85	0,64	0,58	1,28	0,96	0,87
	2 - Concorda um pouco	330	13,17	0,02	0,11	0,21	0,16	0,85	1,61
	3 - Nem concorda nem discorda	65	2,59	0,02	0,02	0,04	0,74	0,77	1,35
	4 - Discorda um pouco	210	8,38	0,04	0,08	0,11	0,53	0,91	1,35
	5 - Discorda muito	206	8,22	0,07	0,12	0,06	0,81	1,45	0,71
	6 - Não respondeu	20	0,80	0,00	0,02	0,00	0,00	2,76	0,00
	7 - Não sabe	11	0,44	0,00	0,01	0,00	0,00	2,76	0,00
Políticos são o principal problema do Brasil	1 - Concorda muito	1429	57,02	0,79	0,60	0,42	1,38	1,05	0,74
	2 - Concorda um pouco	375	14,96	0,04	0,11	0,24	0,28	0,75	1,63
	3 - Nem concorda nem discorda	95	3,79	0,02	0,04	0,05	0,49	1,09	1,21
	4 - Discorda um pouco	293	11,69	0,03	0,10	0,18	0,30	0,88	1,51
	5 - Discorda muito	264	10,54	0,12	0,09	0,11	1,13	0,84	1,07
	6 - Não respondeu	20	0,80	0,00	0,02	0,00	0,00	2,76	0,00
	7 - Não sabe	30	1,20	0,00	0,03	0,00	0,00	2,76	0,00
Políticos só se preocupam com interesses dos ricos e poderosos	1 - Concorda muito	1676	66,88	0,86	0,69	0,54	1,28	1,04	0,81
	2 - Concorda um pouco	326	13,01	0,02	0,08	0,23	0,17	0,63	1,80
	3 - Nem concorda nem discorda	75	2,99	0,01	0,03	0,04	0,49	1,00	1,29
	4 - Discorda um pouco	206	8,22	0,02	0,08	0,12	0,25	0,93	1,49
	5 - Discorda muito	178	7,10	0,09	0,07	0,06	1,20	0,98	0,91
	6 - Não respondeu	24	0,96	0,00	0,03	0,00	0,00	2,76	0,00
	7 - Não sabe	21	0,84	0,00	0,02	0,00	0,00	2,76	0,00

Fonte: ESEB 2018.

Tabela 12. Probabilidades estimadas e Razões E/O – Voto/Comparecimento eleitoral

Rótulo	Variável	Frequência observada		Probabilidades estimadas (λ)			Razões E/O		
	Código	Abs.	Rel.	K1	K2	K3	E/O K1	E/O K2	E/O K3
Votaria se não fosse obrigatório?	1 - Sim	1010	40,30	0,42	0,26	0,52	1,04	0,66	1,29
	2 - Não	1446	57,70	0,57	0,71	0,46	0,99	1,22	0,80
	3 - Talvez/Depende	27	1,08	0,01	0,01	0,02	0,64	0,62	1,54
	4 - Não sabe	13	0,52	0,00	0,01	0,00	0,35	2,53	0,00
	5 - Não respondeu	10	0,40	0,00	0,01	0,00	0,00	2,76	0,00
Votou no 1º turno de 2018?	1 - Sim, votou	2014	80,37	0,81	0,74	0,89	1,01	0,92	1,10
	2 - Não, é maior de 70 anos	37	1,48	0,00	0,03	0,01	0,00	2,24	0,47
	3 - Não, tem/tinha 16 ou 17 anos	8	0,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	4 - Não, mas justificou o voto	216	8,62	0,08	0,10	0,08	0,94	1,15	0,90
	5 - Não votou e nem justificou o voto	194	7,74	0,10	0,12	0,02	1,30	1,58	0,32
	6 - Não votou porque não tinha o documento exigido	10	0,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	7 - Não votou porque o título foi cancelado	14	0,56	0,01	0,01	0,01	1,04	1,06	0,93
	8 - Não sabe	5	0,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	9 - Não respondeu	8	0,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Votou no 2º turno de 2018?	1 - Sim, votou	1991	79,45	0,81	0,70	0,89	1,02	0,88	1,12
	2 - Não, é maior de 70 anos	34	1,36	0,00	0,03	0,01	0,00	2,17	0,52
	3 - Não, tem/tinha 16 ou 17 anos	8	0,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	4 - Não, mas justificou o voto	204	8,14	0,08	0,10	0,07	0,99	1,17	0,86
	5 - Não votou e nem justificou o voto	213	8,50	0,09	0,14	0,03	1,11	1,68	0,33
	6 - Não votou porque não tinha o documento exigido	17	0,68	0,00	0,02	0,00	0,63	2,36	0,00
	7 - Não votou porque o título foi cancelado	14	0,56	0,00	0,01	0,01	0,14	0,91	1,56
	8 - Não sabe	9	0,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	9 - Não respondeu	16	0,64	0,01	0,01	0,00	0,89	2,19	0,00
Em quem votou para presidente no 1º turno de 2018?	1 - Álvaro Dias	15	0,60	0,00	0,00	0,01	0,23	0,00	2,32
	2 - Cabo Daciolo	22	0,88	0,00	0,00	0,02	0,14	0,09	2,30
	3 - Ciro Gomes	196	7,82	0,04	0,01	0,16	0,47	0,17	2,05
	4 - Eymael	1	0,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	5 - Fernando Haddad	554	22,11	0,13	0,32	0,19	0,57	1,44	0,85
	6 - Geraldo Alckmin	52	2,08	0,02	0,01	0,03	0,88	0,49	1,52
	7 - Guilherme Boulos	16	0,64	0,00	0,00	0,01	0,64	0,00	2,10
	8 - Henrique Meirelles	13	0,52	0,01	0,00	0,01	2,00	0,00	1,33
	9 - Jair Bolsonaro	838	33,44	0,47	0,18	0,39	1,40	0,55	1,18
	10 - João Amoêdo	35	1,40	0,03	0,00	0,02	1,80	0,24	1,23
	11 - Marina Silva	18	0,72	0,01	0,00	0,01	1,62	0,49	1,11
	12 - João Goulart Filho	3	0,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	13 - Anulou o voto	101	4,03	0,06	0,05	0,02	1,57	1,34	0,38
	14 - Votou em branco	45	1,80	0,02	0,03	0,01	1,05	1,74	0,32
	15 - Não respondeu	58	2,31	0,01	0,05	0,00	0,52	2,29	0,13
	16 - Não sabe/Não lembra	47	1,88	0,00	0,05	0,01	0,07	2,40	0,27
	17 - Missing	492	19,63	0,20	0,28	0,12	1,02	1,44	0,59

Continua...

Continuação...

Em quem votou no 2º turno de 2018?	1 - Fernando Haddad	711	28,37	0,16	0,34	0,30	0,57	1,20	1,07
	2 - Jair Bolsonaro	1023	40,82	0,52	0,21	0,52	1,27	0,53	1,27
	3 - Anulou o voto	125	4,99	0,08	0,04	0,05	1,58	0,73	0,91
	4 - Votou em branco	64	2,55	0,04	0,03	0,02	1,44	1,06	0,70
	5 - Não respondeu	52	2,08	0,01	0,05	0,00	0,42	2,26	0,21
	6 - Não sabe/Não lembra	16	0,64	0,00	0,02	0,00	0,00	2,58	0,00
	7 - Missing	515	20,55	0,19	0,32	0,11	0,95	1,54	0,55

ANEXO – Questões do ESEB 2018 utilizadas na estimação do modelo

D1A. Qual é a sua idade? (faixas)

D2. Sexo

D3. Escolaridade

Ramo de atividade

Ramo de atividade do chefe da família

Ocupação

ESTADOS

CIDADES

REGIÃO

Q1. Quanto o(a) sr(a) se interessa por política? O(a) sr(a) diria que é:

Q2. E com qual intensidade o(a) sr(a) acompanha política na TV, no rádio, nos jornais ou na internet: Muita intensidade, alguma intensidade, pouca intensidade, ou não acompanha política?

Q3. O quanto o(a) sr(a) concorda com a seguinte afirmação: “Você entende sobre os problemas políticos mais importantes do país”.

Q4A. Destas frases, gostaria que o(a) sr(a) dissesse se concorda ou discorda: O que as pessoas chamam de compromisso em política é, na verdade, apenas uma forma de negociar os princípios.

Q4B. Destas frases, gostaria que o(a) sr(a) dissesse se concorda ou discorda: A maior parte dos políticos não se importa com as pessoas

Q4C. Destas frases, gostaria que o(a) sr(a) dissesse se concorda ou discorda: A maior parte dos políticos é confiável.

Q4D. Destas frases, gostaria que o(a) sr(a) dissesse se concorda ou discorda: Os políticos são o principal problema do Brasil

Q4E. Destas frases, gostaria que o(a) sr(a) dissesse se concorda ou discorda: Ter um líder forte no governo é bom para o Brasil mesmo que o líder não cumpra as regras para fazer as coisas

Q4F. Destas frases, gostaria que o(a) sr(a) dissesse se concorda ou discorda: O povo, e não os políticos, deveria tomar as decisões políticas mais importantes

Q4G. Destas frases, gostaria que o(a) sr(a) dissesse se concorda ou discorda: A maior parte dos políticos se preocupa apenas com os interesses dos ricos e poderosos

Q5A. Pensando sobre as minorias no Brasil, vou ler algumas frases e gostaria que o(a) sr(a) dissesse se concorda ou discorda: As minorias deveriam se adaptar aos costumes e tradições do Brasil

Q5B. Pensando sobre as minorias no Brasil, vou ler algumas frases e gostaria que o(a) sr(a) dissesse se concorda ou discorda: A vontade da maioria deveria sempre prevalecer, mesmo que prejudique os direitos das minorias

Q5C. Pensando sobre as minorias no Brasil, vou ler algumas frases e gostaria que o(a) sr(a) dissesse se concorda ou discorda: Em geral os imigrantes fazem bem à economia do Brasil

Q5D. Pensando sobre as minorias no Brasil, vou ler algumas frases e gostaria que o(a) sr(a) dissesse se concorda ou discorda: Os imigrantes prejudicam a cultura brasileira

Q5E. Pensando sobre as minorias no Brasil, vou ler algumas frases e gostaria que o(a) sr(a) dissesse se concorda ou discorda: Os imigrantes aumentam as taxas de criminalidade no Brasil

Q6A. O quanto você acha que é importante ter nascido no Brasil para ser considerado verdadeiramente brasileiro?

Q6B. O quanto você acha que é importante ter antepassados brasileiros para ser considerado verdadeiramente brasileiro?

Q6C. O quanto você acha que é importante ser capaz de falar a língua portuguesa para ser considerado verdadeiramente brasileiro?

Q6D. O quanto você acha que é importante seguir os costumes e tradições do Brasil para ser considerado verdadeiramente brasileiro?

Q7. O quanto você acha que a corrupção está generalizada no Brasil, como por exemplo, as propinas entre políticos?

Q8. O quanto o(a) sr(a) concorda com a seguinte afirmação “O governo deveria tomar medidas para reduzir as diferenças entre os níveis de renda”.

Q9. Na sua opinião, de uma maneira geral o Governo do Presidente Michel Temer nos últimos 2 anos foi ótimo, bom, ruim ou péssimo?

Q10A. Existe algum partido político que representa a maneira como o(a) sr(a) pensa? (Espontânea)

Q10B. Qual partido melhor representa a maneira como o(a) sr(a) pensa? (Espontânea)

Q11. O(A) sr(a) considera que a situação econômica atual do país está muito melhor, um pouco melhor, está igual, um pouco pior ou muito pior que nos últimos doze meses?

Q12P1.A. O(a) sr(a) votou no primeiro turno nesta eleição? (Espontânea)

Q12P1.B. Em quem o(a) sr(a) votou para presidente no primeiro turno?

Q12P2.A. O(A) sr(a) votou no segundo turno desta eleição? (Espontânea)

Q12P2.B. Em quem o(a) sr(a) votou para presidente no segundo turno?

Q12G_1A. Em quem o(a) sr(a) votou para governador no primeiro turno nessa eleição?

Q12G.2. E no segundo turno, em quem o(a) sr(a) votou para governador nessa eleição?

Q12S1. Neste ano, foram eleitos dois senadores por estado. Em quem o(a) sr(a) votou para a primeira vaga de Senador nessa eleição?

Q12S2. E em quem o(a) sr(a) votou para a segunda vaga de Senador nessa eleição?

Q12CD. E em quem o(a) sr(a) votou para Deputado Federal? (Espontânea)

Q12CD_recode_2018 E em quem o(a) sr(a) votou para Deputado Federal? (Espontânea)

Q12AL. E em quem o(a) sr(a) votou para Deputado Estadual? (Espontânea)

Q12AL_recode_2018 E em quem o(a) sr(a) votou para Deputado Estadual? (Espontânea)

Q13A. O(A) sr(a) votou no primeiro turno na eleição de 2014?

Q13B. Em quem o(a) sr(a) votou para presidente no primeiro turno da eleição de 2014?

Q13B_2. O(A) sr(a) votou no segundo turno na eleição para presidente de 2014?

Q13B2A. E no segundo turno das eleições de 2014, em quem o(a) sr(a) votou para presidente:

Q13G1. E para governador, em quem o(a) sr(a) votou no primeiro turno em 2014?

Q13G2. E no segundo turno de 2014, em quem o(a) sr(a) votou para governador?

Q13S. E para senador, em quem o(a) sr(a) votou em 2014?

Q13CD. E em quem o(a) sr(a) votou para Deputado Federal em 2014? (Espontânea)

Q13CD_recode_2014 E em quem o(a) sr(a) votou para Deputado Federal em 2014? (Espontânea)

Q13AL. E em quem o(a) sr(a) votou para Deputado Estadual em 2014? (Espontânea)

Q13AL_recode_2014 E em quem o(a) sr(a) votou para Deputado Estadual em 2014? (Espontânea)

Q14A. Gostaria que o(a) sr(a) desse uma nota de 1 a 5, sendo que 1 significa que “não faz nenhuma diferença quem governa o Brasil”, e o 5 que “faz uma grande diferença quem governa o Brasil”.

Q14B. Gostaria que o(a) sr(a) desse uma nota de 1 a 5, sendo que 1 significa que o nosso voto “não influencia nada no que acontece no Brasil” e 5 significa que o nosso voto “influencia muito” no que acontece no Brasil.

Q15.1. Usando uma nota de 0 a 10 para indicar o quanto o(a) sr(a) gosta do partido, sendo que zero significa que o(a) sr(a) não gosta do partido de jeito nenhum e dez que o(a) sr(a) gosta muito: PT

Q15.2. Usando uma nota de 0 a 10 para indicar o quanto o(a) sr(a) gosta do partido, sendo que zero significa que o(a) sr(a) não gosta do partido de jeito nenhum e dez que o(a) sr(a) gosta muito: MDB

Q15.3. Usando uma nota de 0 a 10 para indicar o quanto o(a) sr(a) gosta do partido, sendo que zero significa que o(a) sr(a) não gosta do partido de jeito nenhum e dez que o(a) sr(a) gosta muito: PDT

Q15.4. Usando uma nota de 0 a 10 para indicar o quanto o(a) sr(a) gosta do partido, sendo que zero significa que o(a) sr(a) não gosta do partido de jeito nenhum e dez que o(a) sr(a) gosta muito: PODE/ PODEMOS

Q15.5. Usando uma nota de 0 a 10 para indicar o quanto o(a) sr(a) gosta do partido, sendo que zero significa que o(a) sr(a) não gosta do partido de jeito nenhum e dez que o(a) sr(a) gosta muito: PSDB

Q15.6. Usando uma nota de 0 a 10 para indicar o quanto o(a) sr(a) gosta do partido, sendo que zero significa que o(a) sr(a) não gosta do partido de jeito nenhum e dez que o(a) sr(a) gosta muito: REDE

Q15.7. Usando uma nota de 0 a 10 para indicar o quanto o(a) sr(a) gosta do partido, sendo que zero significa que o(a) sr(a) não gosta do partido de jeito nenhum e dez que o(a) sr(a) gosta muito: DEM

Q15.8. Usando uma nota de 0 a 10 para indicar o quanto o(a) sr(a) gosta do partido, sendo que zero significa que o(a) sr(a) não gosta do partido de jeito nenhum e dez que o(a) sr(a) gosta muito: PSOL

Q15.9. Usando uma nota de 0 a 10 para indicar o quanto o(a) sr(a) gosta do partido, sendo que zero significa que o(a) sr(a) não gosta do partido de jeito nenhum e dez que o(a) sr(a) gosta muito: PATRI/ PATRIOTA

Q15.10. Usando uma nota de 0 a 10 para indicar o quanto o(a) sr(a) gosta do partido, sendo que zero significa que o(a) sr(a) não gosta do partido de jeito nenhum e dez que o(a) sr(a) gosta muito: DC

Q15.11. Usando uma nota de 0 a 10 para indicar o quanto o(a) sr(a) gosta do partido, sendo que zero significa que o(a) sr(a) não gosta do partido de jeito nenhum e dez que o(a) sr(a) gosta muito: NOVO

Q15.12. Usando uma nota de 0 a 10 para indicar o quanto o(a) sr(a) gosta do partido, sendo que zero significa que o(a) sr(a) não gosta do partido de jeito nenhum e dez que o(a) sr(a) gosta muito: PSL

Q15.13. Usando uma nota de 0 a 10 para indicar o quanto o(a) sr(a) gosta do partido, sendo que zero significa que o(a) sr(a) não gosta do partido de jeito nenhum e dez que o(a) sr(a) gosta muito: PPL

Q15.14. Usando uma nota de 0 a 10 para indicar o quanto o(a) sr(a) gosta do partido, sendo que zero significa que o(a) sr(a) não gosta do partido de jeito nenhum e dez que o(a) sr(a) gosta muito: PCdoB

Q15.15. Usando uma nota de 0 a 10 para indicar o quanto o(a) sr(a) gosta do partido, sendo que zero significa que o(a) sr(a) não gosta do partido de jeito nenhum e dez que o(a) sr(a) gosta muito: PSTU

Q15.16. Usando uma nota de 0 a 10 para indicar o quanto o(a) sr(a) gosta do partido, sendo que zero significa que o(a) sr(a) não gosta do partido de jeito nenhum e dez que o(a) sr(a) gosta muito: PV

Q15.17. Usando uma nota de 0 a 10 para indicar o quanto o(a) sr(a) gosta do partido, sendo que zero significa que o(a) sr(a) não gosta do partido de jeito nenhum e dez que o(a) sr(a) gosta muito: PSB

Q15.18. Usando uma nota de 0 a 10 para indicar o quanto o(a) sr(a) gosta do partido, sendo que zero significa que o(a) sr(a) não gosta do partido de jeito nenhum e dez que o(a) sr(a) gosta muito: PP

Q15.19. Usando uma nota de 0 a 10 para indicar o quanto o(a) sr(a) gosta do partido, sendo que zero significa que o(a) sr(a) não gosta do partido de jeito nenhum e dez que o(a) sr(a) gosta muito: PR

Q15.20. Usando uma nota de 0 a 10 para indicar o quanto o(a) sr(a) gosta do partido, sendo que zero significa que o(a) sr(a) não gosta do partido de jeito nenhum e dez que o(a) sr(a) gosta muito: PSD

Q15.21. Usando uma nota de 0 a 10 para indicar o quanto o(a) sr(a) gosta do partido, sendo que zero significa que o(a) sr(a) não gosta do partido de jeito nenhum e dez que o(a) sr(a) gosta muito: PRB

Q15.22. Usando uma nota de 0 a 10 para indicar o quanto o(a) sr(a) gosta do partido, sendo que zero significa que o(a) sr(a) não gosta do partido de jeito nenhum e dez que o(a) sr(a) gosta muito: PSC

Q15.23. Usando uma nota de 0 a 10 para indicar o quanto o(a) sr(a) gosta do partido, sendo que zero significa que o(a) sr(a) não gosta do partido de jeito nenhum e dez que o(a) sr(a) gosta muito: PTB

Q15.24. Usando uma nota de 0 a 10 para indicar o quanto o(a) sr(a) gosta do partido, sendo que zero significa que o(a) sr(a) não gosta do partido de jeito nenhum e dez que o(a) sr(a) gosta muito: PHS

Q15.25. Usando uma nota de 0 a 10 para indicar o quanto o(a) sr(a) gosta do partido, sendo que zero significa que o(a) sr(a) não gosta do partido de jeito nenhum e dez que o(a) sr(a) gosta muito: PROS

Q15.26. Usando uma nota de 0 a 10 para indicar o quanto o(a) sr(a) gosta do partido, sendo que zero significa que o(a) sr(a) não gosta do partido de jeito nenhum e dez que o(a) sr(a) gosta muito: AVANTE

Q16.1. Agora usando as mesmas notas, gostaria que o(a) sr(a) dissesse o quanto gosta de alguns políticos que vou mencionar: **Ciro Gomes**

Q16.2. Agora usando as mesmas notas, gostaria que o(a) sr(a) dissesse o quanto gosta de alguns políticos que vou mencionar: **Manuela**

Q16.3. Agora usando as mesmas notas, gostaria que o(a) sr(a) dissesse o quanto gosta de alguns políticos que vou mencionar: **Guilherme Boulos**

Q16.4. Agora usando as mesmas notas, gostaria que o(a) sr(a) dissesse o quanto gosta de alguns políticos que vou mencionar: Marina Silva

Q16.5. Agora usando as mesmas notas, gostaria que o(a) sr(a) dissesse o quanto gosta de alguns políticos que vou mencionar: Fernando Haddad

Q16.6. Agora usando as mesmas notas, gostaria que o(a) sr(a) dissesse o quanto gosta de alguns políticos que vou mencionar: Henrique Meirelles

Q16.7. Agora usando as mesmas notas, gostaria que o(a) sr(a) dissesse o quanto gosta de alguns políticos que vou mencionar: Jair Bolsonaro

Q16.8. Agora usando as mesmas notas, gostaria que o(a) sr(a) dissesse o quanto gosta de alguns políticos que vou mencionar: Geraldo Alckmin

Q16.9. Agora usando as mesmas notas, gostaria que o(a) sr(a) dissesse o quanto gosta de alguns políticos que vou mencionar: João Amoêdo

Q16.10. Agora usando as mesmas notas, gostaria que o(a) sr(a) dissesse o quanto gosta de alguns políticos que vou mencionar: Lula

Q16.11. Agora usando as mesmas notas, gostaria que o(a) sr(a) dissesse o quanto gosta de alguns políticos que vou mencionar: Alvaro Dias

Q16.12. Agora usando as mesmas notas, gostaria que o(a) sr(a) dissesse o quanto gosta de alguns políticos que vou mencionar: João Goulart Filho

Q16.13. Agora usando as mesmas notas, gostaria que o(a) sr(a) dissesse o quanto gosta de alguns políticos que vou mencionar: Cabo Daciolo

Q16.14. Agora usando as mesmas notas, gostaria que o(a) sr(a) dissesse o quanto gosta de alguns políticos que vou mencionar: Rodrigo Maia

Q16.15. Agora usando as mesmas notas, gostaria que o(a) sr(a) dissesse o quanto gosta de alguns políticos que vou mencionar: Eymael

Q16.16. Agora usando as mesmas notas, gostaria que o(a) sr(a) dissesse o quanto gosta de alguns políticos que vou mencionar: Vera

Q16.17. Agora usando as mesmas notas, gostaria que o(a) sr(a) dissesse o quanto gosta de alguns políticos que vou mencionar: Aécio Neves

Q16.18. Agora usando as mesmas notas, gostaria que o(a) sr(a) dissesse o quanto gosta de alguns políticos que vou mencionar: Dilma Rousseff

Q16.19. Agora usando as mesmas notas, gostaria que o(a) sr(a) dissesse o quanto gosta de alguns políticos que vou mencionar: Romero Jucá

Q16.20. Agora usando as mesmas notas, gostaria que o(a) sr(a) dissesse o quanto gosta de alguns políticos que vou mencionar: Renan Calheiros

Q16.21. Agora usando as mesmas notas, gostaria que o(a) sr(a) dissesse o quanto gosta de alguns políticos que vou mencionar: Michel Temer

Q17.1. Em uma escala onde zero significa esquerda e 10 significa direita, gostaria que o(a) sr(a) dissesse se ele é de esquerda ou de direita. Como classificaria o PT.

Q17.2. Em uma escala onde zero significa esquerda e 10 significa direita, gostaria que o(a) sr(a) dissesse se ele é de esquerda ou de direita. Como classificaria o MDB.

Q17.3. Em uma escala onde zero significa esquerda e 10 significa direita, gostaria que o(a) sr(a) dissesse se ele é de esquerda ou de direita. Como classificaria o PDT.

Q17.4. Em uma escala onde zero significa esquerda e 10 significa direita, gostaria que o(a) sr(a) dissesse se ele é de esquerda ou de direita. Como classificaria o PODE/PODEMOS.

Q17.5. Em uma escala onde zero significa esquerda e 10 significa direita, gostaria que o(a) sr(a) dissesse se ele é de esquerda ou de direita. Como classificaria o PSDB.

Q17.6. Em uma escala onde zero significa esquerda e 10 significa direita, gostaria que o(a) sr(a) dissesse se ele é de esquerda ou de direita. Como classificaria o REDE.

Q17.7. Em uma escala onde zero significa esquerda e 10 significa direita, gostaria que o(a) sr(a) dissesse se ele é de esquerda ou de direita. Como classificaria o DEM.

Q17.8. Em uma escala onde zero significa esquerda e 10 significa direita, gostaria que o(a) sr(a) dissesse se ele é de esquerda ou de direita. Como classificaria o PSOL.

Q17.9. Em uma escala onde zero significa esquerda e 10 significa direita, gostaria que o(a) sr(a) dissesse se ele é de esquerda ou de direita. Como classificaria o PATRI/PATRIOTA.

Q17.10. Em uma escala onde zero significa esquerda e 10 significa direita, gostaria que o(a) sr(a) dissesse se ele é de esquerda ou de direita. Como classificaria o DC.

Q17.11. Em uma escala onde zero significa esquerda e 10 significa direita, gostaria que o(a) sr(a) dissesse se ele é de esquerda ou de direita. Como classificaria o NOVO.

Q17.12. Em uma escala onde zero significa esquerda e 10 significa direita, gostaria que o(a) sr(a) dissesse se ele é de esquerda ou de direita. Como classificaria o PSL.

Q17.13. Em uma escala onde zero significa esquerda e 10 significa direita, gostaria que o(a) sr(a) dissesse se ele é de esquerda ou de direita. Como classificaria o PPL.

Q17.14. Em uma escala onde zero significa esquerda e 10 significa direita, gostaria que o(a) sr(a) dissesse se ele é de esquerda ou de direita. Como classificaria o PCdoB.

Q17.15. Em uma escala onde zero significa esquerda e 10 significa direita, gostaria que o(a) sr(a) dissesse se ele é de esquerda ou de direita. Como classificaria o PSTU.

Q17.16. Em uma escala onde zero significa esquerda e 10 significa direita, gostaria que o(a) sr(a) dissesse se ele é de esquerda ou de direita. Como classificaria o PV.

Q17.17. Em uma escala onde zero significa esquerda e 10 significa direita, gostaria que o(a) sr(a) dissesse se ele é de esquerda ou de direita. Como classificaria o PSB.

Q17.18. Em uma escala onde zero significa esquerda e 10 significa direita, gostaria que o(a) sr(a) dissesse se ele é de esquerda ou de direita. Como classificaria o PP.

Q17.19. Em uma escala onde zero significa esquerda e 10 significa direita, gostaria que o(a) sr(a) dissesse se ele é de esquerda ou de direita. Como classificaria o PR.

Q17.20. Em uma escala onde zero significa esquerda e 10 significa direita, gostaria que o(a) sr(a) dissesse se ele é de esquerda ou de direita. Como classificaria o PSD.

Q17.21. Em uma escala onde zero significa esquerda e 10 significa direita, gostaria que o(a) sr(a) dissesse se ele é de esquerda ou de direita. Como classificaria o PRB.

Q17.22. Em uma escala onde zero significa esquerda e 10 significa direita, gostaria que o(a) sr(a) dissesse se ele é de esquerda ou de direita. Como classificaria o PSC.

Q17.23. Em uma escala onde zero significa esquerda e 10 significa direita, gostaria que o(a) sr(a) dissesse se ele é de esquerda ou de direita. Como classificaria o PTB.

Q17.24. Em uma escala onde zero significa esquerda e 10 significa direita, gostaria que o(a) sr(a) dissesse se ele é de esquerda ou de direita. Como classificaria o PHS.

Q17.25. Em uma escala onde zero significa esquerda e 10 significa direita, gostaria que o(a) sr(a) dissesse se ele é de esquerda ou de direita. Como classificaria o PROS.

Q17.26. Em uma escala onde zero significa esquerda e 10 significa direita, gostaria que o(a) sr(a) dissesse se ele é de esquerda ou de direita. Como classificaria o AVANTE.

Q18. Novamente pensando em esquerda e direita na política, como o(a) sr(a) se considera?

Q21. De uma maneira geral, o(a) sr(a) está muito satisfeito(a), satisfeito(a), pouco satisfeito(a) ou nada satisfeito(a) com o funcionamento da democracia no Brasil?

Q22A. Você se considera próximo a algum partido político?

Q22B. E você se considera um pouco mais próximo de algum partido do que dos outros?

Q22C. Qual partido o(a) sr(a) mais se sente próximo? (Espontânea)

Q22D. O(A) sr(a) se sente muito próximo(a), um pouco próximo(a), ou não muito próximo deste partido?

P1. Existe algum partido que o(a) sr(a) não gosta?

P1A. Qual partido que o(a) sr(a) não gosta? (Espontânea)

D5A. Agora gostaria de saber se o(a) sr(a) é filiado a algum sindicato?

D5B. Agora gostaria de saber se o(a) sr(a) é filiado a algum partido político?

P2.1. Vou citar algumas organizações e gostaria que o(a) sr(a) dissesse se participa ou não de cada uma delas: Associação de moradores ou sociedade de amigos de bairro

P2.2. Vou citar algumas organizações e gostaria que o(a) sr(a) dissesse se participa ou não de cada uma delas: Associação de defesa do consumidor

P2.3. Vou citar algumas organizações e gostaria que o(a) sr(a) dissesse se participa ou não de cada uma delas: Grupo de defesa do meio ambiente

P2.4. Vou citar algumas organizações e gostaria que o(a) sr(a) dissesse se participa ou não de cada uma delas: Sindicato

P2.5. Vou citar algumas organizações e gostaria que o(a) sr(a) dissesse se participa ou não de cada uma delas: Grêmio, centro acadêmico ou união de estudantes

P2.6. Vou citar algumas organizações e gostaria que o(a) sr(a) dissesse se participa ou não de cada uma delas: Igreja ou movimento religioso

P2.7. Vou citar algumas organizações e gostaria que o(a) sr(a) dissesse se participa ou não de cada uma delas: Grupo ou associação de assistência social

P2.8. Vou citar algumas organizações e gostaria que o(a) sr(a) dissesse se participa ou não de cada uma delas: Centro cultural, associações culturais ou algum tipo de movimento cultural

P2.9. Vou citar algumas organizações e gostaria que o(a) sr(a) dissesse se participa ou não de cada uma delas: Conselhos de saúde

P2.10. Vou citar algumas organizações e gostaria que o(a) sr(a) dissesse se participa ou não de cada uma delas: Conselhos de educação

P2.11. Vou citar algumas organizações e gostaria que o(a) sr(a) dissesse se participa ou não de cada uma delas: Associações de Pais e Mestres

P2.12. Vou citar algumas organizações e gostaria que o(a) sr(a) dissesse se participa ou não de cada uma delas: Conselhos de Cultura

P2.13. Vou citar algumas organizações e gostaria que o(a) sr(a) dissesse se participa ou não de cada uma delas: Conselhos de Segurança Pública (CONSEGs)

P2.14. Vou citar algumas organizações e gostaria que o(a) sr(a) dissesse se participa ou não de cada uma delas: Conselhos tutelares

P2.15. Vou citar algumas organizações e gostaria que o(a) sr(a) dissesse se participa ou não de cada uma delas: Movimento de defesa dos direitos de minorias (mulheres, negros, LGBT)

P2.16. Vou citar algumas organizações e gostaria que o(a) sr(a) dissesse se participa ou não de cada uma delas: Reuniões do Orçamento Participativo

P2.17. Vou citar algumas organizações e gostaria que o(a) sr(a) dissesse se participa ou não de cada uma delas: Grupos virtuais de discussão política no twitter, whatsapp ou facebook

P3.1. De maneira geral, como o(a) sr(a) avalia a atuação: Da Igreja Católica

P3.2. De maneira geral, como o(a) sr(a) avalia a atuação: Da Igreja Evangélica

P3.3. De maneira geral, como o(a) sr(a) avalia a atuação: Da Polícia Federal

P3.4. De maneira geral, como o(a) sr(a) avalia a atuação: Do Governo Federal

P3.5. De maneira geral, como o(a) sr(a) avalia a atuação: Da Justiça, Poder Judiciário

- P3.6. De maneira geral, como o(a) sr(a) avalia a atuação: Das Grandes Empresas
- P3.7. De maneira geral, como o(a) sr(a) avalia a atuação: Dos Partidos Políticos
- P3.8. De maneira geral, como o(a) sr(a) avalia a atuação: Do Congresso Nacional (Senado e Câmara dos Deputados)
- P3.9. De maneira geral, como o(a) sr(a) avalia a atuação: Dos Militares, Forças Armadas
- P3.10. De maneira geral, como o(a) sr(a) avalia a atuação: Do Ministério Público
- P3.11. De maneira geral, como o(a) sr(a) avalia a atuação: Da Rede Globo
- P3.12. De maneira geral, como o(a) sr(a) avalia a atuação: Das outras emissoras de televisão, como a Record, SBT, etc.
- P4.1. Para essas mesmas instituições, gostaria de saber qual a sua confiança nelas: Igreja Católica
- P4.2. Para essas mesmas instituições, gostaria de saber qual a sua confiança nelas: Igreja Evangélica
- P4.3. Para essas mesmas instituições, gostaria de saber qual a sua confiança nelas: Polícia Federal
- P4.4. Para essas mesmas instituições, gostaria de saber qual a sua confiança nelas: Governo Federal
- P4.5. Para essas mesmas instituições, gostaria de saber qual a sua confiança nelas: Justiça, Poder Judiciário
- P4.6. Para essas mesmas instituições, gostaria de saber qual a sua confiança nelas: Grandes Empresas
- P4.7. Para essas mesmas instituições, gostaria de saber qual a sua confiança nelas: Partidos Políticos
- P4.8. Para essas mesmas instituições, gostaria de saber qual a sua confiança nelas: Congresso Nacional (Senado e Câmara dos Deputados)
- P4.9. Para essas mesmas instituições, gostaria de saber qual a sua confiança nelas: Militares, Forças Armadas
- P4.10. Para essas mesmas instituições, gostaria de saber qual a sua confiança nelas: Ministério Público
- P4.11. Para essas mesmas instituições, gostaria de saber qual a sua confiança nelas: Rede Globo
- P4.12. Para essas mesmas instituições, gostaria de saber qual a sua confiança nelas: Outras emissoras de televisão como a Record, SBT, etc.
- P5. De forma geral, você acredita que as eleições no Brasil são confiáveis ou são objeto de fraude?

P6.1. Vou citar algumas políticas e gostaria que o(a) sr(a) disesse o quanto está satisfeito com cada uma delas: Controle da criminalidade

P6.2. Vou citar algumas políticas e gostaria que o(a) sr(a) disesse o quanto está satisfeito com cada uma delas: Acesso a tratamento de saúde

P6.3. Vou citar algumas políticas e gostaria que o(a) sr(a) disesse o quanto está satisfeito com cada uma delas: Diminuição das desigualdades sociais

P6.4. Vou citar algumas políticas e gostaria que o(a) sr(a) disesse o quanto está satisfeito com cada uma delas: Qualidade do ensino público

P6.5. Vou citar algumas políticas e gostaria que o(a) sr(a) disesse o quanto está satisfeito com cada uma delas: Acesso ao ensino profissionalizante

P6.6. Vou citar algumas políticas e gostaria que o(a) sr(a) disesse o quanto está satisfeito com cada uma delas: Controle da violência policial

P6.7. Vou citar algumas políticas e gostaria que o(a) sr(a) disesse o quanto está satisfeito com cada uma delas: Acesso ao Ensino Médio

P6.8. Vou citar algumas políticas e gostaria que o(a) sr(a) disesse o quanto está satisfeito com cada uma delas: Acesso ao ensino superior

P6.9. Vou citar algumas políticas e gostaria que o(a) sr(a) disesse o quanto está satisfeito com cada uma delas: Acesso à cultura (museus, cinemas, teatros, shows, etc)

P6.10. Vou citar algumas políticas e gostaria que o(a) sr(a) disesse o quanto está satisfeito com cada uma delas: Diminuição do desemprego

P6.11. Vou citar algumas políticas e gostaria que o(a) sr(a) disesse o quanto está satisfeito com cada uma delas: Acesso do cidadão comum à Justiça

P6.12. Vou citar algumas políticas e gostaria que o(a) sr(a) disesse o quanto está satisfeito com cada uma delas: Acesso a políticas de direitos de mulheres e de minorias como: Negros, indígenas, homossexuais, LGBTs, entre outros.

P6.13. Vou citar algumas políticas e gostaria que o(a) sr(a) disesse o quanto está satisfeito com cada uma delas: Respeito às leis

P6.14. Vou citar algumas políticas e gostaria que o(a) sr(a) disesse o quanto está satisfeito com cada uma delas: Acesso a remédios

P6.15. Vou citar algumas políticas e gostaria que o(a) sr(a) disesse o quanto está satisfeito com cada uma delas: Acesso a tratamento médico especializado

P6.16. Vou citar algumas políticas e gostaria que o(a) sr(a) disesse o quanto está satisfeito com cada uma delas: Proteção do meio ambiente

P7. Para o(a) sr(a) o que é democracia?

P7. Para o(a) sr(a) o que é democracia?

P7. Para o(a) sr(a) o que é democracia?

P8. Algumas pessoas dizem que a democracia é sempre melhor que qualquer outra forma de governo. Para outros, em algumas situações é melhor uma ditadura do que uma democracia. Qual destas afirmações é mais parecida com sua forma de pensar?

P9. Algumas pessoas pensam que a democracia pode funcionar sem os partidos políticos ou o Congresso Nacional. Outras pessoas pensam que sem os partidos ou o Congresso a democracia não pode funcionar. Qual é a sua opinião?

P10.1. Destas frases, gostaria que o(a) sr(a) dissesse se concorda ou discorda: A democracia só será verdadeira quando acabar com a miséria

P10.2. Destas frases, gostaria que o(a) sr(a) dissesse se concorda ou discorda: O Brasil precisa de um líder que resolva a crise e os problemas do país, não importa se ele precisar desrespeitar as leis e as instituições

P10.3. Destas frases, gostaria que o(a) sr(a) dissesse se concorda ou discorda: A democracia tem alguns problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo

P10.4. Destas frases, gostaria que o(a) sr(a) dissesse se concorda ou discorda: O Brasil precisa primeiro resolver as questões econômicas que afetam toda a população, depois pode pensar nas questões que afetam as minorias, como raça e gênero

P11.1. Também para estas frases, gostaria que o(a) sr(a) dissesse se concorda ou discorda: Só o crescimento econômico poderá garantir o bem-estar social das pessoas

P11.2. Também para estas frases, gostaria que o(a) sr(a) dissesse se concorda ou discorda: Quando alguns acumulam riqueza, isto ocorre à custa de outros

P11.3. Também para estas frases, gostaria que o(a) sr(a) dissesse se concorda ou discorda: Em qualquer situação as pessoas mais pobres devem ter mais chances do que as ricas

P11.4. Também para estas frases, gostaria que o(a) sr(a) dissesse se concorda ou discorda: Para reduzir os impostos o governo deve limitar os gastos com serviços públicos

P11.5. Também para estas frases, gostaria que o(a) sr(a) dissesse se concorda ou discorda: As cotas reservadas para negros e índios prejudicam quem tem mais competência

P12. Você diria que a corrupção no Brasil é um problema muito sério, sério, pouco sério ou não é um problema sério?

P13. Para você, o que é corrupção?

P14A. Nesta cartela você irá ler quatro frases sobre política. Depois de ler todas as quatro, apenas diga com quantas delas você concorda.

P15. Existem diferentes opiniões sobre a justiça no Brasil. Qual das duas opiniões se aproxima mais do que você pensa?

P16.1. Com relação à corrupção no Brasil gostaria que o(a) sr(a) desse uma nota de 1 a 10 sobre a eficiência das instituições. Que nota o(a) sr(a) dá para: Polícia Federal

P16.2. Com relação à corrupção no Brasil gostaria que o(a) sr(a) desse uma nota de 1 a 10 sobre a eficiência das instituições. Que nota o(a) sr(a) dá para: Ministério Público

P16.3. Com relação à corrupção no Brasil gostaria que o(a) sr(a) desse uma nota de 1 a 10 sobre a eficiência das instituições. Que nota o(a) sr(a) dá para: Judiciário

P16.4. Com relação à corrupção no Brasil gostaria que o(a) sr(a) desse uma nota de 1 a 10 sobre a eficiência das instituições. Que nota o(a) sr(a) dá para: Defensoria Pública

P16.5. Com relação à corrupção no Brasil gostaria que o(a) sr(a) desse uma nota de 1 a 10 sobre a eficiência das instituições. Que nota o(a) sr(a) dá para: Tribunais de Contas da União (TCU)

P16.6. Com relação à corrupção no Brasil gostaria que o(a) sr(a) desse uma nota de 1 a 10 sobre a eficiência das instituições. Que nota o(a) sr(a) dá para: Controladoria Geral da União (CGU)

P16.7. Com relação à corrupção no Brasil gostaria que o(a) sr(a) desse uma nota de 1 a 10 sobre a eficiência das instituições. Que nota o(a) sr(a) dá para: Ouvidoria Geral da União

P16.8. Com relação à corrupção no Brasil gostaria que o(a) sr(a) desse uma nota de 1 a 10 sobre a eficiência das instituições. Que nota o(a) sr(a) dá para: CPIs

P16.9. Com relação à corrupção no Brasil gostaria que o(a) sr(a) desse uma nota de 1 a 10 sobre a eficiência das instituições. Que nota o(a) sr(a) dá para: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

P16.10. Com relação à corrupção no Brasil gostaria que o(a) sr(a) desse uma nota de 1 a 10 sobre a eficiência das instituições. Que nota o(a) sr(a) dá para: Conselho Nacional de Justiça

P16.11. Com relação à corrupção no Brasil gostaria que o(a) sr(a) desse uma nota de 1 a 10 sobre a eficiência das instituições. Que nota o(a) sr(a) dá para: Supremo Tribunal Federal (STF)

P17.1. Em relação às afirmações lidas, gostaria que o(a) sr(a) dissesse se concorda ou discorda de cada uma delas: O salário mínimo no Brasil é justo

P17.2. Em relação às afirmações lidas, gostaria que o(a) sr(a) dissesse se concorda ou discorda de cada uma delas: A pobreza e a desigualdade estão na raiz da corrupção

P17.3. Em relação às afirmações lidas, gostaria que o(a) sr(a) dissesse se concorda ou discorda de cada uma delas: A corrupção é punida no Brasil

P17.4. Em relação às afirmações lidas, gostaria que o(a) sr(a) dissesse se concorda ou discorda de cada uma delas: A corrupção é um traço cultural brasileiro

P17.5. Em relação às afirmações lidas, gostaria que o(a) sr(a) dissesse se concorda ou discorda de cada uma delas: A prisão em segunda instância combate a corrupção

P17.6. Em relação às afirmações lidas, gostaria que o(a) sr(a) dissesse se concorda ou discorda de cada uma delas: A delação premiada ajuda os corruptos

P17.7. Em relação às afirmações lidas, gostaria que o(a) sr(a) dissesse se concorda ou discorda de cada uma delas: A condução coercitiva fere direitos

P17.8. Em relação às afirmações lidas, gostaria que o(a) sr(a) dissesse se concorda ou discorda de cada uma delas: O Ministério Público atrapalha as investigações da Polícia Federal

P17.9. Em relação às afirmações lidas, gostaria que o(a) sr(a) dissesse se concorda ou discorda de cada uma delas: A Polícia Federal atrapalha a atuação do Ministério Público

P17.10. Em relação às afirmações lidas, gostaria que o(a) sr(a) dissesse se concorda ou discorda de cada uma delas: As instituições de controle impedem a corrupção

P17.11. Em relação às afirmações lidas, gostaria que o(a) sr(a) dissesse se concorda ou discorda de cada uma delas: A política atrapalha a justiça

P17.12. Em relação às afirmações lidas, gostaria que o(a) sr(a) dissesse se concorda ou discorda de cada uma delas: Preferências partidárias impedem a aplicação da justiça

P17.13. Em relação às afirmações lidas, gostaria que o(a) sr(a) dissesse se concorda ou discorda de cada uma delas: A corrupção facilita os negócios

P18. O(a) sr(a) concorda ou discorda com a seguinte afirmação: “Quando o Supremo Tribunal Federal (STF) interfere no trabalho do governo, o Presidente ou o Congresso podem ignorar o STF”

P19. A operação Lava Jato é uma operação para combater a corrupção na política. Sobre a operação Lava Jato, o(a) sr(a) acredita que:

P20. Na sua opinião, a Operação Lava-Jato combate ou não combate a corrupção?

P21.1. Vou ler algumas frases e peço que o(a) sr(a) diga se concorda ou discorda com elas: Não faz diferença se um político rouba ou não, o importante é que ele faça as coisas que a população precisa.

P21.2. Vou ler algumas frases e peço que o(a) sr(a) diga se concorda ou discorda com elas: Um político que faz muito e que rouba um pouco merece o voto da população.

P21.3. Vou ler algumas frases e peço que o(a) sr(a) diga se concorda ou discorda com elas: Um político que faz muito e que rouba um pouco não merece ser condenado pela justiça.

P21.4. Vou ler algumas frases e peço que o(a) sr(a) diga se concorda ou discorda com elas: Um político que faz um bom governo deve poder desviar dinheiro público para financiar sua campanha eleitoral.

P21.5. Vou ler algumas frases e peço que o(a) sr(a) diga se concorda ou discorda com elas: O melhor político é o que faz muitas obras e realizações, mesmo que roube um pouco.

P21.6. Vou ler algumas frases e peço que o(a) sr(a) diga se concorda ou discorda com elas: Garantir que os políticos corruptos sejam condenados é mais importante do que preservar o direito de defesa dos políticos acusados de corrupção

P22. Se o ex-presidente Lula tivesse sido candidato à Presidência, o(a) s(a):

P24. Nas eleições deste ano, se o voto não fosse obrigatório o(a) sr(a) teria ido votar?

P25. Qual destes meios o(a) sr(a) mais utiliza para se informar sobre política?

P26. Qual destas redes sociais o(a) sr(a) mais utiliza para se informar sobre política?

P27. Aqui estão algumas ações que as pessoas consideram importantes para decidir o voto para presidente. Nesta eleição, qual delas foi a mais importante para o(a) sr(a) decidir o seu voto para presidente?

P28. Nos últimos anos, tem-se falado que muitas pessoas mudaram de classe social. Pensando nisso, considerando os últimos 8 anos, o(a) sr(a) diria que:

P28A. Há 8 anos atrás, o(a) sr(a) e a sua família pertenciam à classe:

P28B. E o(a) sr(a) diria que hoje pertencem à classe:

P29. Nos últimos três anos, o(a)sr(a) ou alguém que vive em sua casa foi beneficiário (recebeu) do programa Bolsa Família?

P30. Nos últimos três anos, alguém da sua família, que não vive em sua casa, ou algum conhecido do(a) sr(a) foi beneficiário do programa Bolsa Família?

D4. Qual é o seu estado civil? O(a) sr(a) é:

D7. Atualmente, qual é a sua situação profissional?

D8. Qual das opções lidas mais representa o seu trabalho/emprego? O(a) sr(a) diria que é:

D8A. E em qual setor da economia o(a) sr(a) trabalha?

D6. Qual destas opções melhor descreve a sua situação neste momento?

D9. O(a) sr(a) poderia dizer qual é aproximadamente a renda mensal do seu domicílio, isto é, a soma da renda mensal de todos os membros do seu domicílio.

D9A. E em qual destas faixas está a renda total da sua família no mês passado, somando as rendas de todas as pessoas que moram com você, inclusive a sua?

D11. Sem considerar batizados e casamentos, com que frequência o(a) sr(a) vai à missa ou culto religioso?

D10. Por favor indique qual dessas é a sua religião.

D10A. Qual igreja evangélica o(a) sr(a) frequenta? (Espontânea)

D12. Qual a sua cor ou raça? (Espontânea)

D12A. O IBGE - Instituto que faz os Censos no Brasil - usa os termos preto, pardo, branco, amarelo e índio para classificar a cor ou raça das pessoas. Qual desses termos descreve melhor a sua cor ou raça?